



Emilie Amandine Nicolas

**ADOÇÃO, IDENTIDADE E INTIMIDADE.
O IMPACTO DA EXPERIÊNCIA DE ADOÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA
IDENTIDADE E DA INTIMIDADE DE ADULTOS ADOTADOS: ESTUDO
EXPLORATÓRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO DO ADOTADO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
2011

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

ADOÇÃO, IDENTIDADE E INTIMIDADE.
O IMPACTO DA EXPERIÊNCIA DE ADOÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA
IDENTIDADE E DA INTIMIDADE DE ADULTOS ADOTADOS: ESTUDO EXPLORATÓRIO
DE ANÁLISE DO DISCURSO DO ADOTADO

Emilie Amandine Nicolas

Outubro 2011

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Maria Adelina Barbosa Ducharne (F.P.C.E.U.P.).

Agradecimentos

Porque a realização deste trabalho não se esgota nas páginas que o materializam. Foram horas passadas a escutar, a escrever, a refletir, partilhar e descobrir, muitas delas acompanhadas, horas pelas quais agradeço...

... À Professora Doutora Maria Adelina Barbosa, por me ter dado a possibilidade de realizar as minhas próprias escolhas e me ter suportado em cada uma delas, por não ter duvidado, por ter partilhado o seu saber, levando-me a refletir sempre mais, e ter apaziguado mesmo as horas de maior inquietação,

... À Professora Doutora Maria Emília Costa, pela disponibilidade e partilha de saberes, nomeadamente na construção do instrumento e nas orientações teóricas proporcionadas em vários momentos deste projeto,

... A cada um dos participantes, pela colaboração e partilha aberta e genuína das histórias da sua vida, sem quem a concretização deste trabalho não teria sido possível,

... Às minhas colegas de investigação, e em especial à Sara Bérény, à Sylvie Marinho, à Joana Ferreira e à Joana Costa, por cada uma à sua maneira ter trazido o seu contributo, disponibilizando generosamente a sua ajuda,

À Maria Pedro, pela disponibilidade e pelos ensinamentos partilhados nos meandros da intimidade. Mas, foram também muitas as horas em que me ausentei e nas quais nunca deixei de me sentir apoiada, de longe ou de perto... No fundo, não interessa quem é base segura e quem é porto de abrigo, interessa que tenham sido relações seguras que me permitiram explorar e investir...

... À Teresa, à Rita, à Bomba, à Paula e à Nisa, pela atenção com que olharam sempre por mim, pela presença constante, pela motivação e coragem, por saberem ser exatamente aquilo de que preciso, quando preciso!

... À Catarina, por acreditar quando eu já não acredito, pela força e pela amizade em todos os momentos,

... Aos meus queridos amigos, aquelas que são um grupo e aqueles não o são, por tolerarem as minhas ausências e vigiarem ao longe a minha caminhada, embora por vezes sem perceber os meus passos, mas sempre atentos para que nada me faltasse,

Aos meus pais, que um dia me ensinaram que *“ser pai e ser mãe é uma preocupação de todos os dias e para o resto da vida”*, mas ser filha também o é, e que linda preocupação que a de sermos família, procurar estar, amar e suportar ao fim de cada dia de trabalho, porque ser pai e ser mãe é algo que vocês fazem todos os dias... e fazem-no tão bem!

Ao Lourenço, pelas horas inventadas quando estas pareciam não chegar, pelos recantos da nossa intimidade que conseguimos continuar a construir.

Resumo

O presente estudo exploratório debruça-se sobre o impacto da experiência de adoção na forma como os adultos emergentes adotados percorrem o seu caminho desde a infância até à adultez emergente. Mais precisamente, focam-se o desenvolvimento da identidade e a construção de uma relação de intimidade, fora do contexto da família adotiva.

Com base na teoria da vinculação, sabe-se que a integração que é feita das experiências de vinculação precoce influencia, em larga medida, a forma como, mais tarde, o indivíduo enfrenta as tarefas que lhe coloca o seu percurso desenvolvimental. Sabe-se igualmente que, para os adotados, as experiências precoces são muitas vezes de adversidade e que, ao longo do seu desenvolvimento, se deparam com desafios e tarefas psicossociais acrescidas.

Desta forma, recorrendo a uma metodologia qualitativa, optou-se, na presente investigação, por recolher o testemunho de quatro adultos emergentes, com idades compreendidas entre os 19 e os 23 anos, adotados durante o seu primeiro ano de vida. Através de uma entrevista semiestruturada de profundidade, foram abordados conteúdos relacionados com a construção da identidade e de relações de intimidade ao longo da sua história de vida.

O discurso dos participantes, analisado mediante uma análise de conteúdo do tipo categorial, sugere que, para os adultos emergentes adotados numa idade precoce, a quem o estatuto de adotado foi revelado em idade pré-escolar, para quem o tema da adoção é abordado, na família adotiva, de forma natural, aberta, construtiva e não-defensiva, e que parecem ter construído, na infância, relações próximas e seguras com os pais, a experiência de adoção é integrada de uma forma positiva, assumindo-se como uma particularidade que os caracteriza, mas que não os define por si só. Para além disso, as especificidades da sua trajetória desenvolvimental parecem dever-se mais a experiências passadas e presentes, vividas e observadas nos seus contextos relacionais, do que à experiência de adoção por si só.

Os dados fornecem pistas para delinear novas linhas de investigação na psicologia da adoção, em particular na expressão desta experiência nas relações de intimidade. Por outro lado, as observações realizadas na forma como a experiência da adoção é integrada na história do adulto emergente sugerem alterações nas práticas profissionais para a otimização deste processo.

Palavras-chave: adoção, vinculação, adultez emergente, construção da identidade, relação de intimidade.

Abstract

The present exploratory study focuses on the impact of the adoption experience in the development of the emerging adopted adults since childhood until the emerging adulthood. More precisely, it focuses on the development of their identity and the construction of an intimate relationship, outside the context of the adoptive family.

Based on the attachment theory, it is known that the integration that is made on the early attachment experiences widely influences the way the individual will face the tasks that its development path puts him through. Further, it is also known that the early experiences are often difficult for the adopted people and that they face increased psychosocial challenges and tasks through their life course.

Thus, by using a qualitative methodology, the purpose of this study was to collect the statements of four emerging adults, aged 19 to 23 years-old and that had been adopted during their first year of life. Through deep semi-structured interviews, we explored several subjects that were related to the identity construction and the development of intimate relationships, during their life course.

The participants' speech was analyzed through a content analysis of categorical type. This analysis suggested that, for emerging adults that had been adopted at an early stage and to whom the adopted status was revealed in the pre-school years, for those who considered that the issue of adoption is discussed, within the adoptive family, in a natural, open, constructive and non-defensive way, and who built close and secure relationships with their parents in childhood, the experience of adoption is integrated in a positive way. Adoption is considered as a peculiarity that characterizes them, but that doesn't define them. In addition, the specific features of their developmental path seem to have more to do with the past and present experiences that are lived and observed in their relational contexts, rather than with the experience of adoption itself.

The data provides clues that inspire new lines of investigation in the psychology of adoption, namely in the expression of this experiments in the intimate relationships. Moreover, the results regarding the integration of the adoption experience in the life story of the emerging adult suggests changes in the professional practices that are used to optimize this process.

Key words: adoption, attachment, emerging adulthood, development of identity, intimate relationship.

Résumé

L'objet de la présente étude exploratoire est l'impact de l'expérience d'adoption sur la façon dont les adultes émergents adoptés tracent leurs parcours de vie de l'enfance à l'âge adulte. Plus précisément, l'étude porte sur le développement de l'identité et la construction d'une relation intime en dehors du contexte de la famille adoptive.

Ayant pour base la théorie de l'attachement, l'intégration des expériences précoces d'attachement influent largement la manière dont l'individu fait face, plus tard, aux épreuves qui surviennent au cours de son parcours développemental. En outre, pour les adoptés, les premières expériences sont souvent d'adversité et, tout au long de leur développement, ils se trouvent confrontés à des défis et épreuves psycho-sociales accrus.

Utilisant une méthodologie qualitative, la présente étude recueille le témoignage de quatre adultes émergents, d'âge compris entre 19 et 23 ans, adoptés lors de la première année de leur vie. Grâce à un entretien semi-structuré, de profondeur, ont été abordés des contenus liés à la construction de l'identité et aux relations intimes, au cours de leur histoire de vie.

Une analyse de contenu de type catégorique du discours des participants suggère que pour les adultes émergents adoptés à un âge précoce, à qui le statut d'adopté fut révélé en âge préscolaire, pour qui la communication dans le contexte de la famille sur leur adoption est naturelle, ouverte, constructive et non-défensive et qui, par ailleurs, semblent avoir été exposés, au cours de leur enfance, à des relations proches et sécurisantes avec leurs parents, l'expérience d'adoption est intégrée dans un sens positif, perçue comme une particularité qui les caractérise, mais qui ne les définit pas. De plus, les spécificités de leur trajectoire développementale semblent être dues davantage à des expériences passées et présentes, vécues et observées au sein de leurs contextes relationnels, qu'à leur expérience d'adoption elle-même.

Les données fournissent des pistes qui inspirent de nouvelles lignes de recherche en psychologie de l'adoption, en particulier en ce qui concerne l'expression de cette expérience dans les relations d'intimité. De plus, les observations qui portent sur la façon dont l'expérience d'adoption est intégrée dans l'histoire de vie des adultes émergents, suggèrent des changements au niveau des pratiques professionnelles afin d'optimiser ce processus.

Mots-clés : adoption, attachement, âge adulte émergent, développement de l'identité, relation intime.

Índice

Introdução	1
Capítulo I. Desenvolvimento, vinculação e adoção da infância à adultez emergente	2
1.1. Desenvolvimento e vinculação da infância à adultez emergente	2
1.1.1. Relações de vinculação na infância.....	2
1.1.2. (Transferência das) Relações de vinculação na adolescência e construção de identidade	4
1.1.3. Relações de vinculação na adultez emergente e construção de uma relação de intimidade fora do contexto da família de origem	7
1.2. Desenvolvimento e adoção da infância à adultez emergente	11
1.2.1. Tarefas psicossociais inerentes aos adotados da infância à adolescência	12
1.2.2. Estudos anteriores	16
Capítulo II. Das opções metodológicas à análise do discurso do adotado	19
2.1. Metodologia	19
2.1.1. Objetivo principal e questões de investigação.....	19
2.1.2. Metodologia qualitativa	21
2.2. Método.....	21
2.2.1. Participantes	21
2.2.2. Instrumento	23
2.2.3. Procedimentos	23
2.3. Análise e discussão dos resultados.....	27
Capítulo III. Considerações finais	56
Referências bibliográficas	61

Índice de tabelas

Tabela 1 - <i>Caracterização sumária dos participantes do estudo</i>	22
Tabela 2 - <i>Apresentação das categorias, subcategorias e componentes</i>	25

Índice de figuras

<i>Organograma 1. Sistematização da subcategoria 'Representações acerca da família biológica'.</i>	27
<i>Organograma 2. Sistematização da subcategoria 'Representações acerca do processo de integração na família adotiva'.</i>	30
<i>Organograma 3. Sistematização da categoria 'Relações entre pais e filho(a) adotivos na infância'.</i>	35
<i>Organograma 4. Sistematização da categoria 'Relação entre pais e filho(a) na adolescência'.</i>	38
<i>Organograma 5. Sistematização da categoria 'Relação entre pais e filho(a) adotivos na adultez emergente'.</i>	39
<i>Organograma 6. Sistematização da categoria 'Construção de identidade'.</i>	41
<i>Organograma 7. Sistematização da categoria 'Modelo parental de casal'.</i>	45
<i>Organograma 8. Sistematização da categoria 'Construção de um relacionamento íntimo fora do contexto da família adotiva'.</i>	47

Abreviaturas

cf. - Comparar

Coord. – Coordenador

E.A.R.I. – Entrevista sobre a Adoção e Relações de Intimidade

Ed. (Eds.) – Editor (Editores)

e.g. – Por exemplo

et al. – E outros

FAC – Family adoption communication

ibd. – Ibidem

i.e. – Isto é

p. (pp.) – Página (Páginas)

Trad. – Tradutor

Vol. – Volume

Introdução

“A adoção transcende todas as culturas e existe desde sempre, tendo desempenhado diferentes funções ao longo do tempo, influenciadas pela evolução das sociedades” (Salvaterra & Veríssimo, 2008, p. 501). Atualmente, define-se como um procedimento legal que visa dar uma família, de caráter permanente, e um lar à criança cujos pais biológicos não foram capazes, não têm vontade e/ou estão legalmente inibidos do exercício da função parental, respeitando-se assim um dos direitos fundamentais da criança (*ibid.*).

Contudo, a adoção implica muitas vezes experiências adversas numa família biológica e a colocação em acolhimento familiar e/ou institucional; a adoção implica experiências de separação, rejeição e/ou abandono, assim como sentimentos de perda inerentes à própria natureza da adoção; a adoção implica depois a integração numa família adotiva onde às tarefas normativas de qualquer família se acrescem outras específicas.

Ora, com base na teoria da vinculação, sabe-se que a trajetória evolutiva é, em grande parte, explicada pelas particularidades da história do indivíduo (i.e., pela sensibilidade e responsividade do meio em que se insere), mas também por acontecimentos de vida, tendo Bowlby (1973/1998a; 1980/1998b) conferido especial ênfase às experiências ou ameaças de perda e separação. Mais, sabe-se que o indivíduo é um participante ativo da sua evolução e, conseqüentemente, a assimilação que irá efetuar da sua experiência pessoal influencia a forma como vai resolvendo as tarefas desenvolvimentais com as quais se vai deparando (Arciniega, 2007). Assim, é compreensível que, para os adultos emergentes adotados, o seu funcionamento, ajustamento e desenvolvimento possa assumir contornos variáveis, sendo precisamente nesse eixo que se situa o estudo apresentado na presente dissertação, desenvolvido a partir do discurso do próprio adotado em torno da sua vivência.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento teórico do presente estudo, organizando-se para o efeito em torno de dois grandes temas. Num primeiro momento, é discutido o desenvolvimento da infância à adultez emergente, com base na teoria da vinculação e, posteriormente, são caracterizadas as especificidades das tarefas enfrentadas pelos indivíduos adotados no seio da sua família adotiva. O segundo capítulo diz respeito ao estudo empírico, pelo que inclui a identificação do principal objetivo e das questões de investigação, a apresentação da metodologia utilizada, bem como a análise e discussão dos dados extraídos do discurso dos participantes. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se às principais conclusões teóricas e empíricas, destacando-se em particular as hipóteses levantadas a partir da presente investigação, as limitações do presente estudo e as sugestões para a prática profissional e futuras investigações.

Capítulo I. Desenvolvimento, vinculação e adoção da infância à adulez emergente

1.1. Desenvolvimento e vinculação da infância à adultez emergente

Interessando-se pela primazia dos fatores ambientais no desenvolvimento humano, mais precisamente pela contribuição das experiências familiares, Bowlby (1969/1990, 1973/1998a, 1980/1998b) postulou uma nova conceitualização do funcionamento mental, a partir da qual emergiu uma das mais importantes teorias do desenvolvimento socioemocional, a teoria da vinculação.

Situando o foco da sua teoria no vínculo estabelecido entre a criança e a figura que lhe presta cuidados, segurança e proteção, Bowlby debruçou-se sobre a natureza e dinâmica desse vínculo, investigando a separação e ausência dessa mesma figura e os potenciais danos decorrentes da ruptura dessa relação (1973/1998a, 1980/1998b). Assim, acaba por conceder particular relevância à necessidade humana básica de criação de um vínculo afetivo de proximidade, consistente e contínuo a uma ou mais figuras prestadoras de cuidados, para atingir um sentimento de segurança que permita a exploração de si, dos outros e do mundo com confiança, sendo a qualidade desse vínculo decisiva no desenvolvimento e funcionamento psicossocial, desde o nascimento até à morte (Ainsworth & Bowlby, 1991; Bowlby, 1969/1990, 1973/1998a, 1980/1998b).

1.1.1. Relações de vinculação na infância

Desde o seu nascimento, a criança desenvolve um conjunto de comportamentos de base biológica e de natureza instintiva, com vista a estabelecer uma relação de proximidade com uma figura, progressivamente discriminada (Ainsworth, 1989; Soares, 2007), para que esta satisfaça as suas necessidades básicas, nomeadamente de cuidados, afeto, carinho, apoio e conforto, com vista à sua proteção e sobrevivência (Bowlby, 1969/1990).

Mais, o sistema comportamental de vinculação, um sistema corrigido por objetivos (*goal corrected system*), é despoletado em situações de ameaça, medo ou ausência da figura de vinculação, com vista a conferir segurança emocional e um sentido de proteção face aos perigos (Soares, 1996). Uma vez atingida a sua meta, é corrigida a sua ativação para dar lugar à ativação de outros sistemas comportamentais corrigidos por objetivos, com os quais a sua interação é reconhecida (Cassidy, 1999).

Atribuindo-se especial ênfase à articulação entre o sistema comportamental de vinculação e o de exploração, pela preponderância que adquire no desenvolvimento humano (Cassidy, 1999), é de se referir que estes dois sistemas funcionam de um modo particularmente interligado, uma vez que quando a criança se sente segura diminui a sua necessidade de procura de proximidade à figura de vinculação, permitindo a ativação do sistema de exploração cuja função é de “extrair informações do meio ambiente” (Bowlby, 1969/1990, p.255). Pelo contrário, se a criança se sentir em perigo, então é ativado o seu sistema de vinculação para restabelecer o contacto com a figura de vinculação (Bowlby, 1969/1990; Soares, 1996).

À medida que a criança cresce, as experiências precoces de vinculação com figuras significativas são internalizadas sob a forma de modelos internos dinâmicos (*internal working models*) (Bowlby, 1969/1990), que reúnem um conjunto de conhecimentos, expectativas e representações sobre o outro (acessibilidade e responsividade) e sobre o *self* (reconhecimento do seu valor pessoal e capacidade de influenciar a figura de vinculação). Assim, mais importante do que as experiências relacionais que vão sendo vividas ao longo do desenvolvimento, é a integração que cada indivíduo faz delas (Matos & Costa, 1996), uma vez que servem de protótipo para relações futuras com outros significativos (Feeney, Cassidy & Ramos-Marcuse, 2008). Estas representações internas irão refletir-se na capacidade de tolerar e gerir (emocionalmente) momentos difíceis, que podem ir desde a separação física pontual a situações de doença ou perda (Bowlby, 1973/1998a; 1980/1998b), bem como na capacidade de explorar e ultrapassar cada etapa do ciclo vital e as transições inerentes a cada uma delas (Matos & Costa, 1996).

No decurso da infância, se a criança tiver internalizado imagens positivas de si, dos outros e do mundo, o seu comportamento de vinculação irá tornar-se cada vez mais abstrato e menos dependente da proximidade da figura de vinculação e os seus comportamentos mais diferenciados e sofisticados, integrando-se em sistemas internos, também eles mais complexos (Cassidy, 1999).

Para além da responsividade, consistência e sensibilidade da figura de vinculação, a organização da vinculação na criança será influenciada e irá, por sua vez, influenciar outras dimensões da dinâmica familiar.

A título de exemplo, o desenvolvimento da comunicação afetiva entre a criança e a sua figura de vinculação e a construção de modelos internos dinâmicos constituem-se como dois processos interrelacionados (Bretherton, 1987; Kobak & Duemmler, 1994). Quando a figura de vinculação é capaz de ler e responder aos sinais da criança de forma ajustada, então esta aprende que expressar as suas emoções pode ser uma forma construtiva de partilhar e refletir objetivos e sentimentos, vendo assim as suas necessidades satisfeitas. Aprende também a atender aos sinais e objetivos do outro, a acomodar-se aos seus desejos e necessidades, bem como a negociar conflitos (Feeney & Noller, 1996; Kobak & Duemmler, 1994). Para além disso, Bretherton (1987) defende, por exemplo, que uma relação segura entre a criança e a sua figura de vinculação permite à criança confiar no *self* e nos outros, encontrando-se mais apta e motivada para experimentar comportamentos conversacionais.

Em todas as famílias, existe um certo grau de conflito interparental, porém, este não é constantemente vivido como um fator de *stress* e insegurança pela criança, sendo que vários fatores poderão influenciar os efeitos do conflito interparental no ajustamento e desenvolvimento socioemocional da criança. Entre estes destacam-se algumas dimensões do próprio conflito (e.g. a frequência, a intensidade, o conteúdo e a resolução) e a interpretação realizada pela criança acerca do mesmo (Grych & Finchman, 1990). A este respeito, Steinberg, Davila e Finchman (2006) propõem um modelo, no qual consideram que o conflito interparental irá influenciar indiretamente a vivência de

relacionamentos românticos no adolescente, sendo essa influência mediada pela qualidade da vinculação da criança. Efetivamente, pais envolvidos em conflitos maritais terão menor disponibilidade e sensibilidade para responder às necessidades da criança, podendo gerar-se nesta um sentimento de insegurança que irá guiar os seus pensamentos, sentimentos e experiências noutros relacionamentos. Deste modo, o conflito interparental poderá tanto potenciar a aquisição de repertórios interpessoais inadaptados generalizados posteriormente a outras relações como, em certas condições, revelar-se promotor do desenvolvimento de estratégias de *coping* e de resolução de problemas construtivas, facilitadoras da construção de relacionamentos (Grych & Finchman, 1990).

Em suma, com base na teoria da vinculação, as experiências da criança no seu meio familiar são importantes contributos para a qualidade do seu percurso desenvolvimental posterior. Relações próximas e consistentes com os pais permitem a aquisição de um sentimento de segurança e uma perceção de si como um ser digno de confiança, de ser amado e cuidado pelos outros, mas também dos outros enquanto seres sensíveis e responsivos. Por outras palavras, relações próximas e consistentes com os pais criam as condições necessárias para a exploração de novas formas de se relacionar com o mundo e, naturalmente, para o desenvolvimento de um sentido de si coerente e para a construção de relações íntimas.

1.1.2. *(Transferência das) Relações de vinculação na adolescência e construção de identidade*

Em termos desenvolvimentais, a adolescência caracteriza-se por profundas transformações físicas, cognitivas e socioemocionais (Jongenelen, Carvalho, Mendes & Soares, 2007), mas sobretudo encontra-se associada a uma tarefa desenvolvimental que, embora vá sendo resolvida desde o primeiro encontro com a mãe e atualizada em estádios posteriores, se torna central na adolescência, a construção da identidade (Erikson, 1963/1971; Josselson, 1980; Marcia, 1980).

A construção da identidade implica, simultaneamente, uma consciência de si como diferenciado dos outros e dos contextos nos quais se insere e um sentido de continuidade e coerência, estável no tempo e no espaço, apesar das transformações sofridas ao longo da vida (Côté, 2009; Erikson, 1968/1976).

Para alcançar um *self* diferenciado, o adolescente terá que passar por um processo de separação-individuação. Este processo foi originalmente descrito por Mahler (1963), como decorrente na infância e como pré-requisito fundamental para o desenvolvimento de um sentido de identidade, uma vez que permite a aquisição de um sentimento de ser separado do seu objeto de amor primário, mas também a consciencialização das suas capacidades. Mais tarde, este mesmo processo foi alargado por Blos (1967 cit in Levpuscek, 2006) à adolescência como o segundo processo de separação-individuação. Atualmente, é reconhecido por diferentes correntes teóricas como um processo normativo da adolescência, essencial na construção da identidade e com vista à diferenciação e ao distanciamento

Capítulo I. Desenvolvimento, vinculação e adoção da infância à adultez emergente

dos objetos parentais infantis internalizados, possibilitando o desenvolvimento de responsabilidades sociais e de novas relações adequadas à sua idade (com objetos de amor extra-familiares) (Josselson, 1980; Lapsley & Edgerton, 2002; Levpuscek, 2006).

Mahler (1967) descreveu o processo de separação-individuação em quatro fases, replicadas por Josselson (1980) e aplicadas à adolescência.

A primeira fase, a *diferenciação*, consiste num processo de afastamento psicológico do indivíduo relativamente aos pais. Neste sentido, ainda que não especificamente acerca desta fase do processo de separação-individuação, vários autores referiram que o adolescente naturalmente empreende uma reflexão e reavaliação da natureza do eu e das suas experiências relacionais (Allen & Land, 1999; Jongenelen et al., 2007; Levpuscek, 2006). Assim, questiona a imagem que tem dos pais, questiona os valores e o estilo de vida que lhe foram por eles inculcados e começa a perceber que algumas das suas necessidades de vinculação poderão ser melhor satisfeitas por outras relações interpessoais, fora do ciclo familiar (*ibid.*).

A fase seguinte do processo de separação-individuação diz respeito à *experimentação*, independente, nomeadamente, das competências adquiridas ao longo do desenvolvimento. Já Erikson (1968/1976) havia introduzido o conceito de *moratória psicossocial*¹ como um processo implícito e necessário à construção da identidade. Também Fleming (1993) verificou, num estudo com adolescentes, que a maioria refere a experimentação de comportamentos desobedientes, como uma forma de ganhar distância e criar diferenças face aos pais, e a experimentação da separação física dos mesmos por breves períodos de tempo, como uma forma de possibilitar o envolvimento com pares, alcançando assim um comportamento cada vez mais autónomo².

Face à experimentação, Mahler (1967) havia postulado que, na infância, a criança consegue explorar quando possui uma representação mais estável da mãe e usa-a como ponto de referência. Neste sentido, esta fase aproxima-se da atividade exploratória formulada por Bowlby na teoria da vinculação (Blum, 2004), dado que para a ativação do sistema exploratório, o indivíduo tem de se sentir seguro. Assim, se por um lado o adolescente continua a necessitar da segurança, estabilidade e

¹ *Time out* ou adiamento na atribuição de certas responsabilidades sociais, constituindo-se assim um adiamento da transição para a adultez, com vista à experimentação e exploração de novas experiências, novos papéis, novas dimensões de si e da relação com os outros (Erikson, 1968/1976).

² Importa salientar que a autonomia tem sido referida como um conceito multidimensional (Collins, Gleason & Sesma, 1997; Zimmer-Gembeck, & Collins, 2006), distinguindo-se: (i) a autonomia cognitiva, alusiva a um sentimento de controlo sobre a própria vida e sensações de ser capaz de tomar decisões, com base nas suas próprias ideias, opiniões e valores, sem necessidade de excessiva validação social (Beckert, 2007; Collins, Gleason & Sesma, 1997); (ii) a autonomia comportamental, relativa a um funcionamento ativo e independente no que diz respeito à regulação do comportamento e atuando conforme as suas próprias decisões (Zimmer-Gembeck, & Collins, 2006); por fim (iii) a autonomia emocional, referente a um sentido de individuação relativamente aos pais, isto é, um abandono dos laços infantis relativamente a estas figuras e mudanças na conceção das mesmas (Steinberg & Silverberg, 1986).

acessibilidade de uma relação de vinculação, que até ao momento encontrava junto das figuras parentais, vai também sentindo necessidade de se afastar da dependência e monitorização destes (Allen & Land, 1999). Nesta etapa, o curso do desenvolvimento da vinculação encontra-se então ligado à oportunidade de estabelecimento de novos relacionamentos, passando as interações com os pares a assumir uma ênfase progressivamente maior enquanto contexto de conforto e apoio, e podendo, inclusivamente, assumir os contornos de relações de vinculação (Jongenelen et al., 2007).

No contexto destas relações com pares, o adolescente vai gradualmente experimentar “tornar-se uma figura de vinculação”, embora continue a “ser uma figura vinculada” (Soares, 2007, p. 101). Não se pretende que ocorra uma desvinculação aos pais (Matos & Costa, 1996; Soares & Campos, 1988), mas antes que a expressão comportamental desse vínculo se transforme (Lytton, 1980 *cit in* Fleming, 1993), passando os pais a funcionar como “figuras de vinculação de reserva” (Soares, 1996, p. 48).

Neste sentido, Hazan e Zeifman (1994) afirmaram que a transferência da vinculação dos pais para os pares decorreria através de um processo sequencial, componente a componente, sendo as quatro componentes e funções das relações de vinculação, a *procura de proximidade*³, o *porto de abrigo*⁴, a *base segura*⁵ e o *protesto face à separação*⁶. Vários estudos com adolescentes e jovens adultos verificaram que a componente *procura de proximidade* é a primeira a ser alvo de transferência, seguida da componente *porto de abrigo*, o que talvez seja normativo e conveniente uma vez que a frequência do sistema escolar impõe que a maior parte do tempo seja despendida com pares (Fraley & Davis, 1997; Hazan & Zeifman, 1994). As componentes *base segura* e *protesto face à separação*, consideradas os verdadeiros marcadores da vinculação, habitualmente reservadas para os pais e para os parceiros românticos, são geralmente as últimas a serem transferidas (*ibid.*).

A fase seguinte do processo de separação-individação é de *reaproximação*, dado que quando adquirida a capacidade de funcionar fora da esfera parental e a consciência da separação física e psicológica face a estas figuras, emerge o desejo crescente de restaurar a harmonia e uma ligação com os pais (Josselson, 1980; Mahler, 1967).

Por fim, o processo de separação-individação será bem-sucedido quando atingida a *consolidação da individualidade*. Por outras palavras, o indivíduo adquire uma consciência firme de si quando tiver alcançado um equilíbrio entre as suas necessidades de separação e de conexão à família de origem, quando se tornar capaz de reconhecer as suas semelhanças e diferenças relativamente aos

³ Componente cuja finalidade é de possibilitar o estabelecimento e a manutenção da proximidade da figura de vinculação (Fraley & Davis, 1997; Hazan & Zeifman, 1994)

⁴ Componente conducente ao retorno junto da figura de vinculação, para procurar conforto, apoio e segurança, sempre que é percebida uma ameaça (Hazan & Shaver, 1994).

⁵ Componente que visa a utilização de uma figura como base a partir da qual pode ocorrer um envolvimento em comportamentos de exploração (Hazan & Shaver, 1994).

⁶ Componente visível através das reclamações e da resistência às situações de separação da figura de vinculação não antecipadas (Hazan & Zeifman, 1994; Kobak, 1999)

Capítulo I. Desenvolvimento, vinculação e adoção da infância à adultez emergente
outros e de funcionar autonomamente, valorizando simultaneamente as suas necessidades relacionais (Blos, 1967 *cit in* Levpuscek, 2006; Josselson, 1980).

Na sequência desta tarefa desenvolvimental, é esperado que o indivíduo tenha explorado, isto é, que se tenha questionado ativamente e que se tenha mobilizado para a ação, a fim de experimentar alternativas. É também esperado que, de seguida, com base nas suas avaliações e de forma autónoma, tenha consolidado essas escolhas, comprometendo-se com elas em termos de projetos de vida futuros (Marcia, 1980). Nas famílias em que é dada aos adolescentes maior autonomia, encorajamento e suporte, são encontrados os melhores resultados em numerosas áreas do funcionamento, nomeadamente, na construção da identidade (Côté, 2009).

Por fim, destaca-se que a construção da identidade iniciada em fases anteriores à adolescência continua nas fases posteriores a ser sucessivamente reconstruída (Costa, 2005). Mais, ao aproximar-se a análise das tarefas desenvolvimentais da adultez emergente, é de ter em conta que a trajetória desenvolvimental é influenciada a cada estágio pela interação entre o organismo, tal como ele se desenvolveu até ao momento, e o ambiente no qual ele se insere (Bowlby, 1973/1998a), sendo por isso importantes a história desenvolvimental e as circunstâncias do momento. Os padrões de adaptação podem portanto ser transformados por novas experiências, sendo simultaneamente essas novas experiências interpretadas a partir de, e até em parte, criadas pela história de adaptação prévia (Sroufe, 2005). Com efeito, se a perspetiva de Bowlby se constitui como uma visão dinâmica do desenvolvimento, também considera que, por mais que ocorram transformações no desenvolvimento posterior, as experiências prévias nunca se perdem (*ibid.*).

1.1.3. Relações de vinculação na adultez emergente e construção de uma relação de intimidade fora do contexto da família de origem

A adultez emergente – um novo estágio desenvolvimental resultante das sociedades industriais e das alterações demográficas das últimas décadas, situado entre os 18 e os 25 anos (Arnett, 2000) – apresenta-se como uma plataforma entre a adolescência e a idade adulta, na qual se espera a consolidação das tarefas desenvolvimentais anteriores e o assumir de novos desafios. Por um lado, é esperado que o adulto emergente continue a sua separação relativamente ao “mundo pré-adulto” (Faria, 2008, p. 12), ou seja, relativamente à família de origem. Para além disso, é sobretudo esperado que o adulto emergente comece a construir vínculos com o “mundo adulto” (Faria, 2008, p. 12), realizando opções de vida para o futuro e procurando formas de as concretizar, bem como expandindo a sua rede relacional para integrar novas relações de intimidade. Estas vão-se tornando cada vez mais centrais no seu mundo relacional, embora mantendo com os pais relações próximas e autónomas (Allen & Land, 1999; Faria, Fonseca, Lima, Soares & Klein, 2007; Gleason, & Sesma, 1997).

A construção de relações de intimidade de cariz romântico, embora constitua uma questão muitas vezes abordada já na adolescência, enquanto o início da associação entre sexualidade e paixão nas relações com pares e enquanto um contexto de aprendizagem (Connolly & McIsaac, 2009; Matos, Barbosa, Almeida & Costa, 1999), trata-se de uma questão central para os adultos emergentes (Lanz & Tagliabue, 2007).

Com efeito, se, na adolescência, amor romântico e vinculação vão caminhando lado a lado, à medida que a relação romântica se vai tornando mais estável e duradoura, vão-se cruzando e o par romântico vai assumindo maior preponderância no sistema de vinculação do indivíduo, esperando-se que, na idade adulta, assuma o topo da hierarquia das relações de vinculação (Faria et al., 2007).

Hazan e Shaver (1987) foram os primeiros autores a sugerir que o amor romântico é um processo de vinculação por si só, já que relações românticas maduras providenciariam todas as funções da vinculação, experienciadas pela primeira vez na relação com os pais. Contudo, são relações geralmente marcadas pela simetria, pela reciprocidade e por um balanceamento entre o procurar e o proporcionar segurança e conforto (Ainsworth, 1989; Faria et al., 2007), por contraposição à complementaridade e diferenciação de papéis que caracteriza as relações de vinculação na infância. Para além disso, Hazan e Shaver (1987) afirmaram que as relações românticas seriam experienciadas de forma diferente por cada um, de acordo com as variâncias da sua história de vinculação. Deste modo, a natureza e qualidade das relações amorosas seriam influenciadas pelos acontecimentos ocorridos na infância e pelos modelos internos dinâmicos construídos a partir das interações com as figuras de vinculação primárias (*ibid.*). Mais tarde, foi proposto que a vinculação ao par romântico não seria apenas o resultado direto dos modelos internos dinâmicos da infância, mas que os próprios contextos de vinculação, no jovem e no adulto, se constituíam como oportunidades para a reorganização das asserções básicas construídas acerca de si e dos outros (Matos & Costa, 1996).

A título de exemplo, Levitz-Jones e Orlofski (1985) verificaram que a qualidade da resolução da tarefa de separação-individuação, na adolescência e adultez emergente, estaria associada à capacidade para estabelecer relações de intimidade maduras e seguras, de investimento e companheirismo. Quando ambos os elementos do casal resolvem o seu processo de separação-individuação de forma adaptativa, mostram-se capazes de aceitar as qualidades e limitações do outro, de procurar e apreciar a proximidade e o compromisso, sem sentirem a sua autonomia ameaçada, mas também percecionam como favorável o crescimento fora do relacionamento íntimo, uma vez que a manutenção da individualidade não desperta temores de perda e abandono (*ibid.*). Também Erikson (1963/1971) já havia sugerido que a verdadeira capacidade para a intimidade só surge na adultez emergente, mediante a resolução da crise do estágio intimidade *versus* isolamento, sendo o desenvolvimento de uma identidade segura e estável, na adolescência, um pré-requisito para o desenvolvimento da capacidade de se relacionar aberta e empaticamente com um par, de se comprometer a vínculos duradouros e de se fundir temporariamente com o outro, sem medo de perder a sua individualidade. É precisamente deste

frágil equilíbrio entre autonomia e pertença, que resulta a interdependência numa relação romântica. Com efeito, conhecendo as fronteiras do “eu”, os elementos da díade poderão depender e deixar-se mutuamente influenciar, num balanceamento dinâmico, para a criação de um espaço relacional partilhado (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006).

Costa (2005), aliando a teoria da vinculação e a perspectiva psicossocial de Erikson, faz uma proposta integrativa do desenvolvimento da intimidade, sublinhando que esta se desenvolve sobretudo numa dinâmica relacional, simultaneamente intra e interpessoal. Com efeito, é, para esta autora, desde o nascimento, no contexto relacional com figuras significativas que o indivíduo vai construindo uma imagem de si, dos outros e de si com os outros, bem como uma imagem de casal sob a figura dos pais. Estas imagens vão sendo atualizadas à medida que vão sendo assimiladas e acomodadas novas experiências relacionais ao longo da vida. Portanto, seria na relação que o indivíduo se constrói face à intimidade e é a partir dessa mesma construção que as relações de intimidade se iriam construindo.

Neste seguimento, salienta-se a dificuldade em fornecer uma definição estática e acabada da intimidade (Prager, 1995), sendo, para além disso, pouco relevante deter-se numa e única concetualização deste constructo, uma vez que face à multiplicidade de dimensões encontradas na literatura relativa a esta temática, nomeadamente por Waring, McElrath, Lefcoe e Weisz (1981 *cit in* Costa 2005) e por Reis e Shaver (1988), é atribuída, de seguida, ênfase não só ao afeto, à autorrevelação, à resolução de conflitos, ao investimento e compromisso, mas também à interdependência, já abordada anteriormente, pela sua preponderância e acessibilidade através do discurso dos envolvidos numa relação de intimidade.

No que concerne o afeto, esta é provavelmente a primeira condição para o surgimento de uma relação de intimidade, dado tanto os homens como as mulheres se sentirem usualmente mais amados e afeitos pelo seu par amoroso do que por qualquer outra pessoa (Hatfield & Rapson, 1993).

Para compreender a autorrevelação recorre-se ao *interpersonal process model of intimacy* de Reis e Shaver (1988), que concebe a intimidade como um processo transacional e interpessoal, cujas componentes-chave são a autorrevelação e a responsividade do parceiro à mesma. No seu modelo, os autores diferenciam a autorrevelação factual (e.g. partilha de informações ou factos pessoais) da autorrevelação emocional (e.g. partilha de sentimentos, opiniões e juízos pessoais), sendo a emocional propícia ao desenvolvimento de maior intimidade. Contudo, salientam que mais importante, para o desenvolvimento da intimidade, do que a autorrevelação em si e do que a resposta real do parceiro a essa revelação, é a interpretação que é feita dessa resposta. Quando essa resposta é percebida como compreensiva, de aceitação e valorização será então promotora de maior intimidade. Para além disso, há que ter em conta que, embora a partilha de informação íntima possa ser altamente satisfatória, a autorrevelação tem de ser cuidadosamente gerida, pois em demasia pode tornar-se contraproducente ou prejudicial, levar à rejeição e/ou reduzir a autonomia (Laurenceau, Barrett & Pietromonaco, 1998).

Tal como referido anteriormente, os conflitos não só são uma realidade em todas as famílias, mas também assim vai acontecendo na maioria dos relacionamentos românticos à medida que a intimidade entre os pares vai crescendo (Reis & Shaver, 1988; Simon, Kobielski & Martin, 2008); por isso, é fundamental que a sua resolução seja efetiva e construtiva para a manutenção e promoção de uma cada vez maior intimidade (Collins & Sroufe 1999).

Neste sentido, Pietromonaco, Greenwood e Barrett (2004) afirmaram que, embora os conflitos sejam propícios a ser associados a sentimentos negativos e a ser percebidos como uma ameaça, podem igualmente constituir-se como uma oportunidade para a promoção de intimidade e comunicação. Os comportamentos de resposta ao conflito são influenciados pelas crenças que os indivíduos possuem acerca do mesmo, mais precisamente da perceção que têm dos efeitos que o conflito terá na relação (Simon, Kobielski & Martin, 2008). Por sua vez, estas crenças dependem, diretamente das experiências anteriores na relação romântica e noutras relações de proximidade, bem como, indiretamente das interações observadas quer nos modelos parentais, quer nos pares (Furman & Simon, 1999). Também os modelos internos dinâmicos construídos ao longo do desenvolvimento são considerados como uma influência na forma como os indivíduos agem e respondem às situações de conflito na sua relação romântica (Pietromonaco et al., 2004). Os indivíduos cujos modelos internos dinâmicos se baseiam em representações dos outros como responsivos e disponíveis tenderão a interpretar e responder ao conflito de forma diferente daqueles que percebem os outros como rejeitantes e indisponíveis, demonstrar-se-ão mais predispostos à partilha de sentimentos e pensamentos (Pietromonaco et al., 2004) e a recorrer a estratégias construtivas (e.g. resolução de problemas, diálogo), refletindo uma preocupação em promover a qualidade da relação (Pistole, 1989).

Por fim, a respeito do compromisso e do investimento, é de referir o *investment model* proposto por Rusbult (1980; 1983), que define o compromisso como uma intenção individual de persistir na relação e um vínculo psicológico (Rusbult, 1983), influenciados tanto pela satisfação e atração geradas pela relação, como pela qualidade e atração suscitadas pelas alternativas disponíveis e pelo investimento efetuado na relação. Quanto maior for este investimento, menor será a propensão do indivíduo para deixar a relação (Rusbult, 1980). Para Rusbult (1980; 1983) existem dois tipos de investimento, (i) o intrínseco, relativo aos recursos diretamente depositados na relação (e.g. tempo, esforço emocional ou autorrevelação); e (ii) o extrínseco, referente aos recursos inicialmente exteriores à relação que se tornam ligados a esta (e.g. pessoas, memórias, acontecimentos, atividades e bens materiais comuns e unicamente associados à relação). O *investment model* demonstrou-se útil na predição do compromisso e da satisfação/atração na relação, sendo que, quanto maior é a satisfação com o envolvimento na relação, menor será a perceção da qualidade das alternativas disponíveis e portanto maior o compromisso em manter essa mesma relação (Rusbult, 1980). Nota-se ainda que o compromisso pode também ser influenciado pela existência de fracas alternativas ou de investimentos tão significativos que abandonar a relação acarretaria elevados custos (Rusbult, 1983).

Embora esta visão, baseada em modelos de economia entre custos e benefícios, tenha trazido contributos importantes para a compreensão da intimidade, segundo Morgan e Shaver (1999), o compromisso não pode ser percebido na sua íntegra apenas por modelos cognitivos. Com base na teoria da vinculação, Simpson (1990) verificou que estudantes envolvidos numa relação amorosa segura evidenciavam maiores níveis de compromisso e interdependência, confiança e satisfação na relação. Além disso, Pistole e Clark (1995) observaram que indivíduos com expectativas de que o seu par romântico é responsivo em situações de *stress*, podem ser capazes de tolerar as ambiguidades da relação amorosa, mantendo-se investidos e comprometidos.

Para finalizar, reitera-se, como transparece na proposta de Erikson (1968/1976), que para a construção de intimidade é fundamental que cada elemento da díade possua um sentido de identidade, visto que a capacidade de assumir a diferenciação do *self* potencia os alicerces fundamentais de uma relação íntima, de partilha, investimento, compromisso e interdependência. Todavia, “a natureza da relação de casal é o reflexo de um mundo interno privado de cada um dos seus elementos” e da dinâmica que entre eles se estabelece (Costa, 2005, p. 94), pelo que para perceber uma relação de intimidade na sua totalidade seria necessário aceder a ambos os mundos internos.

1.2. Desenvolvimento e adoção da infância à adultez emergente

A integração de uma criança numa família adotiva acresce ao desenvolvimento, dito normativo, uma série de desafios, com os quais as crianças que permaneceram na sua família biológica não têm que se deparar, de entre os quais a vinculação aos novos pais, a tomada de conhecimento do estatuto de adotado e a compreensão das suas implicações, a comunicação sobre a adoção, a curiosidade acerca do passado e da família biológica e o sentimento de perda que pode surgir. Acresce ainda a construção de uma identidade, que integre a história de adoção, o que, nalguns casos, poderá implicar planos de procura da família de origem (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998).

Para além disso, segundo Lifton (2007), a história da adoção é, das mais variadas formas, uma *história de fantasmas*, vivendo o adotado acompanhado pelo fantasma daquilo que poderia ter sido se tivesse permanecido na família biológica, pelo fantasma dos pais perdidos e pelo fantasma do filho biológico que os seus pais adotivos poderiam ter tido, um irmão rival com quem compete. O mesmo autor acrescenta que dentro de cada indivíduo adotado reside uma acumulação de traumas relativos à adoção: a separação da mãe biológica, a colocação numa instituição à espera que alguém escolha uns pais para si; de seguida, uma nova separação daqueles com quem viveu nessa instituição; e, mais tarde, o desenvolvimento da consciência de que não é uma criança natural da família onde se insere, mas que vem de outra e que por isso não é como as outras crianças, existindo informações sobre a sua história às quais provavelmente nunca irá aceder. Lifton (2007) refere que, para aqueles que não

possuem nenhuma ou pouca informação, as fantasias surgem como uma forma de resposta. Alternando entre cenários positivos e negativos, os adotados imaginam o que poderá ter acontecido e o que poderá ser da sua família biológica (*ibid.*). É ainda frequente que os adotados sintam como se neles vivessem dois *self*, aquele que nasceu mas não vive e aquele que não nasceu mas que vive (Lifton, 2007).

Em suma, é compreensível que, tal como o prediz o modelo de *stress* e *coping*, desenvolvido por Brodzinsky (1987; 1990), se assuma um maior risco para o adotado em todos os estádios desenvolvimentais, surgindo a adoção, de modo consciente ou inconsciente, em diversos momentos do crescimento (Brodzinsky, Schechter & Henig, 1992/2002).

1.2.1. *Tarefas psicossociais inerentes aos adotados da infância à adolescência*

De acordo com o modelo de ajustamento à adoção apresentado por Brodzinsky (1987; 1990), que consiste numa adaptação do modelo de desenvolvimento psicossocial de Erikson, percebe-se que a experiência de adoção expõe pais e filhos a um conjunto de tarefas psicossociais únicas, que interagem e complexificam as tarefas desenvolvimentais universais da vida familiar. Como tal, para progredir para níveis de maturidade e ajustamento à adoção mais complexos, a família adotiva deverá resolver estas tarefas adequadamente e de forma contínua.

No início da infância, o ajustamento do adotado passa pelo desenvolvimento de uma confiança básica, a qual, segundo Brodzinsky (1987), no caso das crianças adotadas, é influenciada, não só pela responsividade e sensibilidade dos pais adotivos, mas também pela capacidade destes em resolverem a sua infertilidade, em ajustarem as suas expectativas, lidarem com o estigma social que envolve a adoção, assim como pela idade da criança no momento da adoção. Crianças adotadas tardiamente viram muitas vezes as suas necessidades prematuras de segurança, ligação e afeto frustradas por uma história de adversidades na sua família de origem, por uma história de rejeição e/ou abandono e pelas vivências no contexto institucional. Estas crianças podem ter desenvolvido condutas resultantes da adaptação à sua história de vida, bem como um padrão de vinculação e estratégias de *coping* decorrentes do seu ambiente anterior à adoção, onde dificilmente terão estabelecido um relacionamento estável, duradouro e seguro (Cederblad, Höök, Irhammar & Merche, 1999; Howe, Shemmings & Feast, 2001; Stovall & Dozier, 1998). No entanto, estudos têm apontado para a inexistência de uma relação direta entre a idade da criança à data de adoção e a qualidade da vinculação estabelecida com a nova família, quando a colocação se dá até aos quatro ou cinco anos de vida (Chisholm, 1998; Salvaterra, 2007).

Antes dos cinco anos de idade, a criança efetua os seus primeiros passos no desenvolvimento de um sentido de autonomia e iniciativa, tendo por isso de ser capaz de, progressivamente, atravessar o primeiro processo de separação-indivuação (Brodzinsky, 1987; Mahler, 1967), o qual pressupõe o estabelecimento de laços emocionalmente seguros com os pais.

Nas famílias adotivas, a esta etapa corresponde idealmente a primeira fase do *family adoption communication (FAC) model* (Wrobel, Kohler, Grotevant, & McRoy, 2003), a qual consiste na revelação à criança do seu estatuto de adotada. Nesta fase, os pais adotivos são quem decide que informações querem partilhar com a criança, não recebendo ainda por parte desta qualquer pressão. Esta decisão dos pais baseia-se geralmente no que lhes foi dado e ensinado pelo serviço de adoções, bem como nos seus próprios valores e crenças (*ibd.*).

Relativamente à comunicação sobre a adoção, sabe-se que os profissionais recomendam que a criança tome conhecimento de que é adotada através dos seus pais adotivos e de preferência numa idade prévia à sua entrada na escola (Wrobel et al., 2003). Recomendam também que, primeiramente, seja discutida a natureza da adoção no geral e que, posteriormente, sejam disponibilizadas à criança informações sobre a sua situação em particular, sendo que a revelação não se deverá constituir como um acontecimento único mas antes como o início de um diálogo entre pais e filho(a) (*ibd.*). Neste sentido, realça-se que, mais importante do que o conteúdo da informação veiculada e do que a frequência com que o tema é abordado, é a atitude dos pais (*ibd.*). Idealmente, esta atitude deve ser de empatia, aceitação e compreensão, pois a abertura da comunicação sobre a adoção tem sido considerada como um fator promotor de um bom funcionamento familiar e, consequentemente, preditor do ajustamento do adulto emergente e de maior satisfação com a sua experiência (Howe & Feast, 2000 *cit in* Brodzinsky, 2006; Levy-Shiff, 2001). Porém, por abertura da comunicação sobre a adoção não se entende apenas a transmissão de informações, mas um tipo de comunicação construtiva e não-defensiva, em que é potenciada a exploração dos problemas enfrentados pelos membros da família adotiva, em que é dada a possibilidade de explorarem o que realmente são e é expresso apoio na resolução de conflitos relacionados com a adoção (Howe & Feast, 2000 *cit in* Brodzinsky, 2006).

Kirk (1964 *cit in* Brodzinsky, 1987) foi um dos primeiros autores que procurou compreender as especificidades da vida das famílias adotivas, tendo observado que face à singularidade dos desafios com os quais se deparam, podiam enveredar por dois padrões, a aceitação ou a rejeição das diferenças entre a sua dinâmica familiar e a de uma família dita convencional. Por outras palavras, enquanto alguns pais negam as diferenças e incentivam os seus filhos a esquecer a adoção, outros lidam abertamente com essas diferenças, confrontando-as ativamente e explorando os sentimentos que provocam. De acordo com Kirk, as famílias adotivas que reconhecem as suas diferenças tenderão a ser mais empáticas e comunicativas na abordagem das questões relativas à adoção, o que, por sua vez, facilitará o desenvolvimento de relações entre pais e filho(a) mais harmoniosas e seguras, assim como uma vida familiar mais estável. Contudo, Brodzinsky (1990) afirma que as famílias que se encontram num extremo de negação ou num extremo de insistência na diferença tendem a ter um pior prognóstico de ajustamento do que aquelas que adotam posições intermédias. Para além disso, a posição que produzirá melhores resultados numa família poderá ser disfuncional para outra, assim como a posição da família relativamente à diferença poderá mudar ao longo do tempo, atuando numa fase inicial num

registro de negação das diferenças e, mais tarde, num registro de reconhecimento e comunicação aberta sobre as mesmas, já que estes padrões não se constituem como mutuamente exclusivos (*ibid.*).

A idade escolar corresponde, para as crianças adotadas, ao confronto com um mundo de crianças que não são adotadas, ao desenvolvimento do pensamento lógico que permite a distinção entre nascimento e adoção e à consciencialização do significado e implicações de ser adotado, mesmo que a revelação tenha sido efetuada anteriormente (Brodzinsky, 1987; 1990).

Esta maturação cognitiva e social leva a que a criança deixe de perceber a adoção como uma experiência apenas positiva e surjam experiências de perda, universais e transversais a todos os adotados e inerentes à própria experiência, embora vividas de modo distinto por cada um (Brodzinsky, 1990; in press). Quando a criança é adotada numa idade mais avançada, a experiência de perda é abrupta, mais visível e traumática, já que envolve a perda de relações de vinculação construídas previamente. Pelo contrário, quando adotada em idade precoce, as perdas aparentam ser mais dissimuladas, emergindo gradualmente com a complexificação do pensamento (Brodzinsky, 1990).

Nesta idade, a criança percebe que os outros não a invejam por ser adotada e que esta forma de constituir família é ainda tida como uma parentalidade de segunda, experienciando então a perda de estatuto (Brodzinsky, in press). O surgimento da noção de reversibilidade pode, por sua vez, despoletar um sentimento de perda dos pais biológicos, na medida em que as crianças se tornam mais aptas a perceber que ser adotado não significa apenas ter ganho uma família, mas também ter perdido outra (*ibid.*). Compreendem então que ter sido escolhido implica ter sido abandonado (Brodzinsky, Schechter & Henig, 1992/2002), cabendo aos pais suportar a reformulação do sentimento de ter sido “indesejado” num sentimento de ter sido “desejado” (Wrobel et al., 2003). Além disso, a compreensão de que uma família não se une apenas pela coabitação mas também pelos laços de sangue (Brodzinsky et al., 1992/2002), concomitantemente à ausência de consciência das bases legais da adoção (Brodzinsky, in press), gera no adotado um sentimento de perda de estabilidade e de confusão quanto à pertença à família adotiva.

Nesta fase, a criança desenvolve as suas primeiras curiosidades sobre as suas origens, começando a expressar a sua necessidade de obter mais informações sob a formulação de questões aos pais adotivos (Brodzinsky, in press; Wrobel et al., 2003), os quais, segundo os autores do *FAC model*, continuam a ter controlo da informação disponibilizada à criança. Estudos demonstram que pais que fornecem aos filhos informação acerca das suas origens criam um clima de abertura no qual a criança se sente à vontade para satisfazer a sua curiosidade (Barbosa-Ducharme & colaboradores do IPA, 2011), funcionando esta como energia motivadora para a atividade exploratória (Wrobel & Dillon, 2009). Assim, a forma como os pais partilham a informação relativa à adoção com a criança, o modo como respondem ao seu questionamento e se ajustam às suas necessidades emocionais influenciem a exploração que esta efetua das questões relativas à adoção, não só com os pais mas também com os outros (Barbosa-Ducharme & colaboradores do IPA, 2011). Porém, Wrobel e Dillon (2009) afirmam

que quando a informação disponível corresponde à desejada então pode não existir um sentimento de insatisfação quanto à informação disponível e, naturalmente, a curiosidade poderá ser fraca.

Na adolescência, questões relativas à construção da identidade tornam-se centrais (Erikson, 1963/1971; 1968/1976). Nos adolescentes adotados, esta tarefa desenvolvimental universal implica a exploração da ligação às origens, a exploração mais aprofundada das implicações e significados de ser adotado para compreender este processo nas suas diversas vertentes (pessoal, familiar e social), mas também uma integração das percepções do *self* nos períodos anteriores de vida e nos seus diferentes contextos, num sentido de continuidade. Esta tarefa reveste-se de especial dificuldade em razão da ligação do adotado a duas famílias, aquela que conhece, com quem vive e com quem tem um vínculo afetivo e aquela que não conhece, com quem não vive mas com quem partilha uma herança biológica (Brodzinsky, 1987; in press).

Para além disso, o segundo processo de separação-individuação implica a diferenciação e autonomização relativamente à família de origem, mas para o adotado que se separa da sua família adotiva, permanece o fantasma da família biológica, do qual se torna difícil separar-se pela ausência ou escassez de dados a seu respeito (Brodzinsky et al., 1992/2002). Muitos adotados nunca conseguirão ter acesso a algumas informações relativas às suas origens; sentindo assim que lhes falta uma parte significativa de si próprios, poderão experienciar um sentimento de perda de uma parte da sua identidade (Brodzinsky, in press).

O adolescente adotado aperceber-se-á ainda de que os indivíduos se integram num sistema familiar alargado no qual existem laços horizontais, dentro de uma mesma geração, mas também laços verticais intergeracionais, tendo sido privado dessa continuidade genealógica pela sua experiência de adoção (Brodzinsky, in press). Mais, à *confusão genealógica* (i.e. origens confusas, incertas e incompletas) com a qual se deparam, muitas vezes, os adolescentes adotados, acrescem sentimentos de deslealdade aos pais adotivos (Sants, 1964 *cit in* Brodzinsky, 1987), quer por experienciarem uma ambivalência afetiva relativamente aos mesmos (i.e. sentem simultaneamente sentimentos positivos por terem uma família adotiva e sentimentos negativos relativamente às circunstâncias que levaram à adoção) (Brodzinsky, 1990), quer pela curiosidade que sentem em relação às suas origens biológicas.

A busca das origens ocorre para todos os adolescentes através de histórias contadas pelos familiares, mas para os adotados estas histórias, que abarcam dados acerca da sua família biológica e adotiva, bem como acerca dos motivos que levaram à adoção, são frequentemente incompletas, quer porque as informações não estão disponíveis, quer por serem omitidas (Grotevant & Von Korff, 2011). Contudo, a identidade adotiva vai para além do amontoado de informação, pois implica a construção de uma narrativa em torno dessas informações e um processo de atribuição de significados (*ibid.*). A procura ativa das origens, correspondente à terceira e última fase do *FAC model*, poderá surgir como uma estratégia de exploração e integração das identidades, biológica e adotiva, num sentido de *self* contínuo, permitindo ao adotado procurar informação, sem recorrer aos pais adotivos como fonte

(Wrobel et al., 2003). Embora a maioria dos adotados não empreende uma busca externa das suas origens antes dos 20 ou 30 anos, surgindo esta procura geralmente associada a um acontecimento de vida significativo (*ibid.*), a verdade é que, no seu interior, essa procura inicia-se a partir do momento em que lhes é dito que são adotados, como forma de completar os capítulos incompletos da sua narrativa de vida, como forma de construírem um sentido de *self* coerente (Lifton, 2007). Brodzinsky e seus colaboradores (1992/2002) reforçam que, segundo a sua experiência, todos os adotados iniciam um processo de busca que, ainda que não seja sempre externo, visa encontrar um significado para a sua experiência, sendo precisamente quando os adolescentes adotados ponderam estas questões e reconstróem esta narrativa que lhes foi passada em torno da adoção, que iniciam a integração da sua identidade adotiva num sentido mais lato do seu *self* (Grotevant, 1997).

Ao atingir a adultez, o indivíduo esforça-se por estabelecer relações íntimas fora da sua família. Esta tarefa pode gerar uma crise nos adotados que sofreram uma acumulação de perdas e cuja capacidade de confiar e arriscar pode ser afetada (Brodzinsky et al., 1992/2002) pelo “despoletar de vestígios arcaicos da memória, do abandono original e da experiência ameaçadora que representou” (Verrier, 2007, p.96).

Para alguns adotados, a dor ou os sentimentos negativos associados ao facto de terem sido adotados podem emergir mais tarde, à medida que forem atravessando novas transições desenvolvimentais como a parentalidade, a necessidade de construção de um legado e/ou a morte de um familiar (Smit, 2002).

1.2.2. Estudos anteriores

Apesar de existir uma quantidade e diversidade significativa de literatura relativa à adoção, à perda e ao abandono, bem como já numerosas investigações relativamente impacto da adoção no desenvolvimento das crianças, poucos estudos avaliam o impacto da adoção a longo prazo (Collishaw, Maughau & Pickles, 1998).

No domínio da construção da identidade, um estudo levado a cabo por Howe, Shemmings e Feast (2001) analisou a experiência de adoção de 472 adultos que tinham procurado ou sido procurados por um ou mais parentes biológicos. Partindo da idade do adotado no momento da adoção, analisou o sentimento de pertença e de diferenciação relativamente à sua família adotiva, bem como procurou perceber se se sentiam amados por ela. A idade avançada no momento da integração na família adotiva aumentou significativamente o risco de verem a sua experiência de adoção com sentimentos mistos ou negativos. Também neste âmbito, Domingues (2010), que focou quatro temáticas centrais na construção da identidade adotiva (i.e., perda, comunicação sobre a adoção, busca das origens e significado atribuído à adoção), verificou que o momento da adoção influencia as conceções que os adotados possuem relativamente à sua experiência. Apesar das diferenças

observadas neste estudo ao nível das concepções, verificou-se que todos os participantes se sentem integrados na família adotiva e vivem a sua adoção de uma forma positiva, sendo a identidade adotiva associada ao modo como lidam com o sentimento de perda, com certos aspetos da comunicação, com o processo de busca interna e externa, bem como com a autopercepção da condição de adotado.

Passmore, Foulstone e Feeney (2006) procuraram investigar os efeitos que o secretismo em torno da adoção, na família adotiva, poderia ter ao nível das relações interpessoais nos adultos adotados. Os autores observaram que os adotados, cujo estatuto lhes havia sido revelado numa idade precoce, apreciavam tal ter acontecido desta forma, parecendo esta revelação ter auxiliado a construção da sua identidade e de um sentido de pertença. Mais, estes mesmos sujeitos afirmaram que os seus pais adotivos se constituíram como bons modelos de abertura na comunicação sobre o tema, possibilitando-lhes tornarem-se capazes de uma abertura semelhante noutros relacionamentos interpessoais. Pelo contrário, os adotados que notaram uma indisponibilidade por parte dos pais para abertamente discutir o tema, descreveram o secretismo como tendo um impacto negativo na sua relação com os mesmos. Além disso, quando mais tarde descobriram o seu estatuto de adotado experienciaram um sentimento de perda de confiança e de traição. Alguns afirmaram até que o secretismo em torno da adoção na família adotiva, terá afetado o seu sentimento de confiança nas relações românticas e que, em certas situações, terá potenciado que este assunto fosse discutido no contexto de outras relações, exteriores à família, com uma abertura desmedida.

Recorrendo à teoria da vinculação, Feeney, Passmore e Peterson (2007) procuraram, em primeiro lugar, avaliar o impacto do estatuto de adotado e das experiências familiares na vinculação adulta e, em segundo lugar, avaliar o papel da vinculação adulta na forma como o indivíduo se comporta e age nos relacionamentos que mantém, usando para o efeito uma amostra de adultos adotados e de adultos não-adotados. Os autores verificaram que a existência de uma vinculação insegura era mais frequente nos sujeitos adotados, mas que o seu estatuto de adotado por si só parecia explicar apenas uma fraca percentagem da variância da vinculação. Com efeito, evidenciou-se uma associação mais forte entre a percepção que os sujeitos tinham da sua ligação com os pais e o seu padrão de vinculação e, por sua vez, os seus modelos internos dinâmicos pareciam ser o resultado de acontecimentos relacionais recentes na sua vida. Mais, as dimensões da vinculação pareceram exercer uma maior influência nos seus relacionamentos atuais do que o estatuto de adotado por si só, sobretudo ao nível dos seus relacionamentos em geral, mais do que nos seus vínculos românticos. Os autores acrescentaram ainda que as avaliações dos sujeitos acerca da sua relação romântica seriam mais influenciadas por características do parceiro e pela história relacional do casal do que pelos seus modelos internos de dinâmicos. Verificaram também que o contributo da vinculação para a compreensão do funcionamento dos sujeitos nas suas relações revelou-se similar em sujeitos adotados e não adotados, excetuando o facto de o estatuto adotivo por si só se constituir como preditor do medo da intimidade e de registos de sentimentos de solidão social e de solidão na família. Neste sentido, os autores consideraram que o adotado pode entender como menos desafiante o estabelecimento de

vínculos com um parceiro romântico do que o desenvolvimento de proximidade e confiança no contexto familiar, uma vez que será precisamente um sentimento de apoio familiar e de pertença que lhe permitirá sentir-se em sintonia com os outros no geral e estar confiante de que não o rejeitarão.

Também, Tieman, van der Ende e Verhulst (2006) constataram, num estudo com (jovens) adultos adotados internacionalmente e (jovens) adultos não adotados, que na maioria das áreas do funcionamento psicossocial, os primeiros evidenciavam um funcionamento tão positivo quanto os não adotados. Diferenças foram encontradas apenas nalguns domínios, como nas questões de intimidade, onde os resultados demonstraram ser menos provável que os adotados se envolvessem em relações íntimas, vivessem com alguém ou estivessem casados do que os não adotados. Com base no relato dos adotados, constatou-se que estes se demonstravam também menos incomodados por viverem sem um parceiro do que os não adotados, o que poderá indicar que se encontram satisfeitos ou têm menos necessidade de viver com um parceiro.

Não obstante, a longa prática de adoção, pouco se sabe ainda acerca da forma como é percebida esta experiência pelos adotados na adultez emergente, e mais difícil ainda é de encontrar de que forma a adoção emerge na construção de uma relação de intimidade.

Tendo como pano de fundo a teoria da vinculação que tem provado ser uma robusta e heurística grelha concetual para a compreensão do contributo das relações precoces para o desenvolvimento humano ao longo do ciclo de vida, reitera-se a importância da aquisição de um sentido de segurança para empreender um processo de separação-indivuação relativamente à família de origem, na adolescência e adultez emergente. Este processo permitirá a exploração de novos papéis e contextos relacionais, com vista à construção da identidade e ao investimento em relações íntimas com pares. Concomitantemente, salienta-se que o indivíduo transporta das suas relações anteriores, expectativas e padrões comportamentais que moldam a forma como funciona noutros relacionamentos, pelo que a sua entrega à construção de uma relação de intimidade com um par romântico, sem receio de perder a sua individualidade mas também sem receios de rejeição e/ou abandono, será influenciada pela sua capacidade para se perceber como único e separado dos outros, como um ser digno de ser amado e cuidado e mas também pela sua capacidade para perceber os outros como seres dignos de confiança e capazes de sensibilidade e responsividade.

Nesta perspetiva, o presente estudo procura focar-se na forma como a adoção, que pressupõe uma separação precoce e uma trajetória desenvolvimental pautada de desafios, influencia a resolução das tarefas desenvolvimentais supracitadas, acedendo para o efeito, através do discurso do adotado, às representações construídas ao longo do seu desenvolvimento.

Capítulo II. Das opções metodológicas à análise do discurso do adotado

2.1. Metodologia

2.1.1. *Objetivo principal e questões de investigação*

A presente investigação tem como principal objetivo explorar a influência da experiência de adoção na construção da identidade de adultos emergentes adotados, num sentido simultaneamente de continuidade e diferenciação, bem como no desenvolvimento da sua capacidade para a construção de uma relação segura de proximidade e intimidade com um par amoroso.

Nestas condições, optou-se por realizar um estudo de natureza exploratória, orientado para a emergência e construção de hipóteses, uma vez que estudos desta natureza se caracterizam pelo seu valor predominante criativo e pela impossibilidade de generalizar as inferências daí retiradas (De Ketele e Roegiers, 1993). Assim, pelo caráter exploratório assumido, não foram definidos objetivos específicos mas antes questões de investigação orientadoras:

- I. Quais as representações que os adultos emergentes adotados possuem da sua família biológica?
- II. Quais as representações que os adultos emergentes adotados construíram acerca do tempo que mediou o seu afastamento da família biológica e a sua integração na família adotiva?
- III. Quais as representações dos adultos emergentes adotados acerca da sua experiência de adoção na infância e adolescência, bem como a forma como esta continua a ser vivida na atualidade, quer a nível intra e interpessoal?
 - (i) De que forma foi e tem sido abordada no contexto da família adotiva e no contexto exterior à família adotiva a sua experiência de adoção?
 - (ii) Terão os adultos emergentes adotados conseguido desenvolver um sentimento de pertença à sua família adotiva e, caso o tenham conseguido, quais os fatores que terão contribuído para a construção deste sentimento?
 - (iii) Quais as perdas sentidas pelos adultos emergentes relativamente à sua experiência de adoção?
 - (iv) Relativamente à sua integração na família adotiva, o que terá sido por eles sentido como mais difícil, mais fácil e mais importante?
- IV. De que forma os adultos emergentes adotados percecionam as relações que estabeleceram com os seus pais adotivos na infância?
 - (i) Tendo por pano de fundo a teoria da vinculação, quais as representações que os adultos emergentes adotados têm da atuação dos seus pais na infância, não só ao nível da expressão de afetos, mas também ao nível da gestão das suas condutas e da comunicação?

V. Como terá evoluído a relação dos atuais adultos emergentes adotados com os seus pais adotivos, na adolescência?

- (i) Terão sido sentidas transformações na relação com os seus pais adotivos?
- (ii) O que percebem ter estado na origem da evolução dessa relação?

VI. De que forma os adultos emergentes adotados descrevem a sua relação com os pais adotivos na atualidade?

VII. De que modo os adultos emergentes adotados terão construído a sua identidade em torno das várias dimensões que integram a sua história de vida?

- (i) Como se percebem os adultos emergentes adotados, enquanto indivíduos simultaneamente diferentes e semelhantes aos seus pais adotivos?
- (ii) Em que medida e domínios se consideram autónomos relativamente às suas figuras parentais?
- (iii) De que forma a sua experiência de adoção, mas também os seus pais adotivos e o seu par amoroso influenciam o que atualmente percebem ser?

VIII. Quais as representações dos adultos emergentes adotados acerca da relação conjugal dos seus pais adotivos?

- (i) Que recordações possuem acerca da expressão de afeto entre o seu pai e a sua mãe adotivos?
- (ii) Quais as suas representações acerca das situações de conflito entre o seu pai e a sua mãe adotivos?

IX. De que forma os adultos emergentes adotados se entregam à construção de uma relação de intimidade com um par romântico?

- (i) Como vivenciam, no contexto da relação com o par amoroso, as dinâmicas do afeto e do conflito, mas também da autorrevelação, do investimento, do compromisso e da interdependência?

X. De que forma se processa a transferência das componentes de vinculação aos pais para o par amoroso, nos adultos emergentes adotados?

- (i) Quais as componentes que se encontram ainda vinculadas aos pais e aquelas que os adultos emergentes adotados assumem como função do par amoroso?

Desta forma, no presente estudo, procura-se sistematizar o processo de desenvolvimento da identidade do adulto emergente adotado, partindo de um processo de separação-indivuação relativamente a duas famílias (biológica e adotiva), bem como o processo de construção de uma

Capítulo II. Das opções metodológicas à análise do discurso do adotado
relação de envolvimento íntimo, pautada pelo afeto, conflito, autorrevelação, investimento, compromisso e interdependência, com o par romântico, considerando que esta capacidade vai amadurecendo ao longo do desenvolvimento, neste caso até à adultez emergente.

2.1.2. Metodologia qualitativa

No presente estudo, enveredou-se pelo uso de uma metodologia qualitativa, uma vez que esta permite a descrição e compreensão contextualizada de fenómenos, centrando a sua análise no significado e tendo em conta a intersubjetividade e complexidade das experiências (Stiles, 1993).

Dado que os objetivos das investigações do tipo qualitativo passam fundamentalmente pela compreensão mais ampliada acerca de um fenómeno, importa ter em conta que as questões da fidelidade e validade e, conseqüentemente, da generalização de resultados e objetividade parecem não se legitimar nos mesmos moldes que nas investigações do tipo quantitativo (Stiles, 1993). No entanto, não significa que devem ser abandonadas preocupações acerca do rigor e acerca da necessidade de provar a validade dos resultados produzidos (*ibd.*).

Atenta-se ainda que a metodologia qualitativa encara a interação do investigador com o campo como parte explícita da produção do saber, em lugar de a excluir a todo o custo, como variável interveniente, sendo as reflexões, impressões e sentimentos do investigador parte integrante dos dados produzidos, nomeadamente ao influenciar a interpretação que do discurso dos participantes é feita (Flick, 2002). Por sua vez, os participantes podem ser vistos como colaboradores ou co-investigadores, auxiliando na criação de sentido e na construção de compreensões sobre os fenómenos (*ibd.*).

2.2. Método

2.2.1. Participantes

No presente estudo participaram quatro sujeitos, dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 19 e os 23 anos. Trata-se de uma amostra por conveniência, definida em função dos seguintes critérios de seleção: (i) ser adotado, (ii) ter entre 18 e os 25 anos de idade, (iii) ter ou já ter tido uma relação amorosa com uma duração superior a 1 ano.

Tabela 1

Caracterização sumária dos participantes do estudo

		S.2			S.3			S.4			S.5		
Idade		20			19			23			23		
Gênero		Feminino			Masculino			Feminino			Masculino		
Situação profissional		Estudante			Estudante			Estudante			Estudante-trabalhador		
Idade no momento da retirada da família biológica		Após o parto ou umas semanas depois			Recém-nascido			2 meses			Imediatamente a seguir ao parto		
Local de permanência entre a retirada e a adoção		Família de acolhimento			Instituição			Em casa de uma tia (irmã biológica da mãe)			Hospital		
Idade no momento de adoção		Integrada na família adotiva aos 2 meses mas a adoção legal foi decretada aos 5 anos			1 mês			2 meses			Alguns meses		
Agregado familiar atual		Pai e Mãe			Pai e Mãe			Só com a Mãe (pais divorciados)			Pai e Mãe		
Estado civil		Solteiro			Solteiro			Solteiro			Solteiro		
História de namoro		Namorados anteriores	Namorado atual	1ª namorada	2ª namorada	3ª namorada	Namorada atual	1º namorado	2º namorado	Namorado atual	1ª namorada	2ª namorada	Namorada atual
	Idade no início do namoro	3 ou 4 história em que não era correspondida	16 anos	14/15 anos	17 anos	17 anos	18 anos	16 anos	19 anos	23 anos	11/12 anos	15/16 anos	20 anos
	Duração		2 anos	14 meses	2 anos	3 meses	16 meses	3 meses	2 anos	1 mês	> 1 ano	<1 ano	3 anos
Estado da relação amorosa abordada		Presente			Presente			Passada			Presente		
Duração da relação de namoro abordada		4 anos			16 meses			2 anos			3 anos		

2.2.2. Instrumento

A **Entrevista sobre a Adoção e Relações de Intimidade** (E.A.R.I.), construída no âmbito da presente investigação,⁷ consiste numa entrevista semiestruturada em torno das temáticas da adoção, das relações familiares na infância, adolescência e adultez emergente, orientada para a abordagem do desenvolvimento da identidade e de uma relação romântica, presente ou passada, com uma duração superior a um ano. Assim, ainda que semidiretiva, na forma e na ordem segundo a qual é conduzida, assim como na forma como as questões são adaptadas, colocadas ou não, a entrevista é porém diretiva quanto aos temas sobre os quais se pretende recolher informação. Com efeito, o guião de perguntas foi ajustado aos entrevistados e às suas idiossincrasias, sendo alterado consoante a dinâmica que se ia estabelecendo com a entrevistadora, mediante o acrescento ou a omissão de perguntas, desde que se considerasse relevante para a obtenção de informação necessária para responder às questões de investigação supramencionadas.

Ainda que constituída, inicialmente, por um conjunto de questões fechadas, com vista à recolha de dados sociodemográficos, a E.A.R.I. abarca sobretudo perguntas abertas, a fim de aceder às representações e recordações dos sujeitos sobre experiências passadas e presentes, bem como um conjunto de três perguntas com a finalidade de incentivar a projeção no futuro. As perguntas abertas visam recolher o discurso mais ou menos espontâneo sobre o tema sugerido, contudo algumas perguntas fechadas são igualmente previstas para os casos em que o sujeito possa ter dificuldades na recordação. A entrevista contém igualmente algumas perguntas, sem fins de análise, que funcionam como forma de ativação da memória sobre acontecimentos e relacionamentos passados.

É de referir que a entrevista foi submetida a uma situação prévia de experimentação, a fim de ser verificada a congruência, aplicabilidade e acessibilidade das questões. Os dados recolhidos nesse primeiro momento não se encontram integrados na análise de conteúdo do presente estudo, mas constituíram tópico de reflexão no âmbito da construção do instrumento de recolha de dados, tendo mesmo sido incentivada a discussão com o sujeito envolvido, após a entrevista.

2.2.3. Procedimentos

2.2.3.1. Procedimentos de seleção dos participantes

Em primeiro lugar, procedeu-se à divulgação da investigação, quer por via de uma rede social na internet (*facebook*), quer através do sistema de *e-mail* dinâmico do Sigarra da Universidade do Porto, solicitando-se a participação voluntária de sujeitos adotados, com idade compreendida entre os 18 e os 25 anos. Para além disso, entrou-se igualmente em contacto com sujeitos participantes de uma investigação anterior no mesmo âmbito, primeiramente via correio eletrónico, tendo sido

⁷ Com a estreita orientação da Professora Doutora Maria Emília Costa.

posteriormente contactados por telefone os sujeitos interessados, a fim de se agendar o momento e local da entrevista.

2.1.5.2. Procedimento de recolha de dados

As entrevistas foram efetuadas na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Após uma apresentação estandardizada do estudo e de uma explicação acerca da forma como os dados recolhidos iriam ser tratados e divulgados, assegurando-se o consentimento informado para a gravação áudio, os participantes responderam oralmente às questões da E.A.R.I., gravadas mediante um gravador digital. A média da duração das entrevistas foi de oitenta e sete minutos, sendo que a duração mínima foi de cinquenta minutos e a máxima de duas horas e meia.

2.1.5.3. Procedimento de tratamento de dados

Os dados recolhidos através da E.A.R.I. foram alvos de uma análise de conteúdo, uma vez que esta é uma metodologia que permite tratar metodicamente informações com alguma profundidade e complexidade (Quivy & Compenhoudt, 1995) e a sua função heurística vai de encontro à natureza do presente estudo (Bardin, 2008).

Para Bardin (2008), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, que permitem a inferência de conhecimentos.

No presente estudo, recorreu-se à análise de conteúdo do tipo categorial, a qual consiste em classificar diferentes elementos em diversas gavetas categóricas, segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido e capazes de introduzir uma certa ordem na confusão inicial (Bardin, 2008).

Assim, o processo de análise do discurso dos sujeitos decorreu segundo uma série de procedimentos descritos por Bardin (2008). Num primeiro momento, procedeu-se à transcrição integral de todas as entrevistas e, de seguida, à sua leitura, com o intuito de promover a familiarização com o material a analisar e de apreender os temas chave. Posteriormente, foram realizadas operações de codificação, a partir das quais o texto bruto deu origem a categorias e subcategorias. Para o processo de codificação foram, primeiramente, identificados os temas mais evidentes, aos quais foram atribuídas designações provisórias e, progressivamente, quer a partir das questões do guião da entrevista, quer a partir do discurso espontâneo dos sujeitos ao longo da entrevista, foram sendo alteradas e refinadas as categorias e subcategorias, mediante um processo de questionamento da sua pertinência. Assim, se algumas categorias e subcategorias já haviam sido previstas *a priori*, outras foram sendo construídas a partir da análise da transcrição. Procurou-se, simultaneamente, extrair dos dados brutos, segmentos de texto para serem transferidos para o contexto concetual. É de referir que o programa NVivo, versão 8 para *Windows*, serviu de auxiliar na sistematização das categorias. Por fim, o tratamento dos dados foi finalizado mediante a atribuição fundamentada de significado ao conteúdo,

Capítulo II. Das opções metodológicas à análise do discurso do adotado a realização de inferências e o levantamento de hipóteses. A tabela 2 apresenta as categorias, subcategorias e componentes alvos de definição.

Tabela 2

Apresentação das categorias, subcategorias e componentes

Categoria	Subcategoria	Componente	Definição
Experiência de adoção	Representações acerca da família biológica	Memórias	Recordações acerca da família biológica
		Informação	Informação detida acerca da família biológica
		Curiosidade	Curiosidade acerca da família biológica
		Fantasias	Fantasias concebidas acerca da família biológica
		Sentimentos	Sentimentos relativamente à família biológica
	Representações do período que medeia o afastamento da família biológica e a integração na família adotiva	Memórias	Recordações acerca do período de vida que medeia o afastamento da família biológica e a integração na família adotiva
		Informação	Informação detida acerca do período de vida que medeia o afastamento da família biológica e a integração na família adotiva
	Representações acerca do processo de integração na família adotiva	Memórias	Recordações acerca da integração na família adotiva
		Processo de comunicação	Abordagem efetuada ao tema da adoção no contexto da família adotiva e no contexto exterior à família adotiva
		Sentimento de pertença	Desenvolvimento de um sentimento de pertença em relação à família adotiva
		Perdas	Perdas relacionadas com a experiência de adoção
		O mais difícil	Situações ou experiências relacionadas com a adoção sentidas como mais difíceis
		O mais fácil	Situações ou experiências relacionadas com a adoção sentidas como mais fáceis
		O mais importante	Situações ou experiências relacionadas com a adoção sentidas como as mais importantes
Relação entre pais e filho(a) adotivos na infância	Afeto	Perceção da expressão de afeto na família adotiva entre pais e filho(a)	
	Previsibilidade do comportamento parental	Perceção relativamente à consistência e estabilidade do comportamento parental na infância, mediante as situações do dia a dia da criança	
	Comunicação	Caracterização da comunicação entre pais e filho(a) na infância em relação às temáticas próprias do desenvolvimento infantil	
	Separações	Vivência emocional das situações de separação prolongada relativamente às figuras parentais	
Relação entre pais e filho(a) adotivos na adolescência	Transformações	Perceção das transformações ocorridas na relação e comunicação entre pais e filho(a) adotivos na adolescência	
	Fatores	Fatores percebidos como estando na origem das transformações na relação e comunicação entre pais e filho(a) na adolescência	
Relação entre pais e filho(a)	Transformações	Perceção das transformações ocorridas na relação e comunicação entre pais e filho(a) adotivos na adultez emergente	

adotivos na adulter emergente	Fatores	Fatores percebidos como estando na origem das transformações na relação e comunicação entre pais e filho(a) na adulter emergente	
Construção da identidade	Características pessoais relacionadas com a experiência de adoção	Diferenças por ser adotado	Perceção de diferenças pessoais, relativamente aos jovens da mesma idade, pelo facto de ser adotado
		Diferenças se tivesse crescido na família biológica	Perceção de diferenças pessoais se, em vez de ter crescido na sua família adotiva, tivesse crescido na família biológica
	Características pessoais relacionadas com os pais adotivos	Semelhanças	Perceção das semelhanças físicas e/ou psicológicas relativamente aos pais adotivos
		Diferenças	Perceção das diferenças físicas e/ou psicológicas relativamente aos pais adotivos
		Autonomia	Perceção quanto à capacidade de funcionar autonomamente relativamente aos pais adotivos a nível emocional, cognitivo e comportamental
	Compromisso e projetos de vida futuros	Escolhas consolidadas em termos de projetos de vida para o futuro	
Modelo parental de casal	Afeto	Recordações e representações da expressão de afeto na relação conjugal das figuras parentais	
	Conflito interparental	Recordações, representações e vivência emocional das situações de conflito na relação conjugal das figuras parentais	
Construção de um relacionamen- to íntimo fora do contexto da família adotiva	Afeto	Perceções relativas à expressão de afeto na relação romântica	
	Conflito	Representações e estratégias de <i>coping</i> relativas às situações de conflito na relação romântica	
	Autorrevelação	Componentes	Conteúdo (factual ou emocional) da autorrevelação na relação romântica
		Reação do parceiro	Perceção da resposta do parceiro romântica à autorrevelação
	Investimento	Investimento intrínseco	Recursos diretamente depositados na relação romântica
		Investimento extrínseco	Recursos inicialmente exteriores à relação romântica que acabam por se tornar ligados a esta
		Satisfação	Satisfação entre aquilo que investem e aquilo que recebem na relação romântica
	Compromisso	Desejo e intenção de manter a relação amorosa ao longo do tempo	
	Interdependência	Capacidade individual para se deixar influenciar pelo parceiro romântico, sem no entanto se tornar dependente dele	
Transferência da vinculação	Procura de proximidade	Figura(s) junto da qual procuram manter e estabelecer maior proximidade	
	Porto de abrigo	Figura(s) á qual recorrem para procurar conforto, apoio e segurança em situações de <i>stress</i>	
	Base segura	Figura(s) sentidas como base a partir da qual se torna possível o desenvolvimento de comportamentos exploratórios	
	Protesto face à separação	Figura(s) que despoletam maior reclamações e resistência em situações de separação não antecipadas	

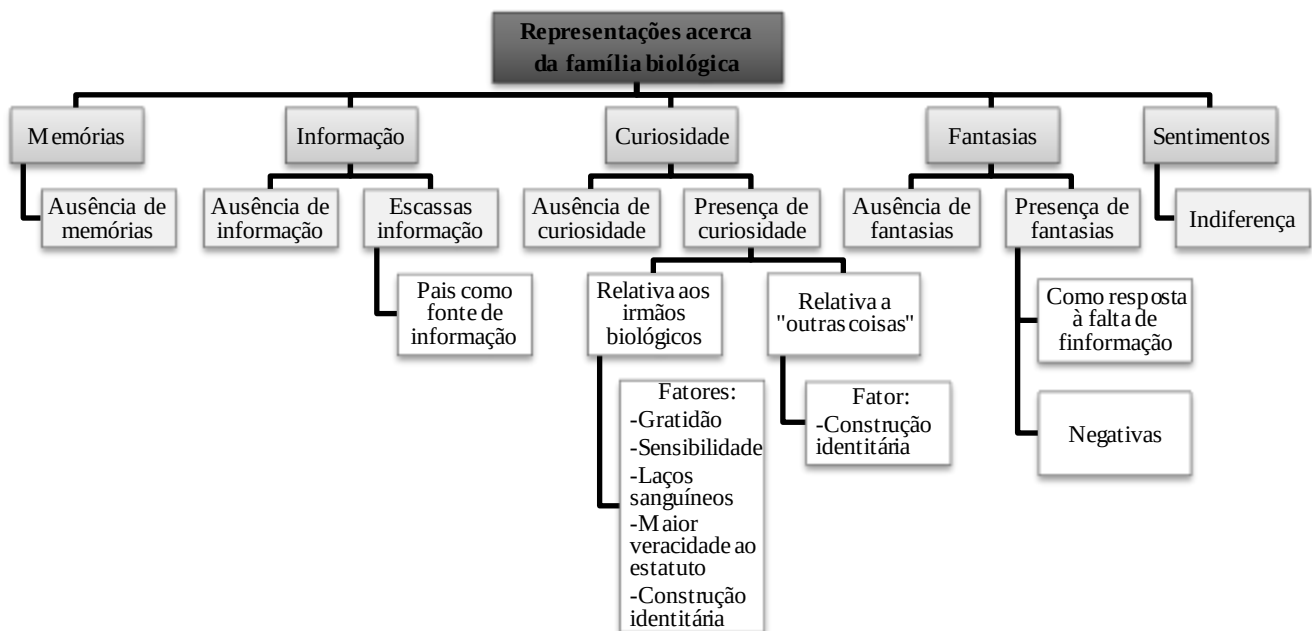
2.3. Análise e discussão dos resultados

A análise e discussão dos resultados é apresentada seguindo as questões de investigação anteriormente colocadas. Estas correspondem, no fundo, à exploração das categorias apresentadas na tabela 2, com a exceção da primeira categoria relativa às **representações acerca da experiência de adoção**, a qual foi subdividida em três questões de investigação pela ênfase que assume no presente estudo e pela extensão dos dados recolhidos a seu respeito.

I. Quais as representações que os adultos emergentes adotados possuem acerca da sua família biológica?

No que respeita às **representações acerca da família biológica** dos entrevistados, apresenta-se primeiramente um organograma sistematizador da informação relativa a esta subcategoria.

Organograma 1. Sistematização da subcategoria ‘Representações acerca da família biológica’.



Em resultado da idade precoce no momento da sua adoção, todos os sujeitos afirmaram não possuir quaisquer memórias da sua família biológica e apenas dois (S.2 e S.4) revelaram possuir alguma informação, tendo os pais funcionado como a sua única fonte de informação, pois conhecem “Apenas aquilo que foi transmitido aos meus pais, que é muito muito pouco e que fui sabendo, mais ou menos desde o início, mas com mais pormenores ao longo dos anos” (S.2). Estes dois sujeitos que afirmaram possuir alguma informação, contaram também sentir alguma curiosidade em saber qual a situação dos seus irmãos biológicos, indo assim de encontro à ideia de que as crianças que possuem mais informação acerca das suas origens são também aquelas que demonstram maior curiosidade acerca das mesmas (Wrobel, Kohler, Grotevant & McRoy, 1998).

A curiosidade mencionada pelos sujeitos refere-se a uma preocupação em saber qual a situação atual dos irmãos biológicos, isto é, “*saber o que é feito [deles] (...) Pelo menos saber se estão bem*” (S.2), mais do que propriamente estabelecer um contacto: “*gostava mais de saber se tenho irmãos ou não (...) acho que me bastava ver mesmo para saber quem são. Não precisava de muito mais*” (S.4).

Na base desta motivação para conhecer os irmãos biológicos, encontra-se um sentimento de gratidão relativamente aos mesmos, porque “*por causa delas terem sido mal tratadas, eu tive uma hipótese de salvação e não sei o que é que foi feito delas*” (S.2), mas também os “*laços de sangue (...) e pelo peso que isso tem na sociedade*” (S.2), uma necessidade de conferir maior veracidade ao seu estatuto de adotado e às informações de que dispõem, “*Para ser mais real digamos assim*” (S.4), um desejo “*de ter [irmãos] como nunca tive*” (S.4) e uma necessidade de colmatar os vazios de informação na sua história de vida, com vista à integração do passado, num *self* consistente e contínuo:

S.2: *Acho que é por uma questão de identidade, porque eu adoro a minha família e não penso todos dias que sou adotada, mas é uma coisa que faz parte daquilo que eu sou, que eu não posso simplesmente pôr de lado. Ou seja, não posso esquecer o passado e para continuar a avançar para o futuro parece que, por vezes, preciso de dar respostas a algumas dessas questões e isso foi surgindo ao longo do meu crescimento. (...) Gostava de compreender o outro lado, precisava de perceber se eles ficaram bem. Eu sei que não tive culpa, não fui eu que tomei decisões, mas gostava que eles tivessem tido sorte no futuro.*

Porém, realça-se que S.2 acabou por admitir ter “*curiosidade sobre outras coisas, para construir mesmo eu, o meu passado, para construir a minha identidade, para dar significado àquilo que tenho, à minha vida (...) percebendo o papel que teve a minha adoção, o papel que teve a minha família biológica, percebendo o papel que tem a minha família adotiva e sabendo que eles são mais importantes*”, ainda que sem especificar quais essas “*outras coisas*”.

Esta curiosidade relativa aos irmãos biológicos confirma que, mesmo em crianças adotadas em idade precoce, mesmo na ausência de conhecimento e de contacto prévio com os irmãos biológicos, quando os adotados atingem a idade escolar e a sua compreensão sobre a adoção amadurece, começam a perceber a importância dos laços biológicos na definição daquilo que é uma família, sendo então frequente colocarem questões não só sobre a família biológica no geral, mas em particular sobre os irmãos que poderão ter ficado para trás (Brodzinsky, 2009). Esta curiosidade não tende a diminuir com o tempo, podendo mesmo vir a crescer na adolescência tardia ou adultez jovem, passando de simples questões a um verdadeiro desejo de saber e procurar (*ibid.*). Ainda que, posteriormente, na exploração do discurso dos participantes, seja perceptível que S.2 é a única a referir explicitamente sentir-se motivada para talvez um dia iniciar uma busca externa das suas origens, é também algo que parece estar presente em S.4 quando explica ter alguma curiosidade em saber se tem irmãos e quem são.

No que concerne os sujeitos do sexo masculino, S.5 afirmou nunca ter pensado “*sobre o assunto os meus pais biológicos*”, nunca ter sentido “*necessidade de pensar nisso, nem curiosidade sequer*”, não parecendo a ausência de informação sobre as suas origens provocar insatisfação, pelo que se percebe que não deseja ou tencione, pelo menos de momento, procurar informações (Wrobel & Dillon,

2009). Por sua vez, S.3 contou ter-se interessado e ter desejado procurar informação quando *“tinha mais ou menos 12/13 anos”*, mas *“hoje já não tenho interesse em procurar (...) não é uma coisa que eu procure. Não é um desejo que eu tenho”*, por um lado *“Porque eu assumo os meus pais adotivos como pais biológicos”* e por outro *“porque não vale a pena. Não tenho grandes meios para chegar a uma... Sei lá... A uma descoberta”*. Para este sujeito, a ausência de curiosidade atual poderá resultar da percepção de que não existem perspectivas de poder aceder a mais informação e, portanto, constituir-se como uma desistência ou como uma solução relativamente estável encontrada para apaziguar a sua curiosidade, ainda que um dia esta possa voltar a emergir (Brodzinsky et al., 1992/2002).

Quanto às fantasias, somente dois sujeitos (S.2 e S.3) relataram já ter imaginado várias hipóteses acerca da sua família biológica, nomeadamente quanto *“ao motivo que levou a que as crianças fossem retiradas”* (S.2), pois *“Como não sei nada, literalmente, já imaginei vários cenários”* (S.3). Estas fantasias surgem empregues por ambos como uma forma de responder à falta de informação, tal como preconiza Lifton (2007). Mais, este autor verificou que essas fantasias poderiam alternar entre cenários positivos e negativos, tendo S.2 referido que as suas se constituem como essencialmente negativas, levando a que *“a ideia que eu tenho não me faz muito gostar dessa família, não me faz muito preferir uma família biológica a uma família adotiva”*.

Os sujeitos revelaram algumas dificuldades em identificar os sentimentos que lhes suscita a família biológica, acabando por concluir sentir unicamente indiferença, com a exceção de S.2 que acrescentou sentir *“pena e vontade de conhecer”* os irmãos biológicos.

II. Quais as representações que os adultos emergentes adotados construíram acerca do tempo que mediou o seu afastamento da família biológica e a sua integração na família adotiva?

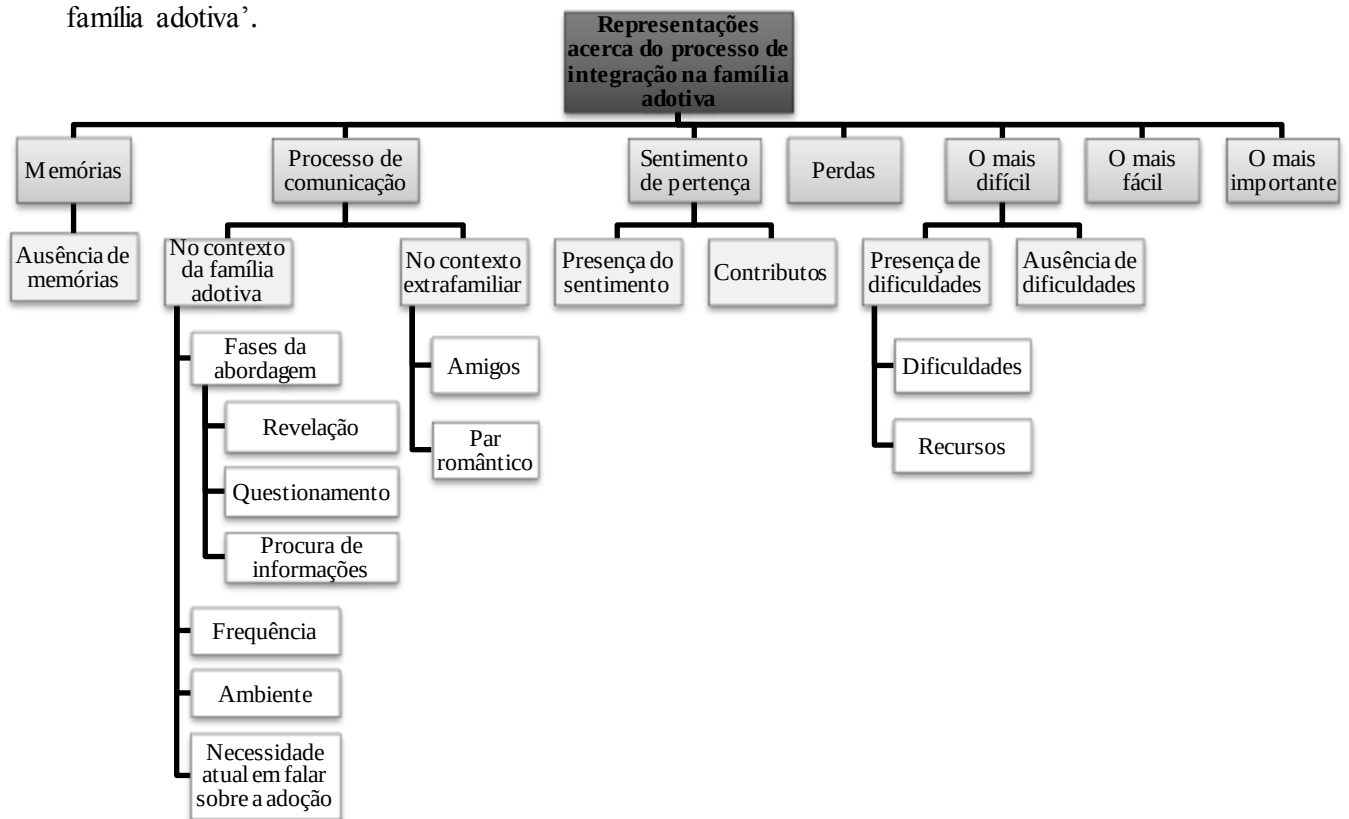
No que diz respeito às **representações do período que medeia o afastamento da família biológica e a integração na família adotiva**, o discurso e conhecimentos dos entrevistados revelaram-se particularmente confusos, sendo até de questionar a coerência do seu relato com a realidade do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal e mais especificamente com a realidade do processo de adoção. Todos os sujeitos referiram não possuir quaisquer memórias, mais uma vez em resultado da idade precoce com que foram adotados, e verbalizaram possuir apenas alguma informação, ainda que esta fosse mais precisa do que aquela que demonstraram possuir relativamente à sua família biológica. Com efeito, os sujeitos souberam afirmar aproximadamente a idade com a qual terão sido retirados da sua família biológica e o local onde terão permanecido até à sua integração na família adotiva (cf. Tabela 1), sendo de referir que apenas S.3 contou ter tido contactos com esse local após a sua integração na família adotiva, pois *“Sempre fui doando roupa e brinquedos e fui visitando a casa, regularmente”*, acrescentando *“Aos 16 deixei de ir mas ainda agora se surgir oportunidade...”*. Ainda que estes contactos fossem inicialmente incentivados pelos pais adotivos, contou que, posteriormente, *“por vontade própria, comecei a deslocar-me até lá (...) Porque*

sinto que aquilo foi quase a minha primeira casa, é como se no fundo tivesse sido a minha primeira barriga... Foi lá que passei o meu primeiro mês de vida e sinto-me grato, em certa parte, àquela casa por me ter acolhido e por me ter entregue a esta família adotiva”.

III. Quais as representações dos adultos emergentes adotados acerca da sua experiência de adoção na infância e adolescência, bem como a forma como esta continua a ser vivida na atualidade, quer a nível intra e interpessoal?

Passando então para a análise das **representações acerca do processo de integração na família adotiva** que os sujeitos possuem, salienta-se, em primeiro lugar, a ausência de memórias acerca desta integração, uma vez que terá, para todos, decorrido antes do primeiro ano de vida.

Organograma 2. Sistematização da subcategoria ‘Representações acerca do processo de integração na família adotiva’.



No que concerne o processo de comunicação sobre a adoção na família adotiva, refere-se antes de mais que os sujeitos afirmaram ter tomado conhecimento do seu estatuto com menos de cinco anos de idade, o que coincide com o preconizado por Brodzinsky (1987) e pelos autores do *FAC model* (Wrobel et al., 2003). Metade dos sujeitos (S.3 e S.5) salientou não ter existido um momento único de revelação, mas ter sido antes um processo “*progressivo*” (S.3), que aconteceu “*desde muito cedo e... Muito devagarinho*” (S.5) e três sujeitos (S.2, S.3 e S.4) contaram que o tema da adoção terá sido introduzido através de “*alguma pergunta do género, como é que nascem os bebés*” (S.2) ou “*a partir do momento em que começaram a surgir aquelas dúvidas normais acerca do parto*” (S.3).

O discurso dos entrevistados (S.2, S.3 e S.4) permitiu identificar a existência, na dinâmica familiar de comunicação sobre a adoção, de uma fase, após a revelação do estatuto de adotado, em que a criança formulava questões, indo de encontro ao modelo proposto por Wrobel e seus colaboradores (2003):

S.3: Inicialmente, quando surgiu pelas primeiras vezes, os meus pais explicaram-me bastante bem toda a situação. É assim, limitado à idade, claro. E depois, sempre que eu tinha dúvidas ia colocando abertamente. (...) sempre me deixaram à vontade para colocar qualquer dúvida.

Foi S.5 o único a referir que, após a revelação, a abordagem do tema da adoção “*partia sempre dos meus pais*”. No entanto, todos os sujeitos revelaram ter a perceção de que este assunto foi abordado vezes suficientes, conquanto não conseguissem quantificar a sua frequência:

S.5: Não faço ideia da frequência com que falávamos no assunto [risos ligeiros]. Mas falávamos regularmente (...) Foram as vezes suficientes. Não era estar sempre a falar no assunto, porque acho que também se deve tornar um bocado obsessivo estar sempre a falar no assunto. Mas, de vez em quando, falávamos... Quando surgia a oportunidade, quando vinha o assunto à conversa, mas não era assim hmm... Obrigatório falar sobre aquilo de x em x tempo.

Mais, à semelhança do sugerido por Wrobel e seus colaboradores (2003), os entrevistados pareceram não ter atribuído muita importância à periodicidade da abordagem, mas antes ao ambiente das conversas, o qual foi descrito por todos de forma sensivelmente idêntica: “*normal, agradável, completamente aberto, relaxado*” (S.3). Estes autores afirmam ainda que o ambiente no momento da revelação serve de ponto de partida para a definição do ambiente da comunicação sobre a adoção na família. Embora os sujeitos não tenham recordações da primeira vez que lhes foi dito que eram adotados, verbalizaram que, desde a infância, o ambiente era como supracitado e, conseqüentemente, não aconteceram grandes mudanças ao longo do seu crescimento: “*se a postura já era, ao início, aberta e descontraída em relação ao assunto...*” (S.3), afirmaram que então desta forma foi continuando até ao momento atual.

Segundo o *FAC model* seria esperado que, após a revelação e uma fase de questionamento, viria uma fase de procura de informação. No caso dos entrevistados, apesar de aparentemente resolvidas, de uma forma aberta e ajustada, as fases anteriores da comunicação sobre a adoção e apesar de alguns terem referido que teriam o apoio dos pais se desejassem procurar as suas origens biológicas, nomeadamente S.3 que explicou “*eles [pais adotivos] sempre disseram que me podiam ajudar no que eu quisesse*” e S.4 que contou a mãe adotiva lhe ter dito “*mais do que uma vez que se eu quisesse encontrar a minha família biológica que me ajudava*” (S.4), apenas S.2 revelou “*Não sei se terei coragem de fazer já, mas acho que um dia irei procurar mais informações, porque acho que vai estar sempre a incomodar-me*”.

O desejo e a intenção de procurar informações, nos adultos emergentes, encontram-se normalmente associadas a um tipo de comunicação aberta e flexível na adolescência, uma vez que uma comunicação deste tipo disponibiliza as bases a partir das quais o adotado pode explorar a sua curiosidade e livremente ponderar e optar por procurar informações e/ou estabelecer um contacto com

a sua família biológica (Skinner-Drawz, Wrobel, Grotevant & Von Korff, 2011). Contudo, no presente estudo, verificou-se que todos parecem ter uma percepção da comunicação sobre a adoção na infância e adolescência semelhante, mas nem todos revelam a mesma curiosidade, nem o mesmo desejo/intenção de procurar informações. O único sujeito que referiu eventualmente mais tarde vir a empreender uma busca externa das suas origens é também o único que referiu sentir necessidade de obter mais informações e continuar a ter perguntas por responder, ainda que *“não saiba exatamente quais”* (S.2); é também o único que explica sentir atualmente necessidade de abordar a adoção e considera que irá *“ter sempre ao longo da minha vida”*. Logo, poder-se-á colocar a hipótese de que a intenção deste sujeito em procurar as origens se encontra relacionada com uma insatisfação com a informação disponível para a resolução da construção da sua identidade (Wrobel & Dillon, 2009).

Para os restantes sujeitos, abordar o tema da adoção, tanto na família adotiva, como fora dela, não se constitui atualmente como *“propriamente necessidade”* (S.4), o que não impede que *“De vez em quando, fala-se sobre o assunto, mais para recordar (...) Não há muito para falar. Tudo o que havia para falar, já foi dito e começa-se a falar sobre as mesmas coisas, tanto pelo facto de os meus pais não terem muitas informações relativamente à minha família biológica para me dar, como pelo facto de eu não ter grande curiosidade em procurar informações”* (S.5).

Realça-se que, para os sujeitos do sexo feminino, a abordagem do tema da adoção na atualidade surge associada a um sentido de compromisso em ajudar os outros através daquilo que o seu estatuto de adotado lhes ensinou. Com efeito, explicaram abordar este tema *“quando quero mostrar às pessoas que o que importa não é tanto o facto de se ter tido aquele filho mas o facto de se querer amar aquele filho”* (S.2), mas também *“quando acho que é pertinente falar. (...) já que posso falar da minha experiência, falo, se puder ajudar para alguma coisa”* (S.4), tendo mesmo S.2 afirmado desejar *“continuar a enveredar por esta área. (...) se calhar vou continuar pela minha vida fora a trabalhar com isto. E não é só por uma questão egoísta, é também porque quero ajudar os outros, com a minha experiência, com aquilo que sei, com o que aprendo com os outros (...) vou continuar porque se calhar nasci para isto”*.

Relativamente à comunicação sobre a adoção no contexto extrafamiliar, todos referiram ter abordado este assunto com amigos, *“com as pessoas com quem me relacionava mais. (...) com as pessoas mais chegadas, embora não fossem família”* (S.3), e mais tarde com o par romântico. Neste sentido, explicaram que sendo a adoção *“um facto que faz parte da minha vida”* (S.5), *“com o qual não me sinto mal”* (S.2) e sendo o seu par amoroso *“alguém em quem confio”* (S.3), então *“achei importante ela saber”* (S.5), seria até *“ridículo ele não saber”* (S.2). Assim, reforça-se a ideia divulgada por Passmore e seus colaboradores (2006), de que a abertura e naturalidade com que a adoção terá sido abordada na família adotiva poderá facilitar que seja partilhada no seio de outras relações, não de uma forma indiscriminada, mas no seio das de maior proximidade.

Apenas S.4 referiu que, em criança, quando o contou aos seus colegas da escola *“começaram a*

gozar comigo (...) depois sentiam uma pena imensa de mim (...) Então deixei de contar às pessoas durante anos (...) Não gostava que me tratassem “Oh coitada é adotada e não sei quê...” e parei de contar às pessoas. Também não era assim uma coisa necessária... Conhecer alguém e dizer que sou adotada”, tendo acrescentado, apenas o ter contado à sua melhor amiga na infância e, mais tarde, ao seu par romântico. Assim, o receio da perda de estatuto, associado ao estigma social, parece estar na origem da “discriminação” na abordagem da adoção que S.4 foi realizando e aprendendo na interação social. Neste seguimento, sugere-se que talvez seja necessário pensar na comunicação sobre a adoção na família adotiva como implicando uma preparação para a sua abordagem no contexto exterior à família adotiva. Talvez não seja instintiva a réplica mencionada por Passmore e seus colaboradores (2006) mas possa ser intencionalizada, por via da modelagem, mas sobretudo, numa perspetiva da vinculação, funcionando a família adotiva como base segura que permita ao adotado aventurar-se no diálogo com os outros e como porto de abrigo para o qual se pode refugiar após a experimentação.

De salientar que também na comunicação sobre a adoção no contexto exterior à família adotiva, nomeadamente na relação de intimidade com um par amoroso, poderá eventualmente existir um padrão de comunicação, ou melhor fases na abordagem da temática, à semelhança do que se espera que aconteça na família adotiva. Com efeito, S.3 afirma que ao contar aos seus amigos que era adotado *“Fui começando a discutir o assunto com eles, tanto no geral como no meu caso particular”* e que, quando a sua parceira romântica foi informada do seu estatuto, *“fez as mesmas perguntas que toda a gente faz, aquelas perguntas que, se calhar, eu também fui fazendo”*.

Quando abordado o sentimento de pertença dos sujeitos à sua família adotiva, todos contaram sentir-se parte integrante desta. Na origem deste sentimento citaram o facto da sua família adotiva ter *“aceite a 100% a minha adoção”* (S.5), o facto de terem sido adotados numa idade precoce (S.3, S.4 e S.5), o ambiente seguro no qual se sentiram envolvidos (S.2), mais precisamente o facto de sentirem que foram uma prioridade para os seus pais adotivos (S.2), sentirem que lhes foram proporcionados carinho e amor (S.3), sentirem-se um elemento que veio completar a *“dinâmica”* já existente entre os seus pais, sentirem que a sua família vive com as suas *“vidas mesmo entrelaçadas”* (S.2), mas também o facto de lhes terem sido proporcionadas as *“oportunidades de educação que eu necessitava e continuo a necessitar”* (S.2), sentirem respeitadas as suas *“decisões mais importantes”* (S.2) e por fim o facto de *“eles [pais adotivos] dizerem e agirem como tal”* (S.2).

A literatura é unânime quanto à existência de perdas inerentes à experiência de adoção (Brodzinsky, 1987; in press). No entanto, quando questionados explicitamente acerca das perdas relacionadas com a adoção, apenas dois tipos de perda foram identificadas pelos participantes, a primeira relativa à perda de continuidade genealógica, patente na ausência de *“histórico médico relativamente a doenças, por aí fora, da minha família biológica”* (S.5), ainda que *“neste momento não me faça diferença nenhuma”* (S.5); a segunda referente à perda de parte da sua história de vida, pela carência sentida no acesso a dados relativos ao parto, tendo contudo lidado com esta perda

ressignificando o processo de adoção “*quase como se fosse o meu parto*” (S.3). Porém, a verdade é que outras perdas se vão depreendendo do discurso dos adotados, deixando o sentimento de curiosidade em conhecer algumas das suas origens biológicas, manifestado por S.2 e S.4, supor a existência de um sentimento de perda relacionado precisamente com essas origens e com a sua genealogia; também a perda de estatuto mencionada por S.4 quando explicou ter revelado ser adotada na escola, foi referida por S.3 quando explicou “*A relação que as pessoas têm comigo*” alterar-se “*sabendo ou não que eu sou adotado. Há pessoas que encaram isso quase como algo mau, não mau, mas que lhes suscita pena em relação a mim. Eu acho esse sentimento um bocado estranho... É assim, cada um é como cada qual, não é?*”.

Quando perguntado quais as maiores dificuldades relacionadas com a adoção na vida dos entrevistados, apenas S.5 não identificou nenhuma. Os restantes entrevistados mencionaram “*uma ou outra opinião mais estigmatizante*” (S.2), “*aquilo que eles [pais adotivos] viveram mas que não me deram a entender, o processo de legalização*” da adoção (S.2), o facto de ter percebido, já na adultez emergente, que em criança nunca tinha desafiado a educação dada pelos pais adotivos pelo facto ter sido adotada e de uma inconsciente vontade de agradar (S.4) e, por fim, “*diferentes dúvidas, que eu tinha dificuldade em perceber (...) dúvidas existenciais, nem sequer eram relacionadas diretamente com a minha família adotiva*” (S.3). Procurando clarificar esta dificuldade, S.3 explicou ter ficado “*a saber de tudo, por fases digamos. Inicialmente, foi-me explicado não o meu caso, mas o que era o processo de adoção... E depois, aí sim, passou-se para o meu caso em particular. Nessa fase, foi difícil para mim perceber a relação, o quê e porquê que tinha acontecido*”. Esta dificuldade remete para a confirmação de que, embora o estatuto de adotado possa ser revelado numa idade precoce, as suas implicações e o seu significado vão sendo percebidos gradualmente, com a maturação cognitiva, e que cada novo esforço de compreensão traz a criança para novos níveis de curiosidade (Brodzinsky, 1987; 1990; Wrobel et al., 2003). Para a maioria, os recursos designados para lidar com essas dificuldades foram os pais (S.2 e S.3), “*foram humildes e estavam preparados e então isso ajudou a que mesmo essas situações mais difíceis fossem superadas com sucesso, com conforto*” (S.2), exceto para S.4 que afirmou ter encontrado suporte apenas na mãe, o que será explorado posteriormente na ‘transferência da vinculação’. Analisando estas dificuldades, realça-se o que S.2 salientou e que pareceu ser partilhado, de forma mais ou menos explícita, por todos:

S.2: *Aquilo que foi mais difícil, eu acho que está mais relacionado com o facto de sermos uma família, com o facto de eu ser uma pessoa e estar a crescer (...) Houve e ainda há [dificuldades] mas tem mais que ver com dinâmicas próprias familiares e com características pessoais... E também com acontecimentos do exterior... Mais do que propriamente com o facto de gostarmos menos uns dos outros, por não termos laços de sangue a unirmo-nos, não é isso... Somos uma família como as outras e não é por sermos uma família adotiva que temos de dar o exemplo sendo perfeitos.*

Quando questionados acerca do que consideram ter sido mais fácil relacionado com a sua experiência de adoção, os sujeitos referiram a sensibilidade e evolução da sociedade relativamente à adoção, “*porque as pessoas já não veem a adoção de uma forma tão negativa como viam se calhar*

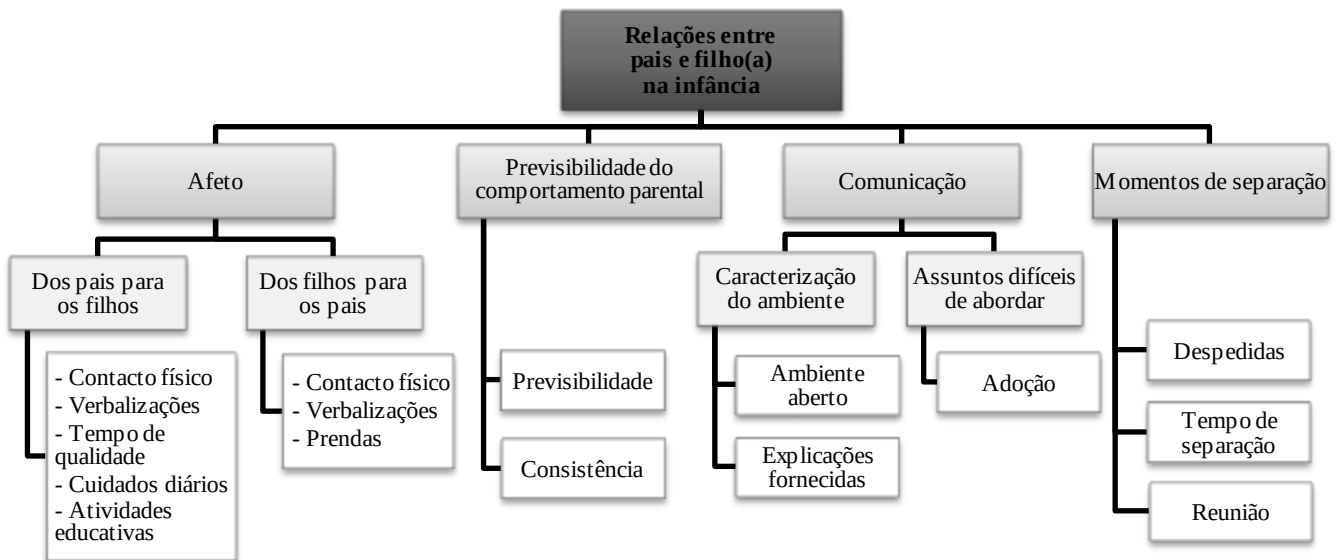
antes de eu ter nascido. Agora compreendo que, nos últimos vinte anos, as coisas mudaram mesmo muito, em termos da sociedade até” (S.2), a *“integração na família adotiva”* (S.3), a aceitação dos pais (S.2) e a aceitação pelo próprio adotado do seu estatuto, tendo S.4 explicado que a mãe adotiva lhe contara que quando soube que era adotada *“disse “se eu fiquei convosco era porque estava destinado” e pronto lidei logo muito bem com isso”*.

Por fim, quando perguntado aos sujeitos o que consideravam ser mais importante relacionado com a sua experiência de adoção, referiram a importância de ter tido sempre noção de que eram adotados (S.4), mas também o *“carinho com que sempre cresci”* (S.3), *“o facto de estar na família em que estou (...) e ter os pais que tenho”* (S.5), e o facto de terem conseguido dar *“um significado muito bom que me ajuda a ser melhor. O facto de eu perceber o que é que importa realmente, que o ser humano pode ir além do que é biologicamente estabelecido e pode criar para si, apesar das circunstâncias, uma realidade melhor”* (S.2).

IV. De que forma os adultos emergentes adotados percecionam as relações que estabeleceram com os seus pais adotivos na infância?

Após exploração da experiência de adoção, procurou-se perceber as representações que os sujeitos têm da relação entre pais e filho(a) adotivos na infância.

Organograma 3. Sistematização da categoria 'Relações entre pais e filho(a) adotivos na infância'.



Em primeiro lugar, abordou-se o **afeto** na relação entre pais e filho(a), mais precisamente aquilo que os adotados perceberam, na infância, como sendo expressões de afeto dos seus pais adotivos. O contacto físico, *“Abraços, beijos”* (S.5), constituiu-se a demonstração mais unânime entre os entrevistados, seguida das verbalizações. Nesta sequência, S.2 referiu que a comunicação sobre o tema da adoção se revelou por vezes como *“uma forma de eles me dizerem que me amavam. (...) Os meus pais não são pessoas muito muito afetuosas, não estão sempre a demonstrar carinho, mas nestas*

alturas é uma forma de transmitirem aquilo que sentem”. Também o tempo despendido pelos pais em atividades com os filhos, como passear em família ou brincar (S.5), “*todos os pequenos cuidados (...) Desde os mais básicos, dar banho, alimentação, etc., até coisas como limpar as lágrimas, contar histórias para adormecer*” (S.2), ou o facto de terem proporcionado uma variedade de experiências educativas “*futebol, karaté, natação, ténis, todo o tipo de coisas*” (S.3) foram sentidos, pelos sujeitos, como demonstrações de afeto dos pais.

Encarando a forma como os sujeitos consideram que demonstravam aos pais adotivos o seu apreço por eles, todos reconheceram o contacto físico como o principal veículo para o efeito, acrescentando ainda as verbalizações (S.5) e “*aquelas prendas de infantário*” (S.3).

Quanto à **previsibilidade do comportamento parental**, todos os sujeitos descreveram o comportamento dos pais como previsível: “*Se fizesse alguma coisa que eu soubesse, à partida, que eles não queriam que eu a fizesse ou que eles não gostassem que eu fizesse, sabia que ia ouvir a tal reprimenda. Se fizesse uma coisa que sabia que eles gostassem que eu fizesse, sabia que eles iriam ficar contentes*” (S.5), mas também como “*muito consistentes, até porque nunca se desautorizavam um ao outro à minha frente*” (S.2).

Abordada a **comunicação** entre pais e filho(a) adotivos, relativamente às temáticas características do desenvolvimento infantil, os sujeitos descreveram a existência de um ambiente aberto “*para perguntar, fosse o que fosse*” (S.3) e abordar todo o tipo de assunto, à semelhança do que acontecia com o tema da adoção. Para além disso, os sujeitos salientaram que as explicações eram dadas “*como deve ser, ou seja, era com calma, [os pais adotivos] explicavam o melhor que sabiam. (...) com naturalidade*” (S.2), “*da forma mais perceptível para uma criança. (...) não o faziam de uma forma muito chocante, mas acho que da forma mais clara que pudesse ser feito*” (S.5), isto é, de acordo com o seu nível de compreensão e a sua idade. Pelo contrário, S.4 considerou que a mãe lhe fornecia explicações “*como se eu fosse mais adulta, se calhar mais do que era às vezes, mas sempre me explicaram muito naturalmente. E eu, eu chegava lá*”.

No que diz respeito aos assuntos difíceis de abordar com os pais na infância, S.4 e S.5 não identificaram nenhum, contrariamente a S.3 e S.2 que referiram o tema da adoção. De acordo com Bretherton (1987), o ambiente aberto supramencionado, acrescido de um sentimento de confiança, poderá ter permitido a estes sujeitos prosseguir na experimentação de comportamentos conversacionais, apesar de um reconhecimento de que, a dada altura, a adoção se poderá ter constituído como difícil de abordar. Com efeito, S.3 declarou ter sido para si, inicialmente, “*delicado falar sobre a adoção, porque ainda não tinha uma grande perceção acerca do que é que eles [os pais adotivos] pensavam sobre o assunto*”. No entanto, explica que com o tempo, foi percebendo que o “*à vontade*” dos pais adotivos “*era verdadeiro e que podia mesmo falar sobre o assunto*”. Para S.2, essa dificuldade terá seguido uma trajetória oposta, pois “*Quando era criança era muito mais fácil. Chegava ali e fazia as perguntas como quem pergunta se o pai natal existe*”. Contudo, explica que, ao

longo do seu crescimento, *“foi sendo mais complicado porque já me colocava no lugar do outro”*, foi sentindo *“medo de abordar isso, com medo de ofender, porque fui-me apercebendo que esse assunto, se calhar, era mais importante para eles do que para mim. Fui tendo e vou tendo algumas reservas”*, o que, no entanto, esclareceu não ser *“impeditivo”* de falar sobre o tema. Assim, S.2 vai de encontro ao que refere Brodzinsky (in press) quanto ao facto da maturação cognitiva lhe ter permitido compreender as implicações e o significado da adoção e de se colocar no lugar do outro. No entanto, este autor não havia projetado que a conjugação destes dois fatores (i.e. compreensão da adoção e tomada de perspectiva do outro) pudesse levar o adotado a aperceber-se do sofrimento que este assunto poderá ter sido para os seus pais adotivos a dada altura da sua vida: *“Eu não sei, ainda hoje, até que ponto é que eles terão sofrido com isso, porque, na verdade, falavam disso com naturalidade, com segurança (...) ainda hoje, não sei o quanto eles terão sofrido antes da adoção, o facto de terem decidido candidatar-se e mesmo com o processo a decorrer”*.

Por último, ainda relativamente às relações com os pais na infância foram explorados os **momentos de separação**. Se para S.5, tanto as despedidas como os reencontros, foram descritos como *“normais”*, S.2 e S.3 explicaram que, em criança, as despedidas não eram para eles momentos de grande sofrimento, possuindo, segundo o seu relato, pouca consciência do seu significado e das suas implicações: *“Estava contente, nunca pensei que algum mal fosse acontecer”* (S.2); sendo o sofrimento maior durante o tempo em que se encontravam efetivamente separados, *“não sofria tanto nas despedidas mas no tempo em que estava sem eles”* (S.3). Estes dois sujeitos completaram a sua ideia afirmando que atualmente, compreendendo melhor o significado das despedidas, não sofrem tanto no tempo em que se encontram separados dos pais, mas mais nas despedidas em si. Assim poder-se-á presumir que estes sujeitos tenham internalizado as suas interações externas e observáveis com os pais sob a forma de crenças e expectativas de um modo que lhes permite atingir um sentimento de segurança mesmo na sua ausência, na medida em que sentem conforto por saber que estarão disponíveis e poderão ser contactados, caso necessitem (Main, Kaplan & Cassidy, 1985).

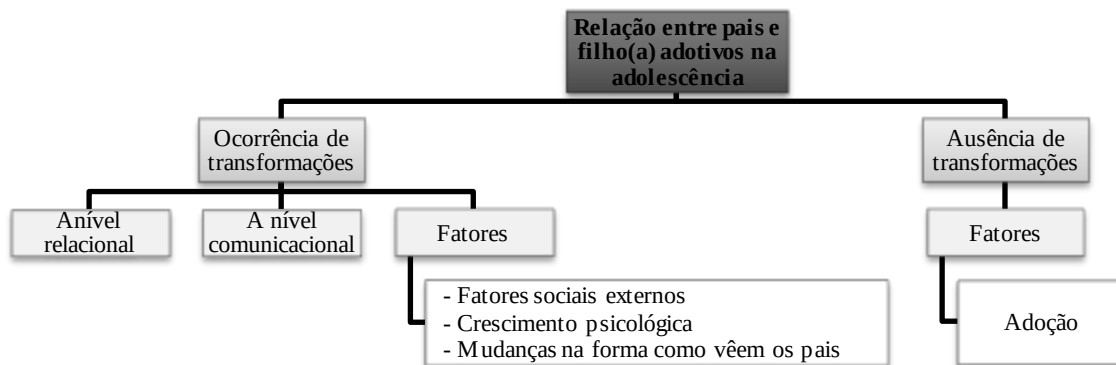
Para S.4, as separações foram descritas como mais difíceis quando implicavam o afastamento da mãe, uma vez que explica *“sempre fui mais ligada à minha mãe”*. Tal como o sugerem Amato e Booth (1996), o divórcio resulta tipicamente no afastamento da figura paterna do domicílio onde reside a criança, sendo por isso a relação pai-filho(a) mais propensa a deteriorar-se.

Ainda de referir que os sujeitos (S.2, S.3 e S.4) qualificaram a reunião *“quase como um sentimento de regresso a casa. No fundo, os meus pais é como se fossem a minha casa, é perto deles que me sinto seguro, por isso era sempre bom o reencontro com eles”*. Na descrição que efetuam da reunião, *“eu chegava, dava altos abraços à minha mãe e depois já está”* (S.4), percebem-se sinais de uma vinculação segura, em que o reencontro com as figuras parentais era suficiente para transmitir tranquilidade e segurança.

V. Como terá evoluído a relação dos atuais adultos emergentes adotados com os seus pais adotivos, na adolescência?

No que concerne à **relação entre pais e filho(a) adotivos na adolescência**, a maioria dos sujeitos (S.2, S.3 e S.5) mencionou, neste período da sua vida, terem ocorrido **transformações**, quer a nível da natureza dos laços que os unem, quer a nível da comunicação.

Organograma 4. Sistematização da categoria 'Relação entre pais e filho(a) na adolescência'.



A nível relacional, alguns sujeitos referiram não ter estado, na adolescência, tão “*entregue*” (S.2) à relação com os pais ou ainda ter “*sentido menos necessidade de carinho e de afeto dos meus pais*” (S.3), supondo-se que talvez as suas necessidades de vinculação tenham começado a ser satisfeitas por outras pessoas (Allen & Land, 1999; Jongenelen et al., 2007; Levpuscek, 2006), que não os pais. No discurso de S.2, percebe-se que este desinvestimento terá contribuído para que, a dada altura, sentisse existir “*um grande fosso*” entre si e os seus pais, que fazia com que se sentisse “*incompreendida*” (S.2) e conduzia, por vezes, a situações de conflito mais intensas do que aquelas que decorriam na infância:

S.2: A partir do momento em que nós nos afastamos tanto, em termos ideológicos e em termos desenvolvimentais, as coisas tornaram-se bastante mais complicadas (...) quando acontece uma discussão é mesmo muito mau, muito intenso. Deixa-me mesmo muito em baixo porque eu não sei muito bem o que fazer a seguir, porque são coisas mais complexas (...).

Contudo, S.2 acrescentou que, mesmo nas situações de conflito, “*em que o ambiente fica muito pesado ou tenso*”, mesmo quando “*às vezes até criam algum mal-estar ou alguma incerteza*”, “*predomina o sentimento de segurança que as coisas hão de ficar melhor noutro dia. (...) acredito sempre que, depois, no final, vai-se tudo restabelecer*”.

A nível comunicacional, os sujeitos deram a entender que a relação se tornou “*mais séria*” (S.5), uma vez que foram construindo as suas próprias opiniões sobre determinados assuntos, isto é, afirmaram ter começado a ter “*perceção de mais coisas*” (S.5), o que permitiu “*falar de uma forma diferente (...) ter conversas e falar sobre assuntos que, em criança, ou não ligávamos ou não nos apercebíamos*” (S.5), “*até que a certa altura começámos a ter opiniões próprias*” (S.3). Os sujeitos do sexo masculino consideraram que, na adolescência, os pais passaram a abordar temas com eles que não abordavam anteriormente, como “*questões de dinheiro*” (S.3), passando a sua opinião a ser mais tida em conta “*em certas coisas*” (S.5).

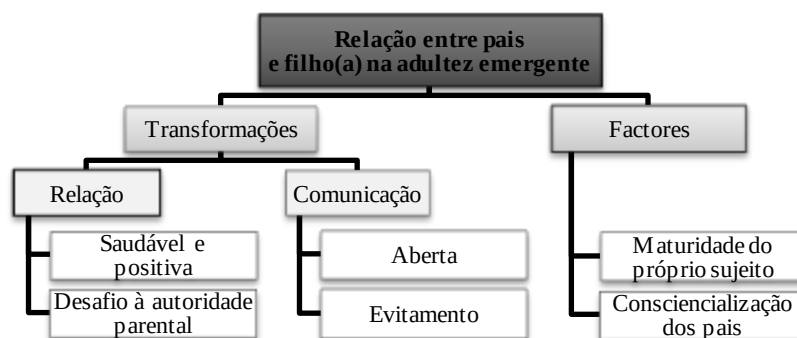
Ainda que tenha sido mencionada a influência de fatores sociais exteriores ao contexto familiar, que tiveram as suas repercussões “*na forma como o meu pai estava em casa e como eles [pais adotivos] interagem um com o outro*” (S.2), o principal fator identificado pelos sujeitos como estando na origem das transformações supramencionadas foi o crescimento do próprio sujeito que “*já não era uma criança*” (S.2). Este crescimento terá potenciado uma mudança na conceção das figuras parentais, tendo S.2 referido ter-se confrontado, nesta fase, com uma imagem dos pais distinta daquela que possuía até então, apercebendo-se do facto de “*não serem perfeitos, pelo facto de serem pessoas também. Sobretudo o meu pai, eu tinha uma ideia idealizada dele e percebi que ele afinal é uma pessoa com muitos defeitos e também com muitas qualidades*”. Frequentemente, na adolescência, ocorre uma desconstrução das imagens parentais construídas na infância, pois os adolescentes apercebem-se que os pais poderão não ser tão poderosos e sábios, nem ter sido tão perfeitos como anteriormente acreditavam (Allen & Land, 1999; Jongenelen et al., 2007; Levpuscek, 2006), levando-os a questionar o que lhes foi transmitido pelos pais, com vista à diferenciação.

Apenas S.4 deu conta de uma **ausência de transformações** na sua relação com os pais na adolescência, confirmando o que já havia referido acerca das ‘maiores dificuldades relacionadas com a adoção’, isto é, que até muito recentemente, “*não desafiava muito os meus pais, fazia sempre tudo muito direito (...) eles mandavam fazer coisas, eu fazia e nem sequer dizia que não e isso porque achava que estava a fazer bem, não era ter medo de fazer alguma coisa, achava que se eles me têm é porque quiseram ter mesmo*” mas até “*na adolescência (...), ainda era tudo muito direitinho*”.

VI. De que forma os adultos emergentes adotados descrevem a sua relação com os pais adotivos na atualidade?

Na sequência da adolescência vem a adultez emergente, fase do ciclo vital na qual se encontram os entrevistados, tendo sido nesta sequência questionados acerca da **relação entre pais e filho(a) adotivos na adultez emergente**, relação a respeito da qual todos referiram terem ocorrido **transformações**, quer ao nível da relação em si, quer ao nível da comunicação.

Organograma 5. Sistematização da categoria 'Relação entre pais e filho(a) adotivos na adultez emergente'.



Para os sujeitos que anteriormente explicaram que a relação com os seus pais fora sujeita a mudanças na sua adolescência (S.2, S.3 e S.5), quando questionados acerca dessa mesma relação na adultez emergente, descreveram o estabelecimento de um novo equilíbrio harmonioso. Qualificaram a sua relação com os pais adotivos na adultez emergente como “ótima” (S.5) e “saudável” (S.3), especificando porém que “*Já não é o mesmo que era na infância, mas é uma relação diferente, até mais de igual para igual*” (S.2), tendo-se as relações tornado aparentemente mais simétricas (Ainsworth, 1989; Faria et al., 2007; Soares, 1996).

No caso de S.4 que não havia relatado, na adolescência, sinais de desobediência ou de desafio à autoridade parental, nem de diferenciação face às figuras parentais, referiu tê-lo feito mais recentemente: “*quando cheguei à conclusão de que, se calhar, tinha sido demasiado perfeita para não os desiludir, acho que decidi que tinha que ser, (...) não tinha que fazer tudo o que eles queriam. Aí não correu muito bem, (...) Depois de começar a contrariá-los um bocadinho a coisa não correu muito bem*”. De referir que, para S.4, o fim da adolescência e início da adultez emergente coincidiram igualmente com o afastamento do domicílio parental uma vez que viveu “*durante quatro anos e meio, sozinha fora. (...) Quando voltei, acho que senti, muitas vezes, vontade de voltar a sair. Quando saí de casa tinha à volta de 18 anos e vivi sozinha dos 18 aos 22. Foi muito tempo e habituei-me a não dar satisfações a ninguém. Quando voltei, foi muito complicado. Para a minha mãe, era como se eu tivesse ainda 18 (...) Mas agora a coisa já está... [risos ligeiros]. Pronto, já nos habituamos outra vez a viver uma com a outra*”. No discurso de S.4 transparece que, apesar de ter atravessado uma fase mais conturbada na relação com a mãe, por esta não ter acompanhado o processo de autonomização da filha, conseguiram renegociar a sua independência e atingir, à semelhança dos outros sujeitos, um novo equilíbrio.

Ao nível da comunicação entre pais e filho(a), na adultez emergente, S.2, S.3 e S.5 afirmaram existir abertura para falar sobre (praticamente) todos os assuntos desejados, pois, “*Falamos de qualquer coisa*” (S.5), “*não há reservas (...) Acho que isso é saudável entre pais e filhos*” (S.3), o que não se verificou com S.4 que referiu ter deixado “*de falar sobre algumas coisas porque não me apetece chatear-me*”.

Contudo, é de salientar, no relato de alguns sujeitos (S.2, S.3 e S.5), que permanece, na adultez emergente, um sentimento de desfasamento entre pais e filho(a). Com efeito, os participantes explicaram que “*Muitas das vezes, até parece que eles não conseguem perceber muito bem aquilo que lhes estou a dizer, é como se houvesse uma parte de mim que eles agora não conseguem chegar lá*” (S.2), isto “*porque também são gerações diferentes, pensam de maneira diferente*” (S.3), porque na sua juventude “*não tiveram propriamente a mesma dinâmica familiar*” (S.2), porque existem “*assuntos (...), se calhar, são mais difíceis de entender para pessoas mais velhas*” (S.5).

Os **fatores** identificados pelos sujeitos como tendo contribuído para a natureza da relação e comunicação entre pais e filho(a), na adultez emergente, foram o crescimento e a maturação

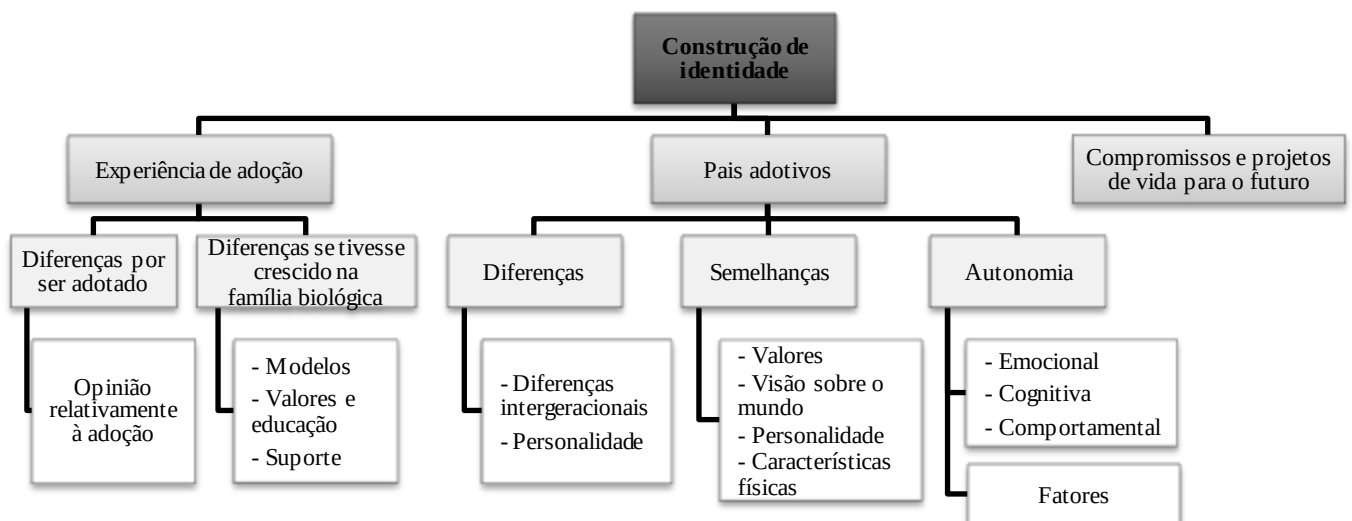
psicológica do próprio sujeito (S.2 e S.5), tendo S.2 explicado que, após a adolescência, teve “*de balançar*” e “*compreender que as coisas não têm que ser perfeitas, que as pessoas não têm de ser perfeitas mas que o mais importante está lá, mas que mesmo apesar de tudo não deixamos de gostar uns dos outros. (...) Atualmente, está bem. Há problemas que afetam sempre um pouco, que me fazem também concentrar-me noutras coisas, a autonomizar-me em relação a eles. Mas está melhor porque eu também tenho maturidade suficiente para saber o que é que eles representam para mim, apesar de todas as dificuldades, e para perceber aquilo que eles me dão e o que lhes dou em troca e para continuar esta dinâmica, porque quero, porque preciso e porque faz sentido na minha vida*”; mas também a consciencialização desse crescimento pelos pais adotivos que “*já começam a ter noção que já sou crescida e já começam a tratar-me aos poucos como uma adulta*” (S.2).

VII. De que modo os adultos emergentes adotados terão construído a sua identidade em torno das variadas dimensões que integram a sua história de vida?

Na sequência da análise da relação entre pais e filho(a) adotivos na adolescência e adultez emergente, parece poder concluir-se que, embora não se processando em todos da mesma forma nem ao mesmo ritmo, os sujeitos do presente estudo atravessaram, de forma aparentemente bem-sucedida, o processo de separação-indivuação relativamente aos pais adotivos, enfrentando nomeadamente as diferentes fases descritas por Mahler (1967).

Tendo em conta que o processo de separação-indivuação (quando bem-sucedido) permitirá ao indivíduo consolidar a sua individualidade, reconhecendo as suas semelhanças e diferenças relativamente aos outros e funcionando autonomamente, ainda que valorizando simultaneamente as necessidades relacionais (Blos, 1967 *cit in* Levpuscek, 2006; Josselson, 1980), passa-se à análise da **construção de identidade**. Para o efeito, inclui-se a abordagem do *self* em torno da experiência de adoção e da família adotiva.

Organograma 6. Sistematização da categoria 'Construção de identidade'.



A **experiência de adoção** parece nestes sujeitos ter uma influência reduzida na definição daquilo que são. Apesar de todos terem referido que seriam pessoas diferentes se tivessem crescido na sua família biológica, atribuindo neste sentido um importante papel aos “*modelos, os exemplos que seguimos, ao longo da vida*” (S.3), mas também à educação e aos “*valores*” incutidos (S.4), ao “*suporte*” (S.3), bem como ao facto de “*conviver com pessoas diferentes e, provavelmente, absorver coisas diferentes de cada um deles*” (S.5), apenas um sujeito referiu ser diferente dos outros jovens da sua idade pelo facto de ser adotado, sendo essa diferença a sua “*opinião relativamente à adoção*” (S.5). Os restantes sujeitos não negam ter “*particularidades. Uma delas é ser adotada e depois outras que se complementam*” (S.2), bem como não negam “*que somos todos diferentes uns dos outros, claro que sim, mas, pelo facto de ser adotada, acho que não há nenhuma característica em mim que eu acho que posso dizer que tenha por ser adotada*” (S.4), sendo essa ausência de diferenças talvez devida ao facto de ter sido “*adotado tão novo*” (S.3).

Relativamente aos **país adotivos**, todos os sujeitos conseguiram identificar semelhanças, que vão desde características da personalidade (S.2, S.3, S.4) “*valores*” (S.2, S.3), “*o modo de ser, o modo de ver as coisas*” (S.5), “*o que é mais básico em mim*”, “*a minha ciência*” (S.2), até a características físicas (S.5). Quando questionados acerca das diferenças relativamente às mesmas pessoas, a maioria (S.2, S.3 e S.5) referiu existirem diferenças pelo facto de pertencerem a gerações distintas que tiveram “*experiências completamente diferentes*” (S.2), cujo “*acesso que nós temos à informação e ao mundo, entre aspas, é diferente daquilo que eles tinham na altura*” (S.3). Apenas S.3 e S.4 referiram diferenças ao nível dos traços de personalidade, relativamente ao pai adotivo.

No que diz respeito ao funcionamento autónomo dos sujeitos entrevistados relativamente aos pais adotivos, tiveram-se em conta a autonomia emocional, cognitiva e comportamental.

Na dimensão de autonomia emocional, tal como foi anteriormente referido, os sujeitos entrevistados percecionaram ter, na adultez emergente, uma relação com as figuras parentais e uma conceção das mesmas distintas da infância, tendo assim sido abandonados os laços infantis que os uniam (Steinberg & Silverberg, 1986).

Na dimensão autonomia cognitiva, os entrevistados evocaram “*normalmente, tomo [decisões] sozinha*” (S.4), afirmando mais precisamente “*Deixo que a realidade se projete e eu vou vendo aquilo que faz ou não sentido para mim*” (S.2). Mais, os sujeitos mencionam ter em conta a opinião dos seus pais para tomar uma decisão apenas em casos de dúvidas, “*Se estiver indeciso*” (S.3), reforçando que “*se eu já tiver uma convicção, a opinião deles pode não ter assim tanto peso*” (S.2) e que de qualquer forma “*a última decisão é minha*” (S.4), sendo S.5 o único que admitiu ainda ter “*sempre em conta a opinião deles*”. Os sujeitos do sexo masculino explicaram recorrer às figuras parentais por serem detentoras de sabedoria e de “*muito mais experiência de vida do que eu*” (S.5).

Ainda do ponto de vista cognitivo, todos referiram existirem em larga medida “*opiniões que são iguais porque, no fundo, também tem a ver com os valores que eles me incutiram, mas ou tras são*

diferentes, porque são gerações diferentes, pensam de maneira diferente” (S.3), tal como anteriormente referido, nomeadamente a sua “visão do mundo” (S.3), opiniões ao nível da “música” (S.5) e “algumas ideias políticas” (S.5). Os sujeitos espelharam ainda um sentimento de evolução na sua capacidade de pensar e argumentar por si próprios, afirmando hoje serem capazes de dar voz às suas opiniões, isto é, de as discutir e debater, tal como identificado nas ‘transformações a nível comunicacional’ na adolescência:

S.3: nós vamos criando opiniões em relação aos assuntos, opiniões próprias. E a comunicação foi mudando porque, até certa altura, não tinha grande opinião sobre muita coisa e fui formando as minhas opiniões, até que a certa altura começámos a ter opiniões próprias (...) Passa a haver uma argumentação em relação aos assuntos. (...) agora, há já algum tempo, podemos ter conversas em que vamos os três opinar de maneira diferente em relação a um assunto, livremente...

S.2: Muitas das vezes, eu não consigo fazer muito para marcar o meu ponto de vista... Mas vai sendo mais fácil, ao longo dos últimos anos (...) consigo transmitir aquilo que sinto, aquilo que penso. Se não concordo, não quer dizer que eu não tenha abertura para isso, apenas quer dizer que eu não consigo fazer muito para mudar o ponto de vista deles.

No que diz respeito à autonomia comportamental, os sujeitos verbalizaram, de um modo geral, ser-lhes “dada a liberdade de escolher” (S.3), ou seja, de tomar decisões sobre a sua vida e de as pôr em prática, naquilo que consideram “mais importantes pelo menos” (S.2), isto é, “em relação à escolha da profissão” (S.2), “em relação ao curso e às saídas profissionais” (S.3), acrescentando S.2 que para “Outras coisas se calhar não [pode pôr em prática aquilo que preferia], já me tenho que conformar um pouco mais”. No entanto, de um modo geral, predominou o sentimento de que “quando era criança, recorria diretamente à ajuda dos meus pais, até antes de saber aquilo que queria fazer. Agora, penso naquilo que quero fazer (...) decido coisas ou programo coisas que depois, posteriormente, é que comunico aos meus pais que o vou fazer” (S.3), pois já não se preocupam “muito em fazer só o que eles estão à espera, como antes me preocupava” (S.4):

S.4: Apesar de vivermos juntas é quase como se tivesse... Claro que tenho que lhe [mãe adotiva] dizer onde é que vou e com quem vou, nem é para ela me deixar ou não, é mesmo porque eu gosto que ela saiba onde é que eu ando. Mas, vivemos na mesma casa e cada uma... Não é cada uma ter a sua vida, mas (...) Com a minha mãe, às vezes, chego a casa e ela já está a jantar ou ela chegou e eu já jantei. Claro que há dias em que jantamos juntas e isso, mas se por acaso ela tem uma reunião e chega às nove e meia e eu tiver de sair às dez menos um quarto, vou jantando e pronto, vou à minha vida...

Os participantes no presente estudo identificaram comportamentos que consideraram ter contribuído para o seu sentido de autonomia crescente, tendo nomeadamente mencionado o comportamento desobediente e o afastamento físico dos pais, os quais são identificados por Fleming (1993) também neste sentido. O comportamento desobediente surgiu no discurso dos sujeitos do sexo masculino como algo “normal. Faz parte da idade” (S.3), algo, “principalmente na adolescência, (...) comum. Há ali uma fase, uns dois ou três anos, em que se nos dizem que é assim, nós fazemos o oposto” (S.5), acrescentando já ter agido contra as expectativas dos seus pais “mas nada assim de situações graves” (S.5), “Só situações ocasionais” (S.3). Para além disso, todos os sujeitos demonstraram um desejo de afastamento físico dos pais, pois “chega a uma idade em que qualquer

pessoa quer é sair de casa, ter o seu cantinho... Ter a sua casa” (S.5). Contudo, apenas para S.4 que viveu “durante quatro anos e meio, sozinha” e para S.3 que contou passar muito tempo em casa da namorada, a aquisição de autonomia passa efetivamente pelo afastamento físico do domicílio parental. Os sujeitos mencionaram igualmente outros fatores na origem da sua crescente autonomização, dos quais a maturação psicológica dos próprios sujeitos e o facto de ter entrado “para a faculdade e comecei a conduzir e assim, essas coisas é que eles foram valorizando, que dá sentido de autonomia. Não é tanto aquilo que eu digo da boca para fora”.

Assim, constatou-se que os entrevistados conseguem identificar diferenças e semelhanças e parecem funcionar já de forma relativamente autónoma face aos seus pais, exceto na dimensão comportamental em que existe um desejo mas ainda não todas as condições para o conseguir. É também nítido o sentimento de que parte do que são se deve àquilo que lhes foi passado pela sua família adotiva:

S.2: a minha essência provém deles, as minhas bases, aquilo que permitiu que eu depois desse outros passos em frente, provém deles (...) Quanto mais não seja a capacidade de amar começou a ser dada por eles e foi sendo explorada ao longo dos anos com outras pessoas.

No entanto, acrescenta-se que a maioria (todos excetuando S.5) considerou ter-se tornado uma pessoa diferente pelo facto de ter tido ou ter uma relação amorosa com o referido parceiro:

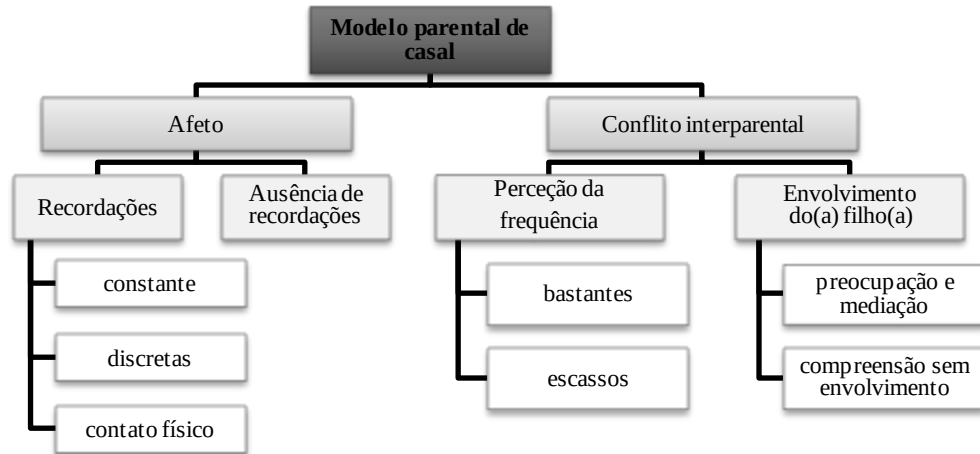
S.2: Ele ajudou-me a definir-me (...) A começar a compreender-me. (...) com ele, sou quem eu quero ser e consigo transmitir isso para as outras relações. Consegui criar melhores relações a partir do momento em que ele apareceu, fortalecer mais as que já tinha, com os meus pais por exemplo.

Por fim, sendo a construção da identidade, igualmente o resultado de uma experimentação para o assumir de **compromissos e projetos de vida para o futuro** (Marcia, 1980), solicitou-se aos sujeitos que se projetassem sucessivamente daqui a um, cinco e dez anos. Para todos pareceu existir antes de mais um firme desejo de acabar o curso superior e a segurança de que o irão conseguir, contudo nem todos souberam exatamente explicar o que desejam, quando o tiverem finalizado, sendo, para alguns, incerto em que área se irão especializar e se o irão fazer. Com efeito, se os dois sujeitos mais velhos, (S.4 e S.5) afirmaram ambiciosamente aquilo que desejavam que acontecesse daqui cinco anos, “*espero continuar a estar em Lisboa e já ter feito alguma coisa de teatro*” (S.4), “*imagino-me casado, se calhar já com um filho ou uma filha*”; os sujeitos mais novos não tinham “*a certeza da área que vou seguir*” (S.2), afirmaram não ter “*nada de definido ainda (...) quero fazer mestrado, mas ainda não pensei se quero fazer ou se quero trabalhar primeiro*” (S.3). Todavia, quando lhes foi pedido que se projetassem daqui a dez anos, as aspirações descritas foram distintas mas para todos presentes. Os sujeitos contaram desejar “*formar família*” (S.2), “*ter filhos*” (S.3), “*um emprego do qual goste*” (S.2) “*uma casa*” (S.2), “*um emprego um bocadinho melhor, com uma casa um bocadinho melhor ou com a mesma mas já à minha maneira e à dela*” (S.5) ou “*continuar em Lisboa*” (S.4). De forma genérica, pode-se afirmar que, em termos identitários, estes sujeitos parecem ter assumido compromissos para o seu futuro, conquanto não seja clara para todos a forma como os irão concretizar.

VIII. Quais as representações dos adultos emergentes adotados acerca da relação conjugal dos seus pais adotivos?

Passando à análise do **modelo parental de casal**, recorda-se que enquanto a maioria dos sujeitos cresceu numa família com ambas as figuras parentais, S.4 viu os seus pais divorciarem-se na pré-adolescência, passando desde então a viver apenas com a mãe.

Organograma 7. Sistematização da categoria 'Modelo parental de casal'.



No que concerne ao **afeto** na relação conjugal das figuras parentais, S.4 referiu não possuir recordações a esse respeito, uma vez que as demonstrações de afeto entre os seus pais decorreram em fases precoces do seu desenvolvimento, embora tenha mencionado lembrar-se “*de não haver discussões e isso, mas momentos de afeto em concreto não me lembro, mas lembro-me de quando as coisas corriam bem*”.

Os restantes sujeitos relataram ter recordações da expressão de afeto entre os pais, ainda que S.3 a descrevesse como uma “*constante, é o mais normal. Estão sempre assim juntos e abraçados e essas coisas normais de casais*”, e os outros a considerassem discreta, “*de vez em quando*” (S.5), “*não é permanente, mas também não escondem*” (S.2), sendo, no entanto, para todos, essencialmente física, “*uns abraços, umas brincadeiras, uns beijos*” (S.5).

Relativamente ao **conflito interpaparental**, é primeiramente analisada a percepção da frequência destas situações que os sujeitos possuem, tendo a maioria contado que “*De vez em quando, lá discutem relativamente a uma coisa ou outra*” (S.5), mas que “*é normal em todo lado*” (S.3). Se para a maioria predomina a sensação de que, no geral, existem poucos conflitos, ao contrário S.4 afirmou que quando “*tinha dez anos foi quando eles começaram a separar-se e aí já discutiam bastante*”. Um número elevado de conflitos poderá aumentar a probabilidade de surgirem na criança problemas de ajustamento ou, pelo contrário, criar uma dessensibilização aos mesmos (Grych & Finchman, 1990), sendo esta dessensibilização que parece ter acontecido no caso de S.4 que acabou por verbalizar: “*Quando eles se separaram, eu já estava à espera que eles se separassem há muito tempo. Eu sabia que era uma coisa que ia acontecer (...) Reagi muito naturalmente*”.

Analizou-se ainda o envolvimento dos filhos nas situações de conflito interpaparental, tendo S.2, mas sobretudo S.4 revelado alguma preocupação em tentar mediar a relação entre os pais:

S.4: *Lembro-me que eu tentava meter-me no meio, mas quase sempre desistia porque depois a minha mãe dizia que eu estava sempre do lado do meu pai e o meu pai dizia que eu me estava a pôr do lado da minha mãe. Então depois eu pensava “olhem, façam como quiserem, eu estou no meu quarto”.*

S.2: *Não sabia muito bem como lidar também com eles, o que fazer exatamente.*

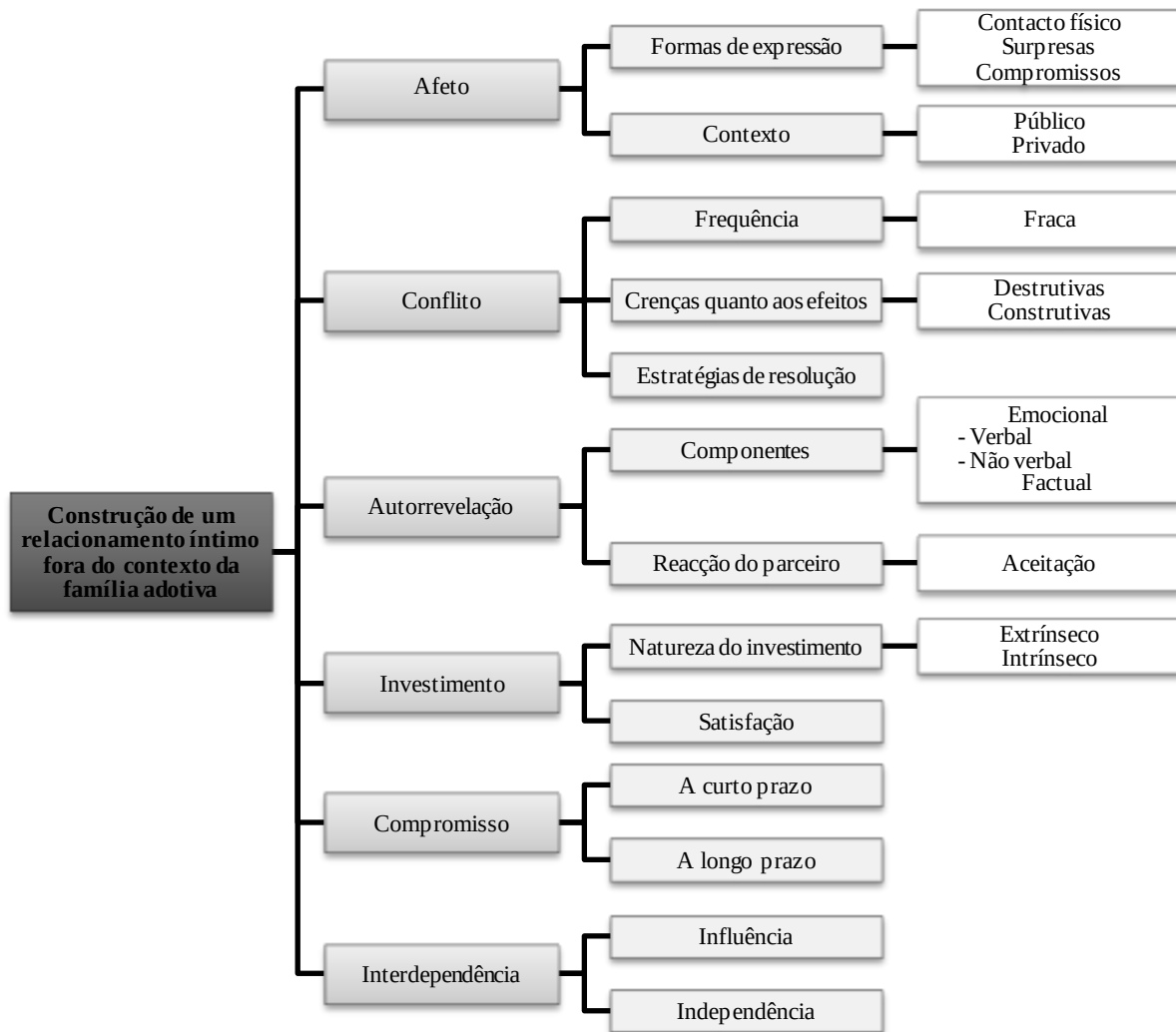
Davies e Lindsay (2001) referem que as experiências de socialização das raparigas, ao longo do seu desenvolvimento, tendem a promover a sua preocupação em manter relações interpessoais harmoniosas, pelo que serão particularmente sensíveis aos conflitos e tenderão a procurar reparar as relações familiares, a sentir-se apanhadas no meio das disputas parentais e a relatar um maior impulso para intervir nos conflitos entre adultos. Pelo contrário, os dois sujeitos do sexo masculino evidenciaram um sentimento de que as discussões entre os seus pais eram relativamente abertas, isto é, “nunca tiveram grandes limitações em fechar-me a porta para que não ouvisse. Sempre tive acesso às conversas deles e às questões que eles iam debatendo ao longo do tempo” (S.3) mas sem que no entanto se sentissem envolvidos pois “também nunca me meteram no meio, percebe? Ali aquele limite...” (S.3). Este acesso à informação e esta abertura pareceram ter sido sentidos pelos sujeitos como tendo um impacto positivo no seu ajustamento, uma vez que “acabava por entender porque é que estavam a discutir. Embora fosse uma discussão, acabava por perceber o porquê de estarem a discutir e não achava assim nada de anormal, sinceramente.” (S.5).

Com base na literatura sobre o impacto do conflito interpaparental no ajustamento das crianças, sabe-se que a interpretação que é feita dessas situações, mais especificamente as atribuições causais que daí advêm, irão consideravelmente influenciar o impacto do conflito interpaparental no ajustamento das crianças (Grych & Finchman, 1990). Partindo deste pressuposto, considerou-se importante salientar que, no presente estudo, nenhum dos sujeitos apresentou um sentimento de culpabilidade ou de autorresponsabilização pelos conflitos interpaparentais.

IX. De que forma os adultos emergentes adotados se entregam à construção de uma relação de intimidade com um par romântico?

Focando de seguida a construção de um relacionamento íntimo fora do contexto da família adotiva importa esclarecer que enquanto S.2, S.3 e S.5 se referiram, no decorrer da entrevista, à sua atual relação amorosa, o discurso de S.4 teve por base um relacionamento passado, que durou o tempo em que esteve a estudar noutra cidade do que aquela de que é originária, uma vez que o seu atual relacionamento amoroso tinha uma duração de um mês.

Organograma 8. Sistematização da categoria 'Construção de um relacionamento íntimo fora do contexto da família adotiva'.



No que diz respeito ao **afeto**, os sujeitos percecionaram a sua relação romântica como uma relação afetuosa e carinhosa, em que ambos os elementos da díade conseguem transmitir ao outro esse afeto, o qual é expresso mais frequentemente sob a forma de contacto físico, isto é, “*abraços, beijos, carinhos*” (S.5), o que não significa que não assuma por vezes outros contornos, tais como as “*surpresas*” (S.3) e o assumir de compromissos e de projetos comuns para o futuro (S.5). Quanto ao contexto onde ocorrem, os sujeitos contaram ser habitualmente mais em privado do que em público, ainda que tenham explicado “*se me apetecesse também em público*” (S.4) ou “*Em público, se calhar, não acontecem de uma forma tão explícita, mas acontecem*” (S.5). Todos verbalizaram sentir-se, de um modo geral, satisfeitos, pois mesmo S.2 que afirmou que preferia que as demonstrações de afeto decorressem com maior estabilidade e mais em privado, confessou gostar “*disso nele, porque é uma forma que ele tem de mostrar que gosta de mim*” até porque “*geralmente, o espaço onde estamos é público, com outras pessoas. É raro conseguirmos estar sozinhos*”.

De destacar que o discurso dos sujeitos quanto às demonstrações de afeto no contexto da relação com o seu par romântico se aproxima mais do discurso produzido quanto às demonstrações de afeto na

relação conjugal das figuras parentais, do que aquelas referidas na sua própria relação com os pais, deixando pressupor que os pais servem realmente de modelo para as relações com um par romântico.

Quanto ao **conflito** na relação amorosa, os sujeitos afirmaram a sua frequência ser fraca, visto que “*não há grandes discussões*” (S.5), acontecem “*de vez em quando*” (S.3), sendo para a maioria “*discussões saudáveis*” (S.4). Mesmo para S.2 que descreveu existirem “*muitas discórdias*”, especificou discordarem “*em relação a muitos aspetos, mas muitas vezes, não passa disso, de estarmos a discordar (...) São poucos os momentos em que discutimos em relação à relação. A maioria das vezes, discutimos mas é pacífico, é porque discordamos em algum assunto*”.

No que diz respeito às crenças quanto aos efeitos dos conflitos na relação romântica, predominou no discurso dos sujeitos a crença de que “*no geral*” (S.2) o conflito não é, ou mesmo “*nunca*” (S.4) é, “*assim uma coisa para a relação ficar mesmo ameaçada*” (S.4). Os sujeitos do sexo feminino (S.2 e S.4) admitiram que “*Desgasta um bocadinho, porque podíamos passar mais tempo a ser felizes*” (S.2) ou mesmo que “*no fundo podia ficar um bocadinho fragilizada naquele momento*” (S.4), mas as respostas de todos transmitem acima de tudo a existência de “*à vontade com ele e segurança para discutir e ser sincera*” (S.2) e, por isso, os efeitos são tidos como mais construtivos do que destrutivos, servindo para “*conseguirmos resolver essa situação, de forma à relação ficar melhor*” (S.5) e fortificar laços, pois “*significou sempre recomeçar de forma melhor e mais forte*” (S.2).

Neste seguimento, relembra-se que as crenças individuais acerca do conflito na relação romântica são o resultado das experiências anteriores, quer na relação romântica, quer noutras relações de proximidade (Furman & Simon, 1999). Assim as crenças patentes no discurso dos sujeitos deixam supor que, provavelmente, as suas experiências anteriores de conflito tenham sido integradas de uma forma positiva e segura nas suas representações mentais. Recorda-se igualmente que as crenças que os indivíduos possuem acerca dos efeitos do conflito irão influenciar a forma como agem e respondem ao mesmo (Simon et al., 2008), sendo que quando as suas crenças são construtivas e quando se sentem seguros de que qualquer situação de conflito não se constituirá como uma ameaça à relação então tendem a recorrer a estratégias de resolução de conflito tais como a negociação, o diálogo e o compromisso (Pistole, 1989).

Contudo, porque o funcionamento do casal não resulta do somatório de duas identidades mas da dinâmica estabelecida entre elas (Costa, 2005), então talvez sejam por isso perceptíveis padrões de resolução de conflitos distintos entre os entrevistados. Para os sujeitos (S.3 e S.5) que se percebem a si e ao outro como “*capazes de manter o diálogo e é assim que as coisas se resolvem*” (S.3), as estratégias de resolução de conflitos utilizadas revelaram-se mais colaborativas e ativas (i.e. diálogo e negociação resultando em compromisso) (Hartfield & Rapson, 1993), isto é, referem que, “*em regra geral, quando há algum tema sobre o qual não entramos em acordo, há sempre um debate entre os dois*” (S.5), tentam chegar “*a um entendimento através da conversa*” (S.3), procuram que a sua “*opinião seja aceite, compreendida, mas tento também compreender a opinião dela*” (S.3), sendo que

estas estratégias, aparentemente baseadas na partilha e escuta, poder-se-ão constituir como promotoras de intimidade na relação romântica (Laurenceau et al., 1998). Por contraposição, o sujeito, que percebe que o seu parceiro *“não se preocupa tanto com isso como eu. (...) ele vai andando”* (S.2), relata recorrer a um tipo de estratégia mais confrontativa, tendo tendência a ser *“muito incisiva com ele”* (S.2) e consciência de que *“às vezes, até faço mal por querer fazer tanto”* (S.2). Efetivamente, S.2 acrescenta que *“Mesmo que eu esteja a fazer aquilo que considero correto, vou acabar por exagerar”* e por levar *“as coisas a um ponto desgastante”* (S.2). Porém, mesmo este sujeito referiu que as situações de conflito são resolvidas *“a espaços temporários, (...) vamos descobrindo coisas novas que precisavam de vir cá para fora. (...) Muitas das vezes parece que é ele que se subordina à minha vontade, mas quando as coisas terminam mesmo bem, também é porque eu própria fui capaz de reconhecer aquilo que não estava a perceber tão bem. Há um equilíbrio”* (S.2), sendo capaz de reconhecer *“que há coisas que não vale a pena discutir, nem estar a sofrer e a pôr a nossa relação em causa por causa disso. Há coisas mais importantes e que são elas que nos mantêm unidos”* (S.2).

Por sua vez, S.4 fez referência ao uso de um tipo de estratégia mais passiva, uma vez que contou os conflitos resolverem-se porque *“Ele vinha ter comigo (...) e fazíamos as pazes (...). Claro que, aposto que se ele não viesse ter comigo, eu acabaria por ir ter com ele”* (S.4). Assim, parece não existir uma negociação, mas antes uma cedência. Esta estratégia, quando utilizada como um meio para aceder a um compromisso, pode ser construtiva, mas no caso presente parece constituir-se como um fim em si, na medida em que um dos elementos tinha de abdicar daquilo em que acreditava para ir ao encontro do outro. S.4 terá eventualmente sido exposta a um conflito interparental mais intenso e cuja resolução terá conduzido a uma situação de divórcio, o que poderá talvez ter contribuído para o desenvolvimento de um repertório de estratégias de resolução de conflito pouco diversificado e menos construtivas, à semelhança do que haviam verificado Reese-Weber e Kahn (2005) a respeito de adolescentes de pais divorciados. Teria sido igualmente compreensível que a exposição a níveis elevados de conflito interparental tivesse potenciado a construção de expetativas semelhantes na sua relação com um par romântico (Simon & Furman, 2010), o que não parece ter acontecido uma vez que S.4 não considera o conflito como frequente, nem prejudicial. Partindo do pressuposto que cuidados parentais apoiantes e responsivos podem atenuar os efeitos do conflito interparental na criança (DeBoard-Lucas, Fosco, Raynor & Grych, 2010), servindo o efeito de mediador da vivência das relações românticas (Steinberg, Davila & Finchman, 2006), pode pressupor-se que o tipo de relação que S.4 terá estabelecido com as figuras parentais poderá ter moderado a influência das situações de conflito interparental presenciadas e do divórcio em si, nas suas expetativas quanto à vivência de relações românticas.

No que concerne a **autorrevelação** no contexto da sua relação romântica, todos afirmaram mostrar-se tal e qual são e sentir abertura para falar sobre tudo, sendo isso algo que afirmaram fazer e acharem que o seu parceiro também faz, exceto quando *“sinto que devo guardar coisas para mim e não a preocupar com isso”* (S.3) ou quando é *“algo que não nos tivesse passado pela cabeça ou que*

não tivéssemos necessidade de discutir” (S.2). Quando perguntado se existia para os sujeitos algum assunto difícil de abordar com os seus parceiros, S.3 e S.5 reforçaram partilhar *“todas as coisas que nos vão surgindo um ao outro”* (S.3), enquanto S.2 e S.4 contaram *“quando estamos a sofrer, mesmo que eu queira partilhar o motivo do meu sofrimento, no início custa”* (S.2). No entanto, se S.2 afirmou acabar por fazê-lo, S.4 concluiu *“fecho-me mesmo sozinha”*, o que será explorado na categoria ‘transferência da vinculação’.

As componentes da autorrevelação podem ser factuais ou emocionais (Reis & Patrick, 1996), tendo-se verificado que os entrevistados contaram realizar ambas no seio da relação de intimidade abordada. A respeito da autorrevelação factual, os sujeitos afirmaram já ter partilhado com o seu par romântico o facto de serem adotados, tal como referido na ‘comunicação sobre a adoção no contexto extrafamiliar’. No que concerne a autorrevelação emocional e tendo em conta que esta pode ser verbal ou não verbal, salienta-se que apenas se acedeu à autorrevelação emocional verbal quando esta diz respeito à própria relação romântica (metacomunicação), isto é, os sujeitos afirmaram ser capazes de falar com o seu parceiro quando se sentem zangados ou chateados com algo relacionado com este último ou com o seu relacionamento e que *“isso também fazia com que a coisa funcionasse”* (S.4). Quanto à autorrevelação emocional não-verbal, esta pareceu ser natural para os sujeitos, seja quando a tonalidade emocional é negativa, seja quando é positiva. Efetivamente, todos afirmaram já ter chorado em frente ao seu par romântico e que este também já o havia feito, salientando que acontece uma vez que *“Não tenho vergonha”* (S.3) e que *“não me sinto mal ao me expor a ele, tenho confiança”* (S.2), reforçando até que, mais do que a presença de à vontade, *“é quase uma consequência da relação de proximidade que nós temos”* (S.3), *“é uma forma de também termos intimidade”* (S.2). Acrescenta-se que uma forma de autorrevelação emocional não-verbal de tonalidade positiva foi encontrada no contacto físico, uma vez que este foi o principal veículo referido para a expressão de afeto.

Com base no que referem Reis e Patrick (1996), mais do que a resposta real do parceiro à autorrevelação (à qual não se teve acesso no presente estudo), importa a interpretação feita pelos sujeitos dessa resposta. Neste sentido, os sujeitos foram unânimes no facto das reações do seu parceiro romântico à autorrevelação serem de aceitação e apoio. Mais, S.2 afirmou saber que nem sempre *“estou a ser compreendida, às vezes sei que ele não consegue fazer nada mais do que pôr paninhos quentes”*, mas mesmo assim referiu sentir *“que me aceita tal como eu sou”*.

No que diz respeito ao **investimento**, foram encontrados no discurso dos sujeitos investimentos tanto de natureza intrínseca como extrínseca. Relativamente aos recursos intrínsecos investidos na relação, citam-se o tempo, que alguns referiram ser *“diariamente”* (S.5), outros *“bastante”* (S.3) pois *“as grandes atividades que fazemos desde a altura em que começámos é juntos sempre”* (S.3), enquanto para outros esse tempo foi qualificado de *“muito pouco”* (S.2), ou melhor não *“tantas vezes quanto queríamos”* (S.2). Para além disso, o esforço em procurar *“sempre originalidade na relação para não entrar na monotonia”* (S.3) e o facto de ambos os elementos da díade conhecerem a família

do outro parecem ser também contributos para o investimento na sua relação. Apenas S.4 referiu que o seu par romântico nunca conhecera a sua família e que só conhecera a dele porque as circunstâncias assim o proporcionaram. No que concerne aos recursos extrínsecos, não foram encontradas referências à partilha de bens materiais, mas se todos referiram já ter passado férias só com o seu par romântico, mencionando até associar certos lugares à sua relação, lugares *“onde acho que já não seria a mesma coisa sem ela (...) nunca será a mesma coisa voltar àquele sítio ou fazer aquela coisa sem ela, um passeio a qualquer lado. Acho que fica sempre na memória, fica marcado”* (S.3), então parecem existir memórias partilhadas e unicamente associadas à relação.

A satisfação dos sujeitos entre aquilo que investem e aquilo que recebem pareceu ser unânime, pois *“conseguimos satisfazer os objetivos que propomos, porque se não não estaríamos felizes, nem faríamos a outra pessoa feliz”* (S.3). Apenas S.2 não se demonstrou satisfeita com os investimentos e *“Sinceramente, não vejo que as coisas a curto prazo vão melhorar muito. Mas no futuro relativamente próximo, é possível, só que para já não. Isso pode-se ultrapassar mas vai ser desgastante”*. Contudo, S.2 referiu, tal como S.3, que ainda estão a aprender *“a ter uma relação de intimidade”* (S.2), que *“faz parte”* (S.3) que ambos não invistam sempre com a mesma intensidade e da mesma forma na relação, *“Há certas fases, é como tudo. Há fases em que damos mais do que recebemos e fases em que recebemos mais do que o que damos”* (S.3).

Talvez seja esta dimensão de aprendizagem conjunta, ou ainda a existência de um vínculo psicológico, de fracas alternativas e de investimentos (já muito) significativos (Rusbult, 1983), ou a existência de uma vinculação segura e de expetativas positivas relativamente ao parceiro (Pistole & Clark, 1995; Simpson, 1990), que fazem com que na dimensão **compromisso**, S.2 tenha, tal como S.3 e S.5, referido *“ser cada vez mais normal”* (S.3) fazerem planos e discutirem o seu futuro juntos a curto prazo e que pode ser *“difícil fazer planos concretos, mas temos sonhos”* (S.2). Estes três sujeitos revelaram também que as suas expetativas para o futuro e as do seu parceiro *“São idênticas”* (S.5) ou *“vão dar mais ou menos ao mesmo”* (S.3). Ao contrário, S.4 contou *“fazíamos planos quando íamos de férias ou assim, planos para alguns meses que sabíamos que íamos continuar lá e juntos, mas coisas muito longas não”* porque *“sabíamos que, muito provavelmente, era uma coisa que ia ficar por ali”*, então *“fomos vivendo”*.

Mais, quando solicitado aos participantes que se projetassem no futuro a longo prazo, *“daqui a cinco anos”* e *“daqui a dez anos”*, a maioria (S.2, S.3 e S.5) imagina-se comprometido numa relação de intimidade e numa vida familiar, tal como relatou S.5, *“Imagino-me ainda com ela (...) imagino-me casado, se calhar já com um filho ou uma filha”*, conquanto S.3 não tenha revelado se se projeta com o mesmo parceiro e S.2 tenha demonstrado algumas incertezas quanto à prossecução da relação no futuro, incertezas essas que (no fundo) o futuro sempre traz. S.4 foi a única a projetar-se no futuro isolada de uma vida familiar *“se calhar um filho ou não, isso não me parece mas nunca se sabe”*,

referindo aliás desejar viver noutra cidade e, portanto, provavelmente afastada dos seus pais adotivos, sendo os seus projetos essencialmente no domínio profissional.

O discurso dos sujeitos confirma, de certa forma, o que postulam Lanz e Tagliabue (2007), isto é, que os adultos emergentes envolvidos em relacionamentos românticos têm uma ideia precisa daquilo que desejam para o seu futuro, imaginando-se geralmente sair de casa e constituir uma família, enquanto aqueles que não se encontram envolvidos numa relação romântica demonstram-se mais focados em serem independentes economicamente e ter muitos amigos, comprometendo-se com uma vida exterior à família. Assim, talvez S.4 ainda não consiga imaginar a sua vida comprometida, a longo prazo, numa relação de intimidade e com uma vida familiar porque tinha, no momento da entrevista, um relacionamento amoroso com uma duração de um mês e afirmou não conseguir *“pensar muito bem assim num futuro e acho que nem ele”*.

A ausência de compromisso numa relação de intimidade no caso de S.4 não vai de encontro ao que verificaram Feeney, Passmore e Peterson (2007) porque a sua ausência de compromisso numa relação de intimidade não parece ser fundamentada no facto de perceber como menos desafiante o estabelecimento de vínculos com um parceiro romântico do que o desenvolvimento de proximidade e de confiança no contexto familiar, uma vez que se projetou no futuro também potencialmente longe da sua família adotiva, noutra cidade. Todavia, à semelhança do que constataram Tieman, van der Ende e Verhulst (2006), S.4 parece menos suscetível de se comprometer com um parceiro, em resultado de uma opção própria de vida, pelo menos do momento. Mais, sabendo-se que as atitudes parentais relativamente a certas dimensões da conjugalidade influenciam geralmente as atitudes dos seus filhos na adultez jovem (Cunningham & Thornton, 2006), no caso de S.4, talvez o divórcio dos pais e as ideias veiculadas pelas suas figuras parentais quanto à conjugalidade possam ter influenciado o facto de o casamento e de uma vida familiar não surgirem no seu discurso como prioridades.

A última categoria observada na relação de intimidade com um par romântico centra-se na **interdependência**, uma vez que esta é uma dimensão transversal a todas as outras (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006). Na presente investigação, ainda que não se tenha acedido ao funcionamento e à percepção do parceiro romântico dos sujeitos entrevistados, observou-se que a maioria dos participantes percebe existir autorrevelação por parte de ambos, investimento e compromisso, assim como se verificou que, para a maioria, a influência que o seu parceiro romântico exerce nas suas decisões pareceu ser maior do que aquela exercida pelos seus pais, provavelmente devido ao facto de recorrerem mais a estes em situações de *stress*, tal como será especificado na ‘transferência da vinculação’. A título de exemplo afirmam ter *“sempre muito em conta a opinião dele”* (S.2) embora possam *“nem sempre concordar e tento argumentar mas mesmo assim tenho em conta”* (S.2), sendo que quando se tratam de *“assuntos que eu não domino tão bem e, se calhar, a opinião dela vai fazer mudar a minha”* (S.3). Apenas um sujeito se destacou dos restantes, S.4, que foi expressando aquilo que se tornará evidente na abordagem da ‘transferência da vinculação’, isto é, que geralmente *“pedia a*

opinião só porque achava que devia pedir mas queria lá saber, no fundo [risos ligeiros]. Perguntava-lhe para ele não ficar chateado, mas fazia o que me apetecia. Mas quando estava mesmo com dúvidas, se calhar, ponderava o que ele dizia”.

Contudo, apesar de a maioria não reacear deixar-se mudar e influenciar pelo outro, afirma também a sua independência, ao contar não existir nada que não consigam ou conseguissem realizar sem o seu par amoroso, ainda que sem ele(a) explicaram “*não é tão agradável*” (S.5). S.2 especificou já ter sido “*mais dependente dele. (...) Aqui e agora, não me sinto tão dependente dele*”, mas “*coisas significativas eu não teria muita coragem de fazer se fosse contra a opinião dele ou isso*”.

X. De que forma se processa a transferência das componentes de vinculação aos pais para o par amoroso, nos adultos emergentes adotados?

Por fim, a transferência da vinculação dos sujeitos entrevistados foi analisada e discutida tendo por base as componentes da vinculação identificadas na literatura (Hazan & Zeifman, 1994).

Em primeiro lugar, analisa-se a componente **procura de proximidade**, componente essa que Hazan e Zeifman (1994) identificaram como sendo a primeira a ser transferida dos pais para os pares. No presente estudo, verificou-se não só que o par romântico é com quem os sujeitos procuram passar mais tempo, mas também que os pais são figuras das quais se querem ir afastando fisicamente, tal como já fora sugerido na análise dos fatores que potenciam a autonomização dos sujeitos relativamente aos pais adotivos. Com efeito, alguns referem que “*Neste momento, de forma a eu poder viver, de acordo com as minhas prioridades (...) era poder se calhar viver com ele [o par romântico]*” (S.2), enquanto outros já contaram que “*Muitas vezes, eu fico em casa dela ou ela fica em minha casa, por isso passamos grande parte do nosso tempo juntos*” (S.3).

No que diz respeito à componente **porto de abrigo**, o par romântico é referido como “*a pessoa a quem eu recorro mais porque é com quem eu mais me sinto segura*” (S.2), pois “*em regra geral, acaba por ser sempre*” (S.5) a primeira pessoa a quem recorrem quando precisam de ajuda. Alguns sujeitos especificaram que “*Por exemplo, em questões da universidade, em relação aos primeiros trabalhos que fui fazendo, questionava-a sempre*” (S.3). Os pais adotivos deixam de ser “*as pessoas com quem eu vou discutir essas situações mais aprofundadamente*” (S.2) porque “*há outras pessoas que serão capazes de me entender melhor (...) com os meus pais, custa-me falar sobre certas coisas e acabo por não falar. Mas com ele [par romântico] acabo por falar, é mais fácil e tenho tido sempre um bom feedback*” (S.2). Assim, o discurso dos sujeitos sugere que, para si, não só a aproximação ao par amoroso mas também o distanciamento intergeracional que se foi gerando relativamente aos pais adotivos, terão potenciado que o apoio e conforto procurados na infância junto dos pais, passem a ser procurados, cada vez mais, junto do par amoroso.

O caso de S.4 quanto a esta componente é todavia distinto, uma vez que afirmou:

S.4: Quando não estou bem, sou muito de me isolar e com ele era a mesma coisa por muito que ele se passasse comigo. Eu sou assim, era assim com ele, mas porque eu sou assim com toda a gente. Quando são assim coisas muito difíceis e são coisas minhas gosto mais de ficar sozinha (...) Era [a primeira pessoa que ia procurar] em tudo menos isso. Se alguma coisa me corresse mal na universidade e isso, porque são coisas chatas, mas não assim muito graves, de certeza que iria ter com ele. Quando digo que me fechava, não era não confiar nele, não querer saber dele, era o meu feitio, não consigo mesmo.

Poder-se-á pressupor que, de acordo com Bowlby (1969/1990), a capacidade de recorrer a uma figura em situações de *stress* depende da representação construída em torno do outro enquanto ser disponível, apoiante e responsivo. Assim, talvez S.4, em situações emocionalmente desafiadoras, não partilhe as suas emoções e não procure conforto e proximidade junto do outro, por acreditar que este não será capaz de ir ao encontro das suas necessidades, tal como referem John e Gross (2007). Contudo, nenhuma informação se encontra disponível acerca da forma como este evitamento e isolamento a faz sentir e se consegue autorregular-se e encontrar soluções, para além de que S.4 se referiu a uma relação romântica passada, pelo que talvez no seu relacionamento presente proceda de maneira distinta.

Relativamente à componente **base segura**, as respostas dos sujeitos referiram ainda os pais adotivos como as pessoas com quem sabem poder sempre contar, pois “Qualquer coisa que me atormente, numa certa altura, sei que se falar com eles, eles vão falar comigo e vão tentar ajudar-me a ultrapassar isso, da melhor forma possível” (S.5); são eles quem precisam de estar presentes para que o sentimento de segurança seja completo, uma vez que “se não estiverem lá, torna-se mais complicado. Eu preciso porque, de facto, os amigos podem ir e vir, mas eles tão sempre lá e eu preciso disso. (...) preciso de contar com o facto de eles estarem lá para me acompanhar caso algo me falte” (S.2). S.4 refere, relativamente à mãe adotiva, saber que “Posso contar com ela para tudo”, por contraposição ao que sente relativamente ao pai adotivo, sobre o qual afirmou não ser “bem um suporte (...) Eu sei que o meu pai gosta muito de mim e essas coisas todas, mas (...) gosta sobretudo que eu faça tudo muito por mim (...) muito raramente, ele pode dar-me apoio”. A proximidade relacional sentida por S.4 em relação à mãe, e não em relação ao pai, poderá provavelmente ser o resultado, tal como esclarecido previamente, da situação de divórcio que implicou o afastamento da figura paterna do domicílio onde reside S.4, afastamento esse que poderá ter potenciado uma deterioração na relação pai-filha (Amato & Booth, 1996). Porém, Markiewicz, Lawford, Doyle e Haggart (2006) verificaram que as mães se mantêm figuras de vinculação através da adolescência e mesmo na idade adulta, sendo as mais escolhidas pelos sujeitos para suprir a função vinculatória de *base segura*, sendo os pais muito menos escolhidos e, quando o são, sê-lo-ão mais facilmente por sujeitos masculinos, o que sugere que as raparigas são no geral menos próximas da figura paterna.

Por último, no que concerne à componente **protesto face à separação**, é de referir que não foram encontradas no discurso dos sujeitos referências a situações de resistência nem de ansiedade e

protesto face à separação, quer dos pais, quer do par amoroso. Os sujeitos apenas referiram acerca dos momentos de separação relativamente ao par amoroso sentir “*saudades*” (S.2, S.4 e S.5), saudades de “*poder conversar com ele*” (S.2), de “*estar com ele*” (S.4), “*da presença dela*” (S.3), de “*abraçá-la*” (S.5), alguns acrescentando sentir “*mesmo uma espécie de um vazio*” (S.2), sentir-se “*mal porque era difícil comunicar*” (S.3), estar “*habitado a contar diariamente com ela para as mais variadas coisas e ficar sem essa companhia*” ser para si o mais difícil (S.3). Em relação aos momentos de separação das figuras parentais, momentos esses já anteriormente explorados, relembra-se o predomínio de um sentimento de segurança, à medida que os sujeitos foram crescendo. Assim, poder-se-á levantar a hipótese de que, apesar da existência de uma ligação emocional ao par amoroso que gera desconforto na ausência deste, os sujeitos são aparentemente capazes de, tal como previsto por Hazan e Zeifman (1994), suportar separações, mais ou menos prolongadas, sem se sentirem angustiados.

Assim, consistente com o que a literatura postula, aos pais adotivos parece continuar a ser atribuída a função de *base segura*, pois esta é geralmente a última alvo de transferência, sendo que o processo de formação de uma relação de vinculação recíproca, por completo, demoraria sensivelmente dois anos (Fraley & Davis, 1997; Hazan & Zeifman, 1994). Os sujeitos parecem, mesmo nos casos em que a sua relação romântica se mantém há já três ou quatro anos, continuar a atribuir esta função aos pais, confirmando que a relação de compromisso entre pais e filhos é mais robusta e dificilmente questionada, comparativamente aos relacionamentos com pares, e que seria eventualmente necessário um período extenso de tempo ou o assumir de um compromisso explícito para que a função de *base segura* seja transferida (Hazan & Shaver, 1994). Contudo, parece estar a decorrer um processo de transferência da vinculação dos pais adotivos para o par romântico, ao qual os entrevistados contaram recorrer em quase todas as situações do seu quotidiano, já que sentem que este conseguirá melhor suprir algumas das suas necessidades de vinculação (Allen & Land, 1999; Jongenelen et al., 2007). Assim, intimidade e vinculação parecem estar progressivamente a cruzar-se, constituindo-se a relação de intimidade, cada vez mais, um contexto de vinculação.

Capítulo III. Considerações finais

Aproximando-se o final da presente dissertação importa, antes de mais, efetuar uma súmula dos resultados analisados, tendo em consideração o contexto (e respetivas limitações) da sua emergência.

A presente investigação procurou explorar, com base na teoria da vinculação e mediante o recurso a uma metodologia qualitativa, o impacto da experiência de adoção na forma como os adotados percorrem o seu caminho desde a infância até à adultez emergente. Mais precisamente, procurou-se explorar de que forma são integradas na história de vida de adultos emergentes adotados, as experiências associadas à adoção, qual o significado que assumem no processo de construção da identidade e de que modo emergem na construção de uma relação de intimidade com um par amoroso.

Para os participantes do presente estudo, cuja integração na família adotiva decorreu durante o seu primeiro ano de vida, não só não existem memórias como também não existem nenhuma ou apenas escassas informações acerca da sua família biológica e acerca do tempo que medeia o seu afastamento da família biológica e a integração na família adotiva. Contudo, possivelmente por terem sido integrados ainda numa idade precoce (Howe et al., 2001), talvez pelo facto do seu estatuto lhes ter sido revelado em idade pré-escolar (Passmore et al., 2006) e terem beneficiado na família adotiva de um tipo de comunicação aberta, construtiva e não-defensiva, onde lhes foi dada a liberdade e suporte para colocar questões e onde sentem que seriam apoiados se optassem por procurar as suas origens (Howe & Feast, 2000 *cit in* Brodzinsky, 2006; Levy-Shiff, 2001); em suma, possivelmente por terem crescido numa família situada numa posição, mais ou menos, intermédia de reconhecimento e aceitação das diferenças impostas pela adoção (Brodzinsky, 1987), em que se afirma “*nós vivemos normalmente e que não é todos os dias que eu me lembro que sou adotada*” (S.2), os adultos emergentes adotados entrevistados não parecem ver a sua experiência com sentimentos negativos. Pelo contrário, parecem ter desenvolvido um sentimento de satisfação com a sua experiência e de pertença à família adotiva, sinais de uma integração positiva das manifestações da perda e da busca da origens, interna (e.g. fantasias, curiosidades) e externa, processos esses identificados como normativos na literatura e evocados pelos participantes, ainda que não por todos, nem com a mesma intensidade.

No decurso da infância, os adotados entrevistados parecem ter desenvolvido relações próximas e seguras com os seus pais adotivos, bem como um sentimento de ter sido queridos e amados por eles. Assim, este ambiente e estas relações poderão ter possibilitado a reformulação do sentimento de ter sido “indesejado”, inerente à própria experiência de adoção, num sentimento de ter sido “desejado” (Wrobel et al., 2003), pois “*eles gostavam de mim como qualquer pai ou mãe, aliás, davam muito aquela expressão “tu não vieste da minha barriga mas vieste do meu coração”. E isso dá segurança a uma criança*” (S.2). Para além disso, o padrão de comunicação relativo aos assuntos próprios da infância foi descrito como sendo de abertura, o que deixa presumir que, talvez mais do que a adoção possa ter influenciado as dinâmicas familiares, são as dinâmicas familiares que terão influenciado a forma como a adoção foi tratada na família adotiva e, conseqüentemente, integrada pelos adotados.

Na adolescência e adultez emergente, a descrição da relação entre pais e filho(a) adotivos, altera-se, sendo relatadas transformações, quer a nível da relação em si, quer a nível da comunicação. Com efeito, poder-se-á presumir que a segurança das relações estabelecidas com os pais adotivos na infância terá permitido que, a dada altura entre a adolescência e a adultez emergente, essencialmente devido à maturação psicológica dos próprios sujeitos e de modificações na conceção que estes tinham dos seus pais adotivos, os adotados entrevistados se distanciassem e desinvestissem da relação com os pais. Este distanciamento terá possibilitado aos adotados a exploração e experimentação de comportamentos desobedientes e de afastamento físico (Fleming, 1993), bem como uma diferenciação das suas opiniões. Apesar de esta diferenciação ter, por vezes, gerado conflitos, não parece ter posto em causa o sentimento de segurança relativamente aos pais adotivos. Com efeito, parece ter antes criado espaço para que, na adultez emergente, uma nova maturação psicológica do sujeito e a crescente consciencialização dos próprios pais quanto ao crescimento do seu filho, restabelecessem na relação entre pais e filho(a) um novo equilíbrio harmonioso, onde os laços assumem contornos distintos dos da infância (Ainsworth, 1989; Faria et al., 2007).

Parecendo os adultos emergentes adotados entrevistados ter enfrentado as fases, *diferenciação*, *experimentação* e *reaproximação* do processo de separação-indivuação de uma forma bem-sucedida (Josselson, 1980; Mahler, 1967), embora não se processando em todos da mesma forma, nem ao mesmo ritmo, não é de admirar que, na exploração da construção da sua identidade, pareçam igualmente ter atingido a *consolidação da sua individualidade*. Com efeito, demonstraram-se capazes de reconhecer que, embora não os torne diferente dos outros jovens da sua idade por si só, o seu estatuto de adoção é uma particularidade sua. Mais, foram capazes de reconhecer as suas diferenças e semelhanças relativamente aos pais adotivos, bem como de funcionar de forma relativamente autónoma a nível emocional, cognitivo e comportamental (Blos, 1967 *cit in* Levpuscek, 2006; Josselson, 1980). Todavia, notou-se que existe um sentimento de maior autonomia relativamente aos pais do que relativamente ao par amoroso, sendo este quem parece exercer maior influência nas suas (in)decisões, o que poderá ser explicado pelo facto de ao par amoroso ser aparentemente atribuída a função vinculatória de *porto de abrigo*, conquanto os pais adotivos permaneçam a sua *base segura*.

Na sua relação amorosa, a maioria dos sujeitos demonstrou-se também aparentemente capaz de autorrevelação, tendo designadamente partilhado o seu estatuto de adotado, de investimento e compromisso. Mesmo quando a sua satisfação entre aquilo que dão e aquilo que recebem não pareceu ser total, demonstraram-se capazes de se projetar no futuro numa relação de intimidade e no contexto de uma vida familiar construída a dois. Os adultos emergentes adotados entrevistados demonstraram ainda serem capazes de, sem receio, se deixarem influenciar e mudar pelo outro.

De destacar que um sujeito se destacou dos outros pela forma como vivenciou a relação romântica abordada e pela forma como (não) recorre aos outros em situações de *stress*. Este sujeito foi igualmente o único que presenciou situações de maior conflito interparental, que acabaram por

conduzir a uma situação de divórcio, o único que desde então vive apenas com a sua figura materna, referindo-se ao pai adotivo como uma figura na qual não sente poder totalmente contar, o único sujeito que referiu ter empreendido um processo de separação-indivuação mais tarde, na adultez emergente, quando foi viver para fora do domicílio parental por motivos académicos, bem como o único que, no momento da entrevista, se encontrava envolvido numa relação romântica de escassa duração. Efetivamente, este sujeito respondeu às questões relativas à intimidade referindo-se a uma relação passada, sendo a sua perceção atual eventualmente marcada pelo facto de entretanto já se ter separado e até já se encontrar envolvida numa nova relação amorosa com um novo parceiro, desconhecendo-se se a sua entrega a esta nova relação não será distinta.

Assim, para os adultos emergentes adotados numa idade precoce, a quem o estatuto de adotado foi revelado ainda em idade pré-escolar, que beneficiaram como supramencionado de um padrão de comunicação aberto em relação à adoção e que percebem as suas relações na família adotiva como de proximidade e suporte, a experiência de adoção é integrada de uma forma positiva e não como um dilema. Nestas condições, esta experiência assume, no processo de construção de identidade, o significado de uma particularidade que os caracteriza tal como muitas outras, mas que não os define por si só, e, na relação de intimidade, emerge com naturalidade num processo de autorrevelação, e não como uma ameaça à entrega com segurança, investimento e compromisso. Acresce que, nestas circunstâncias, à semelhança do que outros autores haviam verificado em investigações com crianças e com as suas famílias adotivas (Brodzinsky, 2006; Miall, 1996), mais do que a adoção em si, são as dinâmicas e experiências relacionais passadas e atuais, vividas na relação pais-filho(a) adotivos e na sua própria relação romântica, mas também presenciadas na relação conjugal destes pais, que parecem influenciar a forma como o adotado negocea os vários estádios do seu desenvolvimento e o seu ajustamento subsequente. Por outras palavras, poder-se-á eventualmente levantar a hipótese de que as relações tecidas no contexto da família adotiva, quando de proximidade e segurança, desempenham um efeito mediador na integração da experiência de adoção num sentido de *self* e na reparação do impacto implícito ao estatuto de adotado na qualidade da vinculação.

Nesta sequência, ressaltam-se as limitações do presente estudo, nomeadamente o seu carácter exploratório, a metodologia utilizada que faz, em larga medida, depender a interpretação dos resultados do investigador, o número reduzido de participantes e a sua homogeneidade, uma vez que todos são estudantes universitários e se caracterizam pela sua idade precoce no momento da adoção, que fazem com que não sejam retiradas conclusões generalizáveis ao conjunto da população dos adultos emergentes adotados, mas antes suposições e hipóteses.

Não sendo claro o papel que desempenha a idade no momento da adoção na leitura que os adultos emergentes adotados fazem de si mesmo e da sua experiência, aponta-se para a pertinência de, em futuras investigações, recorrer a uma amostra de participantes, cuja adoção terá decorrido numa fase mais avançada do seu desenvolvimento ou cujo estatuto de adotado tenha sido revelado numa fase

mais tardia. Acrescenta-se ainda que se revela importante, dados os contornos que a adoção tem vindo a assumir na realidade portuguesa, sendo a idade de adoção cada vez mais tardia, por vezes até coincidente com a pré-adolescência, averiguar de que forma as famílias adotivas têm lidado com a integração dos adotados quando esta integração e a consequente necessidade de criar um sentimento de ligação e pertença à família adotiva coincidem com o processo de separação-indivuação que exige ao adolescente uma diferenciação da mesma, para a consolidação da sua individualidade.

Um dos focos mais inovadores da presente investigação situa-se no facto de se abordar o impacto da experiência de adoção na construção de uma relação de intimidade. Porém, pensa-se que as dimensões adoção e intimidade poderão ter sido exploradas de uma forma (excessivamente) compartimentada, sugerindo-se por isso uma exploração das tarefas psicossociais inerentes à experiência de adoção que o adotado enfrenta fora do contexto da família adotiva, mais particularmente no contexto das relações com pares e com um parceiro romântico. Com efeito, sabendo-se que cada elemento de uma díade amorosa transporta consigo uma história de vida, uma família e cultura, ou seja, uma identidade, que partilha com o outro a fim de construírem uma identidade de casal (Costa, 2005), questiona-se o que o adotado transporta de si, relacionado com a adoção, que irá influenciar a identidade de casal. Ainda nesta ótica, o *FAC model* (Wrobel et al., 2003) explica o padrão de comunicação sobre a adoção na família adotiva mas de que forma este tema será abordado no contexto da relação com pares e com o par amoroso e, eventualmente, mais tarde no contexto da relação com os seus filhos? Colocam-se igualmente questões quanto à comunicação sobre a adoção quando esta é realizada pelo próprio adotado para elementos exteriores à sua família adotiva, isto é, de que forma este efetua a revelação do seu estatuto e como lida com a reação dos outros, interrogando-se a existência de um padrão e de fases na comunicação extrafamiliar sobre a adoção.

Para além disso, ainda que a teoria aponte para a continuidade entre os padrões de vinculação estabelecidos na infância e a sua organização na idade adulta (Hazan & Shaver, 1987), as relações com pares na adolescência constituem-se também como oportunidades de reestruturação, contrariando e inviabilizando asserções acerca de si e dos outros (Matos & Costa, 1996). Seria então pertinente que a investigação na adoção se debruçasse sobre as relações desenvolvidas com pares pelos adotados, na adolescência e adultez emergente.

Por fim, embora o cariz exploratório do presente estudo e o seu valor é criativo, tivessem mais como propósito lançar pistas para futuras investigações, indícios foram encontrados para a intervenção psicológica nesta área.

O discurso dos entrevistados remete para a importância dos pais adotivos estarem preparados para a experiência à qual se propõem, de estarem inteiramente disponíveis para o acolhimento e integração da criança no seu todo, para assim serem capazes de lhe proporcionar o ambiente aberto e sensível de que necessita para, quando assim o desejar, se sentir à vontade para explorar o seu passado.

Os resultados encontrados ao nível da curiosidade relacionada com os irmãos biológicos realçam a importância de os irmãos biológicos permanecerem tanto quanto possível juntos quando envolvidos no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens e/ou serem adotados em conjunto. Contudo, quando estas possibilidades não são viáveis, sugere-se que seja trabalhada com os pais adotivos a importância de estarem abertos para a manutenção dos contactos entre irmãos biológicos e/ou que lhes seja pelo menos disponibilizada informação consistente acerca dos mesmos, à qual a criança possa ter acesso quando demonstrar o desejo de saber.

Mais, o presente estudo desperta para o contributo que grupos de desenvolvimento de jovens adultos adotados, enquadrados por um profissional especializado na área da psicologia da adoção, poderiam constituir enquanto momentos de partilha e reflexão entre semelhantes, uma vez que a proporção de jovens que cresceram numa família adotiva é reduzida comparativamente à proporção de jovens que permanecem na sua família biológica, pelo que os adotados dificilmente encontram, no seu grupos de pares, alguém que os compreende e seja capaz de genuinamente empatizar com eles (Brodzinsky, 2009). Para além disso, estes grupos constituem-se como uma necessidade para a desconstrução de crenças erróneas em torno da adoção, ainda encontradas no discurso dos jovens adultos adotados, mas também para a reflexão, integração e (re)significação da sua experiência, das suas origens e do seu passado, sobre o qual provavelmente, em muitos casos, nunca terão informações precisas. É fundamental que os jovens adultos adotados não permaneçam estáticos e meros recetores daquilo que lhes é comunicado sobre a adoção, mas que lhes seja dada uma oportunidade de serem eles próprios autores, criadores de significados sobre a sua experiência, para que não afirmem mais “*nunca pensei sobre isso*” (S.4), para que mesmo os vazios da sua história não sejam barreiras à integração desta num *self* consistente e contínuo, sendo mediante “a capacidade de narrarmos os dramas da nossa existência” que construímos “novas formas de significação e existência” pois “as narrativas não relatam realidades mas são as próprias narrativas que as criam. Daí que produzir uma narrativa seja transformar uma realidade” (Gonçalves, 2000, p. 37). Nesta sequência, notou-se que o discurso dos participantes que já haviam sido sujeitos de uma investigação passada, em torno da sua experiência de adoção, parecia mais organizado. Podendo esta constatação constituir-se como uma limitação, revelou-se contudo útil pelo facto de se ter sentido que algumas respostas dadas a certas perguntas pareciam ser o fruto de dúvidas esclarecidas junto dos pais adotivos, após a sua participação na primeira investigação. Assim, talvez estas oportunidades possam ser igualmente promotoras da prossecução da evolução da comunicação sobre a adoção no seio da família adotiva.

Apesar das limitações apontadas, espera-se que este trabalho possa representar um contributo para a inspiração de novas linhas de investigação e intervenção na psicologia da adoção e, mais particularmente, com os jovens adultos adotados, considerando a adoção uma influência no percurso desenvolvimental, desde a integração na família adotiva até à morte, sendo encontradas as ferramentas para lidar com ela, primeiramente, no contexto das relações familiares e, continuamente, refinadas ou modificadas, no seio dos novos contextos relacionais que vão emergindo ao longo de toda a vida.

Referências bibliográficas

- Ainsworth, M. D. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716.
- Ainsworth, M. D., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46, 333-341.
- Allen, J. P., & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 319-335). New York, NY: Guilford Press.
- Amato, P. R., & Booth, A. (1996). A prospective study of divorce and parent-child relationships. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 356-365.
- Arciniega, J. D. U. (2007) Autopercepción de la identidad en la transición a la edad adulta. *Revista de Psicodidáctica*, 12(2), 279-292.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo* (3ª ed.). (L. Antero Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Barbosa-Ducharne, M. & colaboradores do IPA (2011). *Investigação sobre o Processo de Adopção: Primeiros resultados*. Relatório preliminar de resultados em versão digital. Porto: FPCEUP
- Beckert, T. E. (2007). Cognitive autonomy and self-evaluation in adolescence: A conceptual investigation and instrument development. *North American Journal of Psychology*, 9(3), 579-594.
- Blum, H. P. (2004). Separation-individuation theory and attachment theory. *Journal of Psychoanalytic Association*, 52(2), 535-553.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e Perda: Vol. 1. Apego: A Natureza do vínculo* (2ª ed.). (A. Cabral, Trad.). São Pedro: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1969).
- Bowlby, J. (1998a). *Apego e Perda: Vol. 2. Separação: Angústia e raiva* (3ª ed.). (L. H. B. Hegenberg, O. S. Da Mota & M. Hegenberg, Trad.). São Pedro: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1973).
- Bowlby, J. (1998b). *Apego e Perda: Vol. 3. Perda: Tristeza e depressão* (2ª ed.). (V. Dutra, Trad.). São Pedro: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1980).
- Bretherton, I. (1987). New perspectives on attachment relations: Security, communication, and internal working models. In J. Osofsky (Ed.), *Handbook of Infant Development* (pp. 1061-1100), New York, NY: Wiley.
- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, 7, 25-47.
- Brodzinsky, D. M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.), *The Psychology of Adoption* (pp. 3-24). Oxford: Oxford University Press.

- Brodzinsky, D. M. (2006). Family structural openness and communication openness as predictors in the adjustment of adopted children. *Adoption Quarterly*, 9(4), 1-18.
- Brodzinsky, D. M. (2009). The experience of sibling loss in the adjustment of foster and adopted children. In D. B. Silverstein & S. L. Smith (Eds.), *Siblings in Adoption and Foster Care: Traumatic separation and honoured connections* (pp. 43-56). Westport: Praeger.
- Brodzinsky, D. M. (In press). Children's understanding of adoption: developmental and clinical implications. In L. Albers Procks & P. Mason (Eds.), *Adoption: Primary care and referral considerations for children of adoption*. Elk Grove Village, IL: Academy of Pediatrics.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D. & Henig, R. B. (2002). *Soy adoptado* (I. Merino, Trad.). Barcelona: Random House Mondadori. (Obra original publicada em 1992).
- Brodzinsky, D. M., Smith, D. W., & Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's adjustment to adoption: Developmental and clinical issues. Vol. 38. Developmental clinical psychology and psychiatry*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Cassidy, J. (1994). Emotion regulation: Influences of the attachment relationships. In N. Fox (Ed.), *The Development of Emotional Regulation. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59, 228-249.
- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 3-20). New York, NY: Guilford Press.
- Cederblad, M., Höök, B., Irhammar, M. & Mercke, A. M. (1999). Mental health in international adoptees as teenagers and young adults. An epidemiological study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(8), 1239-1248.
- Chisholm, K. (1998) A three year follow-up of attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from romanian orphanages. *Child Development*, 69(4), 1092-1106.
- Collins, W., Gleason, T., & Sesma, A. Jr. (1997). Internalization, autonomy, and relationships: Development during adolescence. In J. E. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and children's internalization of values: A handbook of contemporary theory* (pp. 78-99). New York, NY: Wiley.
- Collins, W. & Sroufe, L. (1999). Capacity for intimate relationships: A developmental construction. In W. Furman, B. B. Brown & C. Feiring (Eds.), *The Development of Romantic Relationships in Adolescence* (pp. 125-147). Cambridge: Cambridge University Press.
- Collishaw, S., Maughan, B. & Pickles, A. (1998). Infant adoption: Psychosocial outcomes in adulthood. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 33, 57-65
- Connolly, J. A. & McIsaac, C. (2009). Romantic relationships in adolescence. In R. M. Lerner & L. Steinberg, *Handbook of Adolescent Psychology: Vol.2. Contextual Influences on Adolescent Development* (3ª ed.), (pp. 104-151). New Jersey, NJ: Wiley.

- Costa, M. E. (2005). *À Procura da Intimidade*. Porto: Asa Editores.
- Côté, J. E. (2009). Identity formation and self-development in adolescence. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of Adolescent Psychology: Vol.1. Individual Bases of Adolescent Development* (3ª ed.), (pp. 266-304). New Jersey, NJ: Wiley.
- Crespo, C., Narciso, I., Ribeiro, M. T. & Costa, M. E. (2006). Desenvolvimento da escala de dimensões da intimidade: Primeiro estudo empírico. *Psychologica*, 41, 45-63.
- Cunningham, M. & Thornton, A. (2006). The influence of parents' marital quality on adult children's attitudes toward marriage and its alternatives: Main and moderating effects. *Demography*, 43(4), 659-672.
- Davies, P. T. & Lindsay, L. L. (2001). Does gender moderate the effects of marital conflict on children? In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental Conflict and Child Development* (pp. 64-97). Cambridge: Cambridge University Press.
- DeBoard-Lucas, R. L., Fosco, G. M., Raynor, S. R. & Grych, J. H. (2010). Interparental conflict in context: Exploring relations between parenting processes and children's conflict appraisals. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 39(2), 163-175.
- De Ketele, J. M. & Roegiers, X. (1993). *Metodologia de recolha de dados: Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. (C. A. de Brito, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Domingues, S. B. (2010). *A construção da identidade adoptiva em adultos emergentes adoptados portugueses: Um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado Integrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Erikson, E. H. (1971). *Infância e Sociedade*. (G. Amado, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Obra original publicada em 1963).
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade: Juventude e Crise* (2ª edição). (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Obra original publicada em 1968).
- Faria, C. (2008). *Vinculação e desenvolvimento epistemológico em jovens adultos*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Clínica não publicada. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.
- Faria, C., Fonseca, M., Lima, V., Soares, I., & Klein, J. (2007). Vinculação na idade adulta. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (121-158). Braga: Psiquilíbrios
- Feeney, B. Cassidy, J. & Ramos-Marcuse, F. (2008). The generalization of attachment representations to new social situations: Predicting behavior during initial interactions with strangers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 6, 1481-1498.

- Feeney, J. & Noller, P. (1996). *Adult Attachment*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Feeney, J. A., Passmore N. L. & Peterson, C. C. (2007). Adoption, attachment, and relationship concerns: A study of adult adoptees. *Personal Relationships*, 14, 129-147
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia: O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Afrontamento.
- Flick, U. (2002). *An Introduction to Qualitative Research* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Fraley, R. C. & Davis, K. E. (1997). Attachment formation and transfer in young adults' close friendships and romantic relationships. *Personal Relationships*, 4, 131-144.
- Furman, W., & Simon, V. A. (1999). Cognitive representations of adolescent romantic relationships. In W. Furman, B. B. Bradford, & C. Feiring (Eds.), *The Development of Romantic Relationships in Adolescence* (pp. 75–98). New York, NY: Cambridge University Press.
- Gonçalves, O. F. (2000). *Viver narrativamente: A psicoterapia como adjectivação da experiência*. Coimbra: Quarteto.
- Grotevant, H. D. (1997). Coming to terms with adoption: The construction of identity from adolescence into adulthood. *Adoption Quarterly*, 1(1), 3-27.
- Grotevant, H. D. & Von Korff, L. (2011). Adoptive identity. In S. J. Schwartz, K. Luyckx & V. Vignoles, (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research: Vol. 2. Domains and categories* (pp. 585-601). New York, NY: Springer.
- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267-290.
- Hatfield, E. & Rapson, R. L. (1993). *Love, Sex, and Intimacy: Their psychology, biology, and history*. New York, NY: Harper Collins College Publishers.
- Hazan, C. & Shaver, P. R. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(3), 511-524.
- Hazan, C. & Shaver, P. K. (1994). Attachment is an organizational framework for research on close relationships. *Psychological Inquiry*, 5, 1-22.
- Hazan, C. & Zeifman, D. (1994). Sex and the psychological tether. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Advances in Personal Relationships: Vol. 5. Attachment processes in adulthood* (151-177). London: Kingsley.
- Howe, D., Shemmings, D. & Feast, J. (2001). Age at placement and adult adopted people's experience of being adopted. *Child and Family Social Work*, 6, 337-349.
- John, D. P. & Gross, J. J. (2007). Individual differences in emotion regulation. In J. J. Gross (Ed.), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 351-372). New York, NY: Guilford Press.

- Jongenelen, I., Carvalho, M., Mendes, T., & Soares, I. (2007). Vinculação na adolescência. In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 99-120). Braga: Psiquilíbrios.
- Josselson, R. (1980). Ego development in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of Adolescent Psychology* (pp. 188-210). New York, NY: Wiley.
- Kobak, R. (1999). The emotional dynamics of disruption in attachment relationships: Implications for theory, research, and clinical intervention. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 21-43). New York, NY: Guilford Press.
- Kobak, R. & Duemmler, S. (1994). Attachment and conversation: Toward a discourse analysis of adolescent and adult security. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Advances in Personal Relationships: Vol. 5. Attachment processes in adulthood* (121-149). London: Kingsley.
- Lanz, M. & Tagliabue, S. (2007). Do I really need someone in order to become an adult? Romantic relationship during emerging adulthood in Italy. *Journal of Adolescent Research*, 22(5), 531-549
- Lapsley, D. K. & Edgerton, J. (2002). Separation-individuation, adult attachment style, and college adjustment. *Journal of Counseling and Development*, 80, 484-492.
- Laurenceau, J. P., Barrett, L. F. & Pietromonaco, P. R. (1998). Intimacy as an interpersonal process: The importance of self-disclosure, partner disclosure, and perceived partner responsiveness in interpersonal exchanges. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(5), 1238-1251.
- Levy-Shiff, R. (2001). Psychological adjustment of adoptees in adulthood: Family environment and adoption-related correlates. *International Journal of Behavioral Development*, 25(2), 97-104.
- Levitz-Jones, E. M. & Orlofsky, J. L. (1985). Separation-individuation and intimacy capacity in college women. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49(1), 156-169.
- Levpuscek, M. P. (2006). Adolescent individuation in relation to parents and friends: Age and gender differences. *European Journal of Developmental Psychology*, 3(3), 238-264.
- Lifton, B. J. (2007). The inner life of the adopted child: Adoption, trauma, loss, fantasy, search and reunion. In R. A. Javier, A. L. Baden, F. A. Biafora & A. Camacho-Gingerich (Eds.), *Handbook of Adoption: Implications for researchers, practitioners, and families* (pp. 418-424). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lopez, F. G. & Brennan, K. A. (2000). Dynamic processes underlying adult attachment organization: Toward an attachment theoretical perspective on the healthy and effective self. *Journal of Counseling Psychology*, 47(3), 283-300.
- Mahler, M. S. (1963). Thoughts about development and individuation. *Psychoanalytic Study of the Child*, 18, 307-324.

- Mahler, M. S. (1967). On human symbiosis and the vicissitudes of individuation. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 15, 740-763.
- Main, M., Kaplan, N. & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50(1-2, Serial No. 209), 66-104.
- Marcia, J. E. (1980). Identity in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of Adolescent Psychology* (pp.159-187). New York, NY: Wiley,
- Markiewicz, D., Lawford, H., Doyle, A. B., & Haggart, N. (2006). Developmental differences in adolescents' and young adults' use of mothers, fathers, best friend, and romantic partners to fulfill attachment needs. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(1), 127-140.
- Matos, P. M., Barbosa, S., Almeida, H. M. & Costa, M. E. (1999). Parental attachment and identity in portuguese late adolescents. *Journal of Adolescence*, 22, 805-818.
- Matos, P. M. & Costa, M. E. (1996). Vinculação e processos desenvolvimentais nos jovens e adultos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 45-54.
- Miall, C. E. (1996). The social construction of adoption: Clinical and community perspectives. *Family Relations*, 45, 309-317.
- Morgan, H. J. & Shaver, P. R. (1999). Attachment processes and commitment to romantic relationships. In J. M. Adams & W. H. Jones (Eds.), *Handbook of Interpersonal Commitment and Relationship Stability* (pp. 109-124). New York, NY: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Passmore, N. L., Foulstone, A. R. & Feeney, J. A. (2006). Openness and secrecy in adoptive families and possible effects on the interpersonal relationships of adult adoptees. In T. Bowles (Ed.), *Proceedings of the APS Psychology of Relationships Interest Group 6th Annual Conference* (pp. 66-70). Melbourne: Australian Psychological Society.
- Pietromonaco, P. R., Greenwood, D. & Barrett, L. F. (2004). Conflict in adult close relationships: An attachment perspective. In W. S. Rholes & J. A. Simpson (Eds.), *Adult Attachment: Theory, research and clinical implications*, (pp. 267-299). New York, NY: Guilford Press.
- Pistole, M. C. (1989). Attachment in adult romantic relationships: Style of conflict resolution and relationship satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 6, 505-510.
- Pistole, M. C. & Clark, E. M. (1995). Love relationships: Attachment styles and the investment model. *Journal of Mental Health Counseling*, 17(2). 199-209.
- Prager, K. J. (1995). *The Psychology of Intimacy*. New York, NY: Guilford Press.
- Quivy, R. & Compenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). (J. M. Marques, M. A. Mendes & M. Carvalho, Trad.) Lisboa: Gradiva. (Obra original publicada em 1995).

- Reese-Weber, M. & Kahn, J. H. (2005). Familial predictors of sibling and romantic-partner conflict resolution: comparing late adolescents from intact and divorced families. *Journal of Adolescence*, 28, 479-493.
- Reis, H. T. & Patrick, B. C. (1996). Attachment and intimacy: Component processes. In E. T. Higgins & A. W. Kruglanski (Eds.), *Social Psychology: Handbook of basic principles* (pp. 523-563). New York, NY: Guilford Press.
- Reis, H. T., & Shaver, P. (1988). Intimacy as an interpersonal process. In S. Duck (Ed.), *Handbook of Personal Relationships: Theory, research and interventions* (pp. 367- 389). Chichester: Wiley.
- Rusbult, C. E. (1980). Commitment and satisfaction in romantic associations: A test of the investment model. *Journal of Experiment Social Psychology*, 16, 172-186.
- Rusbult, C. E. (1983). A longitudinal test of the investment model: The development (and deterioration) of satisfaction and commitment in heterosexual involvements. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 101-117.
- Salvaterra, F. (2007). *Vinculação e adopção*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Aplicada não publicada. Universidade Nova de Lisboa e Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Portugal.
- Salvaterra, F. & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3(XXVI), 501-517.
- Simpson, J. A. (1990). Influence of attachment styles on romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 971-980.
- Simon, V. A. & Furman, W. (2010). Interparental conflict and adolescents' romantic relationship conflict. *Journal of Research on Adolescence*, 20(1), 188-209.
- Simon, V. A., Kobielski, S. J. & Martin, S. (2008). Conflict beliefs, goals and behavior in romantic relationship during late adolescence. *Journal of Youth Adolescence*, 37, 324-335.
- Skinner-Drawz, B. A., Wrobel, G. M., Grotevant, H. D. & Von Korff, L. (2011). The role of adoption communicative openness in information seeking among adoptees from adolescence to emerging adulthood. *Journal of Family Communication*, 11, 181-197.
- Smit, E. M. (2002). Adopted children: Core issues and unique challenge. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 15(4), 143-150.
- Soares, I. (1996). *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência. Estudo intergeracional: mãe-filho(a)*. Braga: Serviço de Publicações do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 13-45). Braga: Psiquilíbrios.

- Soares, I. & Campos, B. P. (1988). Vinculação e autonomia na relação do adolescente com os pais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 57-64.
- Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: A prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7(4), 349-367.
- Steinberg, L. & Silveberg, S. B. (1986) The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development*, 57(4), 841-851.
- Steinberg, S. J., Davila, J. & Finchman, F. (2006). Adolescent marital expectations and romantic experiences: Associations with perceptions about parental conflict and adolescent attachment security. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(3), 333-348.
- Stiles, W. B. (1993). Quality control in qualitative research. *Clinical Psychology Review*, 13, 593-618
- Stovall, K. C. & Dozier, M. (1998). Infants in foster care: An attachment theory perspective. *Adoption Quarterly*, 2(1), 55-88.
- Tieman, W., van der Ende, J. & Verhulst, F. (2006). Social functioning of young adult intercountry adoptees compared to nonadoptees. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 41, 68-74.
- Verrier, N. (2007). *Compreender a criança adotada*. (E. Santos, Trad.). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Wrobel, G. M. & Dillon, K. (2009). Adopted adolescents: Who and what are they curious about? In G. M. Wrobel & E. Neil (Eds.), *International advances in adoption research for practice* (pp. 217-244). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Wrobel, G. M., Kohler, J. K., Grotevant, H. D. & McRoy, R. G. (1998). Factors related to patterns of information exchange between adoptive parents and children in mediated adoptions. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 19(4), 641-657.
- Wrobel, G. M., Kohler, J. K., Grotevant, H. D. & McRoy, R. G. (2003). The family adoption communication (FAC) model: Identifying pathways of adoption-related communication. *Adoption Quarterly*, 7(2), 53-84.
- Zimmer-Gembeck, M. J. & Collins, W. A. (2006). Autonomy development during adolescence. In G. R. Adams & M. D. Berzonsky (Eds.), *Blackwell Handbook of Adolescence* (pp. 175-204). Malden, MA: Blackwell.